RAQUEL ARAGÃO UCHÔA FERNANDES

ECONOMIA SOLIDÁRIA, VELHAS IDÉIAS, NOVOS SENTIDOS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO MÃOS MINEIRAS – MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA

MINAS GERAIS – BRASIL

2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

RAQUEL ARAGÃO UCHÔA FERNANDES

ECONOMIA SOLIDÁRIA, VELHAS IDÉIAS, NOVOS SENTIDOS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO MÃOS MINEIRAS – MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 27 de abril de 2007.

_____	_____
Prof. Fábio Faria Mendes (Co-orientador)	Prof. José Roberto Pereira (Co-orientador)
_____	_____
Prof. Marcelo Miná Dias	Prof. Willer Araújo Barbosa

_____

Profª. Maria Izabel Vieira Botelho
(Orientadora)

Esta dissertação, em cada linha, é dedicada ao meu pai Marcos, minha mãe Cristina, meus irmãos Rafael e Fernando, a Vó Teca e a Vó Maria, essenciais, cada um a sua maneira para o resultado deste trabalho, ora falando que tudo ia dar certo, ora não falado nada, o que às vezes mostrou-se ser o mais importante. Pessoas que se fizeram presentes em todos os momentos e que demonstram a cada dia o quanto o amor pode e deve ser incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes e acima de tudo, a Deus, razão de todas as coisas e fonte da inteligência mais sublime. Agradeço a ele, pela vida ser “coisa boa”, repleta de momentos divinos e, principalmente, por estes momentos, serem vividos na companhia de pessoas muito queridas, figuras fundamentais durante esta, e outras travessias.

A Universidade Federal de Viçosa e aos professores do Departamento de Economia Rural, em especial ao Prof. Ambrosio pelos conselhos que me rondaram durante todo o processo de escrita desta dissertação.

Agradeço aos amigos, aos que já faziam parte da minha história, e, também, aos que tive a honra de encontrar durante esta caminhada.

À Juliana, amiga-irmã de toda vida cuja presença faz-se sentir mesmo em virtude da ausência, pessoa que ainda terei de agradecer muitas vezes, por esta e outras conquistas.

À Josele, amiga querida que sempre esteve por perto, e cuja presença me fez crer que Drummond estava correto ao afirmar que: “a amizade tem o cheiro de Deus” (Roberto Drummond).

Ao Luiz que se tornou parte importante da minha história, pelo amor e cuidado que compartilhamos, meu muito obrigado.

À Gisele pelo carinho e amizade.

À Patrícia que sempre soube ser amiga e companheira de um jeito todo especial.

À Diene, por ter sido a companheira dos momentos de sufoco e de alegria, choramos e rimos, sempre juntas, por isto e pela oportunidade do encontro, meu muito obrigado.

Aos amigos da turma, Jonas, Daiane, kmilla, Nara, Luciana, Débora, Elias, Fábio, e todos os outros que transformaram o caminho das pedras em algo muito mais agradável.

À Maria Izabel, que mais do que orientação deu um voto de confiança, o que me fez acreditar que era capaz de transformar nossas idéias e inquietações neste trabalho.

Aos conselheiros por terem aceitado a empreitada.

Aos professores do Departamento de Economia Rural, em especial ao Prof. Ambrosio pelos conselhos que me rondaram durante todo o processo de escrita desta dissertação.

À Capes, que tornou esta pesquisa possível.

E, a várias outras pessoas a quem eu esqueci, mas deveria ter me lembrado.

A todos vocês meu muito obrigado!

SUMÁRIO

Página

LISTA DE FIGURAS vi

RESUMO vii

ABSTRACT ix

1. **INTRODUÇÃO**.....1

1.1. Procedimentos Metodológicos 9

2. **CAPITALISMO, VELHAS IDÉIAS, NOVOS SENTIDOS: UMA TRAJETÓRIA DE RESSIGNIFICAÇÕES**. 14

3. **A DESORDEM DO TRABALHO** 49

4. **ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA TRAJETÓRIA DE RESSIGNIFICAÇÕES E RESGATES**. 81

4.1. Revolução ou Guerra de Confetes? Problematizando sobre a real efetividade de transformação das relações no mercado a partir do Comércio Justo. 97

4.2. A projeção e os efeitos de iniciativas de economia solidária sobre o tecido social 113

5. **MÃOS MINEIRAS: A HISTÓRIA DE MULHERES E DE UMA ASSOCIAÇÃO** 131

5.1. Vidas bordadas sobre o mesmo tecido social: o trabalho e o contexto que une as mulheres da Associação Mãos Mineiras.....133

5.2. A mobilização das mulheres e da comunidade de Manejo: trajetórias que se encontram e mudam os rumos desta história. 141

6. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....169

7. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** 176

LISTA DE FIGURAS

Página

Figura 01 – Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento 122

Figura 02 – Motivos para a criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil.....125

Figura 03 – Perfil da Economia Solidária no Brasil 126

Figura 04 – Distribuição % dos Empreendimentos Econômicos Solidários por Faixas de Remuneração – Brasil e Regiões.....127

Figura 05 – Indicador de Colaboração entre os empreendimentos Solidários...128

Figura 06 – Compromisso e participação social dos Empreendimentos Econômicos Solidários.....129

RESUMO

FERNANDES, Raquel Aragão Uchoa, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2007. **Economia solidária, velhas idéias, novos sentidos: o caso da Associação Mãos Mineiras – MG**. Orientadora: Maria Izabel Vieira Botelho. Co-orientadores: Fábio Faria Mendes e José Roberto Pereira.

Vários movimentos têm defendido o estabelecimento de práticas econômicas e sociais diferentes das implementadas pelo sistema capitalista, entre eles, o da Economia Solidária, que tem como pressuposto construir coletivamente alternativas de geração de renda para trabalhadores que vivenciam um cotidiano de crescente instabilidade no mundo do trabalho. As ressignificações empreendidas na inscrição de uma sociabilidade capitalista, principalmente no sentido do trabalho, do mercado e da economia, formarão a base interpretativa do processo de constituição da Economia Solidária, movimento multiforme que se constrói a partir de práticas econômicas e sociais diversas, e que, aparentemente, não representa uma resposta inovadora, ou exclusivamente sintomática, aos problemas contemporâneos. O objetivo desta pesquisa é analisar a viabilidade de inscrição da Economia Solidária em um espaço econômico que para além de capitalista, é plural, buscando compreender os mecanismos sociais utilizados pelos trabalhadores para a sua organização a partir dos princípios desta proposta, com vistas à geração de renda e inserção no mundo do trabalho. Como suporte metodológico para esta análise será realizado um estudo de caso, onde a

bibliografia sobre a Economia Solidária será analisada a luz de uma experiência empírica, a da Associação Mãos Mineiras.

ABSTRACT

FERNANDES, Raquel Aragão Uchoa, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2007. **Solidary economy old Ideas, new senses: the case of the Mãos Mineiras Association – MG**. Adviser: Maria Izabel Vieira Botelho. Co-Advisers: Fábio Faria Mendes and José Roberto Pereira.

Several movements have been defending the establishment of economical and social practices different from the implemented by the capitalist system, among them, the one of the Solidary Economy, that has as presupposition to build alternatives of generation of income collectively for workers that live a daily of growing instability in the world of the work. The new significances undertaken in the registration of a capitalist sociability, mainly in the sense of the work, of the market and of the economy, they will form the interpretative base of the process of constitution of the Solidary Economy, I move multiform that is built starting from economical and social practices several, and that, seemingly, it doesn't represent an answer innovative, or exclusively symptomatic, to the contemporary problems. The objective of this research is to analyze the viability of registration of the Solidary Economy in an economical space that for besides capitalist, it is plural, looking for to understand the social mechanisms used by the workers for your organization starting from the beginnings of this proposal, with views to the generation of income and insert in the world of the work. As methodological support for this analysis a case study will be accomplished, where the bibliography

about the Solidary Economy the light of an empiric experience, the one of the Association Mining Hands will be analyzed.

1. INTRODUÇÃO

O quadro que se delineia na sociedade, a partir das últimas décadas do século XX, tem se caracterizado por uma complexidade nas relações jamais vista. Traduz-se de um lado, por um período de instabilidades profundas, e, de outro, como um tempo de mobilizações sem precedentes. Os indivíduos se organizam como forma de reação a um mundo em desconcerto, em que os efeitos do processo de transformação em curso não se restringem a áreas específicas da vida humana, se configuram como “fenômenos sociais totais”, no sentido atribuído ao termo por Marcel Mauss (2003).

Para Mauss, ao analisarmos a sociabilidade das pessoas e coletividades estudamos fatos sociais que, em certos casos, põe em ação a totalidade da sociedade e de suas instituições, “em particular quando trocas e contratos dizem respeito, sobretudo aos indivíduos. Fenômenos que são em sua essência ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos, políticos e morais” (Mauss, 2003).

Em uma perspectiva mais contemporânea Ianni (1995) irá afirmar que visto em suas múltiplas implicações compreendendo a noção de espaço e de tempo, o fenômeno que se gesta no tecido social, principalmente em virtude da consolidação de uma sociedade global, tem tido como uma das principais conseqüências promover um processo de *desterritorialização,* contexto onde a partir da dissolução de fronteiras “desenraizam-se coisas, gentes e idéias”. Para o autor, aos poucos ou de repente, o mundo se torna ao mesmo tempo grande e pequeno, os traços culturais, políticos e geográficos de imperativos tornam-se

“parte, elo, segmento, momento”, fazendo com que se modifique substancialmente as condições de vida e trabalho, os modos de ser, sentir e pensar de indivíduos e coletividades nos diferentes cantos do mundo. Um mundo em desconcerto formatado a partir da “revolução das noções de espaço e tempo em que o indivíduo se formou” (Ianni, 1995).

Um quadro que se delineia no decorrer da história, e cuja configuração atual é resultado da acelerada e contínua expansão do sistema capitalista, um modo de produção que, como escreve Ianni (1995), se caracteriza simultaneamente enquanto material e espiritual, tornando-se no decorrer do tempo hegemônico através da expansão desterritorializada de seus pressupostos. No entanto é preciso ressaltar que o processo de inscrição e dominância capitalista não se inscreve nos diferentes momentos da história de forma singular, o tecido social somente é revelado em sua totalidade a partir da observância da pluralidade de universos que subsistem, transformam-se ou criam-se em meio à contraditória e desigual trajetória de ascensão capitalista.

Um modo de produção que, segundo Singer (2002), na aplicação de seus pressupostos divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária e possuidora de capital e a classe que vende sua força de trabalho a outra classe, gerando como resultado natural a competição e desigualdade entre indivíduos e grupos.

Entretanto, alerta Singer, o que é importante entender é que os homens nunca estiveram condenados a viver a insustentabilidade de seus tempos presentes. São reais as possibilidades de mudança na história, uma vez que, a desigualdade e a competição características do modo de produção capitalista não são traços naturais nas relações sociais, assim como o próprio sistema não o é. Nas palavras de França Filho e Laville (2004), o capitalismo “não corresponde a uma realização final da evolução humana, mas a uma configuração particular que convém situar em relação àquelas que a precederam” (França Filho e Laville, 2004).

Neste sentido assumimos como verídica neste trabalho, a existência da dominância de uma institucionalidade capitalista, mas a localizamos em meio à pluralidade que coexiste no tecido social. Desta forma buscaremos compreender

as possibilidades de mudança criadas ou incorporadas pelos indivíduos e grupos a partir da imersão deste processo na história, o que perpassa pela formação e consolidação da sociabilidade capitalista. Sociabilidade que será interpretada não de forma exclusiva enquanto estrutura particular, mas através de sua habilidade de lançar mão de princípios e práticas pré-existentes e modelá-las a partir de seus pressupostos, fazendo com que conceitos e categorias se tornem passíveis de re-utilização após passar por um processo de sucessivas ressignificações em seu sentido original. Dito de outro modo, o que fundamenta esta pesquisa, que apresenta a economia solidária enquanto possibilidade de mudança do trabalho e da condição do trabalhador é a percepção de que o capitalismo pode ser o traço mais forte de nosso tempo histórico, mas com certeza não é o único vetor de organização no tecido social.

Partiremos do pressuposto de que é veraz a afirmativa de Polanyi (2000) de que “a economia do homem está submersa em suas relações sociais” o que nos permitirá apresentar a discussão entre o capitalismo e a economia solidária mais em termos de interfaces e transformações nas categorias e princípios que lhes atribuem sentido, do que em termos de rupturas e segmentos entre estas e outras institucionalidades que historicamente orientam os diversos modos de produção social. A economia solidária neste trabalho será, portanto analisada enquanto perspectiva que se realiza na “barriga do atual sistema”, ocupando interstícios para a sua realização, ressaltando que este não é um fenômeno novo que se configure meramente como ”saída” para a insustentabilidade atual do sistema capitalista, trata-se de uma proposta de economia portadora de origens históricas, uma perspectiva que vai abrindo seus caminhos e ganhando visibilidade através do único percurso disponível na história: o da tentativa e erro (Singer, 2002).

À economia solidária somam-se outras perspectivas que buscam incorporar as reivindicações dos grupos e indivíduos na estruturação de novas relações na sociedade moderna, movimentos que se entrelaçam e tornam mais plausível a crença sobre a possibilidade de transformação das regras que estão postas na organização do espaço econômico, político e social, diretamente relacionado com a conformação dos espaços cultural, religioso, geográfico, moral.

Inferimos tratar-se de uma “outra economia”, que se caracteriza como um movimento de fronteiras, traços, marcos, fluidos que atua pela valorização de princípios tradicionais, “revolucionando” suas formas de inscrição para acompanhar o ritmo de reelaboração da ocorrência da exclusão na sociedade moderna. Uma perspectiva que surge na década de 80 “reinventada” com força para nomear o dinamismo que se gesta na práxis dos indivíduos e grupos, envolvendo neste objetivo atores com filiações diversas, mas com o objetivo único de repensar a organização do tecido social. Não se propõe contra o mercado, o trabalho e a economia, mas localiza a ocorrência destas categorias em situações concretas, historicamente localizadas, o que torna válido o seu impulso de transformação das relações sociais que tem por base a “associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” posto em prática pela economia capitalista.

Isto posto, nos propomos a estudar a economia solidária a partir dos indícios de manifestação de seus princípios na história, relegando ao surgimento de seu conceito no final da década de 80, o papel de ser apenas um dos momentos de uma trajetória mais extensa, onde a ação dos indivíduos e das instituições se “impõe” à academia, e elementos como confiança, ajuda-mútua, solidariedade, participação e autonomia, confluem para dentro de um universo mais ou menos delimitado.

O que se observa após mais de uma década de caminhada sob esta denominação, é que a economia solidária já alcança avanços inegáveis, tanto no que se refere à mudança de vida das pessoas envolvidas em seu projeto, quanto a sua projeção no espaço público, e faz-se presente enquanto um fenômeno real, em torno do qual ronda ainda muitas interrogações. Assim este trabalho apresenta como objetivo analisar a viabilidade de inscrição da economia solidária em um espaço econômico que para além de capitalista é plural, buscando por sua vez, apresentar este fenômeno enquanto perspectiva real, mas que ainda se depara com diversos entraves internos, externos e históricos à sua efetiva inscrição.

Desta forma, esta pesquisa ao invés de inscrever a crise no mundo do trabalho dentro do universo da economia solidária, faz o caminho inverso, insere estes dois elementos dentro do repertório de ressignificações empreendido pela sociabilidade capitalista. Assim, a insustentabilidade da situação contemporânea

passa a ser resultado de uma trajetória histórica, onde nada é natural, mas resultado de opções empreendidas ao longo da história das civilizações, o que faz com que nos deparemos com a revelação de que “podemos ser diferentes do que somos e construir outros mundos, novas possibilidades de existência, quem sabe mais justas, filóginas, libertárias” (Rago, 2006).

A opção que fizemos foi de estudar a economia solidária enquanto fenômeno submerso no processo de ressignificações empreendido pela sociabilidade capitalista na categoria mercado, trabalho e economia, o que nos viabilizou, a partir da desnaturalização destas categorias apresentar a economia solidária enquanto alternativa possível e real de transformação, mas por outro lado deixou claro o longo caminho a ser percorrido frente aos desafios que encontram no que se refere à organização coletiva para a geração de renda em meio à dominância capitalista.

A economia solidária tornou-se no decorrer desta pesquisa muito maior do que apresentava-se na proposta inicial deste trabalho, pois compreendemos que sua relevância atual passa muito mais pela sua capacidade de interlocução com diversos movimentos e projeção dos indivíduos e empreendimentos no espaço público, do que pela esperada efetividade na geração de renda, uma vez que percebemos que mais do que renda a economia solidária tem se mostrado como eficiente geradora de fatos sociais na vida dos indivíduos e grupos com os quais dialoga.

Esta dissertação a partir do quadro exposto está dividida em quatro capítulos, com os quais espera-se uma aproximação do objetivo apresentado. Os capítulos encontram-se ligados pela noção de ressignificação, que leva em conta a história enquanto um tempo contínuo onde as estruturas não são necessariamente criadas, mas reinterpretadas, transformadas, e, porque não dizer deformadas, pelo processo de inscrição da sociabilidade capitalista. A noção de fatos sociais totais permeia todo este trabalho, que tem a pretensão de mostrar o indivíduo e o espaço econômico para além da motivação pela troca ou por geração de renda, mas na totalidade de dimensões que são estabelecidas neste encontro, o que nos permite afirmar como viável a inscrição de uma economia solidária.

O primeiro capítulo volta-se à gênese do contexto que vivenciamos, de que forma e sob quais pressupostos surge a sociedade capitalista que se implanta e aparentemente domina todos os espaços da vida. O processo de inscrição e consolidação desta sociabilidade será relatado a partir das transformações que esta perspectiva engendra em três dimensões principais: a da economia, do mercado e do trabalho. Dimensões que figuram em todos os capítulos como meios de introduzir na discussão outros princípios, como a solidariedade, a honra, a confiança e a reciprocidade, alguns entre tantos princípios que como veremos são caros e necessários tanto á inscrição de uma sociedade solidária, quanto para as diversas outras possibilidades de produção social que figuram ou figuraram na história.

O segundo capítulo volta-se à discussão das transformações referentes ao sentido e conteúdo da categoria trabalho, através da exposição e análise de sua ocorrência contemporânea. Neste momento, a ênfase será sobre o quadro de instabilidade que, em alguns casos impulsiona indivíduos e grupos a formas de contestação diversas, o que pode vir a confluir futuramente na construção de uma economia de solidariedade.

Neste capítulo apresentaremos, através de casos diversos, a instabilidade do trabalho para além da deriva economia, mas enquanto deriva moral, social e afetiva, um quadro de instabilidade que se manifesta através de fatos sociais inteiros na vida dos trabalhadores, e que, desta forma, dão o tom do “material humano” com o qual a economia solidária se depara em sua inscrição. A partir desta discussão assumimos que a organização de trabalhadores em empreendimentos solidários não se dará necessariamente por consciência critica, mas por circunstâncias, trajetórias individuais e coletivas.

O terceiro capítulo trata a economia solidária propriamente dita, busca suas raízes históricas nas experiências empreendidas pelos chamados socialistas utópicos e trata o surgimento de seu conceito enquanto o reconhecimento de práticas pré-existentes nos mais diversos tecidos sociais. A economia solidária será analisada através de suas formas de manifestação, principais conquistas e desafios à efetividade e viabilização. A abordagem neste momento volta-se prioritariamente a esta perspectiva enquanto um meio real de mudança, de

transformação da situação colocada, mas, principalmente, enquanto um conceito dinâmico, que até o momento, talvez apresente mais importância política do que propriamente econômica. A economia solidária será, portanto, apresentada como perspectiva que se manifesta dentro do espaço de dominância capitalista, utilizando outros sentidos para qualificar as mesmas idéias, como uma proposta que há muito se delineia nas relações na sociedade, não representando, desta forma, o papel de novidade frente ao naufrágio do trabalho no capitalismo.

O quarto capítulo narra uma das formas de ocorrência empírica do universo da economia solidária. Neste trabalho o relato da experiência da Associação Mãos Mineiras tem importância tanto no que se refere à possibilidade de ilustrar com cores mais reais as possibilidades de ocorrência do universo em questão, quanto de expressar a dinamicidade de que é portador o processo de conhecimento. A opção por analisar a história de mulheres da comunidade de Manejo, assim como o percurso percorrido desde a construção da experiência associativa naquele espaço, deriva de questionamentos que foram suscitados durante o período de trabalho junto a este grupo via o universo da economia solidária, no papel de agente de formação na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O contato junto a Associação impunha alguns questionamentos que iam desde a efetividade daquela proposta na geração de renda para aquelas famílias, até a forma de ocorrência da atuação da perspectiva da economia solidária e de outros movimentos com interface naquele espaço. A Mãos Mineiras desde o seu inicio teve como marca o incentivo à sua realização, sendo que vários atores se envolveram nesta história, algumas vezes incentivando a organização naquele espaço, outras subsidiando as ações via projetos de intervenção e financiamento, enquanto a impressão inicial era de um grupo moroso e desinteressado. No momento inicial desta pesquisa o problema apresentado voltava-se à percepção daqueles sujeitos sobre o universo da economia solidária enquanto parte integrante desta perspectiva.

Desta forma foi traçado o caminho a ser metodologicamente percorrido. O delineamento estava claro desde o inicio: deveria ser qualitativo devido à capacidade deste método atuar na "obtenção de dados descritivos sobre pessoas,

lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo" (Godoy, 1995). Os outros elementos seriam a história de vida e a entrevista com roteiro.

A dinâmica e os contornos deste trabalho no que se refere a sua parte empírica e teórica foram direcionados pelo objeto de estudo em questão. Tanto a economia solidária enquanto movimento, quanto a Mãos Mineiras como forma de manifestação desta perspectiva, se apresentaram mais sólidos e abrangentes do que a impressão inicial que levou a elaboração do projeto de pesquisa, o que talvez tenha como fator decisivo o abandono da intenção inicial de analisar o movimento e a experiência por sua capacidade de geração de renda para visualizá-los dentro de uma perspectiva de geração de relações recíprocas, de criação de espaços de negociação, de mudança de história de trabalho e de vida, e principalmente de empoderamento destes indivíduos e instituições. Desta forma o que apresentamos neste trabalho são as novas dimensões que adquirimos do universo da economia solidária.

1.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista os objetivos propostos, este estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e baseia-se na busca por compreender o fenômeno de inscrição de uma economia solidária a partir da perspectiva dos sujeitos que compõe e atribuem dinamismo a este universo. Lida, neste sentido, com um "universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (Minayo, 1993).

Neste trabalho, apresentamos histórias pessoais, narrativas de vida expressas através da fala das mulheres da Associação Mãos Mineiras. Histórias que versam sobre as suas vivências de trabalho, e, ainda, sobre a interseção de suas trajetórias de vida com o movimento da economia solidária. Portanto, a pesquisa qualitativa vai tornar viável a argumentação pretendida porque,

> *"propõe a subjetividade como fundante do sentido e defende-a como constitutiva do social e inerente ao entendimento objetivo. Esta corrente não se preocupa de quantificar, mas de lograr explicar os meandros das relações sociais consideradas essência e resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional, que pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência e da explicação do senso comum"* (Minayo, 1993:11).

Os elementos que irão compor esta pesquisa junto à fala dos sujeitos estão presentes no contexto do qual fazem parte, captados através da observação e interpretação do pesquisador. Para o alcance dos objetivos, optou-se pelo estudo de caso da Associação Mãos Mineiras, que corresponde a uma tentativa de análise da economia solidária em profundidade a partir de um contexto particular, o que pôde nos auxiliar ampliando as possibilidades de interpretação e compreensão do objeto de estudo proposto. Segundo Godoy (1995) o estudo de caso caracteriza-se como “um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente e objetiva o exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação particular”.

Para a coleta de dados, a partir das narrativas das pessoas que fazem parte da Associação foi utilizada a entrevista semi-estruturada. A opção pelas entrevistas com roteiro se deve ao fato de que através delas abre-se ao informante a possibilidade de apresentar a sua versão para determinados fenômenos e acontecimentos, uma vez que sua interlocução sobre os fatos que permeiam a história em questão tem por base a sua percepção, assim como a motivação o que os leva a participar da inscrição histórica de determinado acontecimento. Nesta perspectiva, escreve Godoy (1995), que "o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são preocupações essenciais do investigador”.

No entanto, para além destas ferramentas metodológicas o que realmente determinou os contornos deste trabalho foi a “imposição” do campo quanto a necessidade de mudança do recorte inicial para esta pesquisa. No roteiro inicial, a experiência junto ao universo da economia solidária e a percepção deste universo tinha como recorte a movimentação que levou a criação da Associação, no entanto, as primeiras entrevistadas extrapolaram esta marca de interpretação, envolvendo toda a trajetória de trabalho daquelas pessoas.

A partir deste contato inicial ficou clara a necessidade de ampliar o delineamento da pesquisa, pois era inviável simplesmente inscrever a experiência destas mulheres dentro do universo da economia solidária, mas sim inscrever tanto a história destas mulheres e de sua Associação, quanto à perspectiva de uma economia solidária dentro de um contexto maior, o de uma sociedade híbrida

marcada pela dominância capitalista. Uma forma de organização social que envolve tanto as possibilidades de que dispuseram estas mulheres, quanto as especificidades de seu contexto social. Fazendo com que assumíssemos, a partir deste novo direcionamento, não apenas as impressões sobre o que muda em virtude do trabalho associativo, mas as sutilezas que são reveladas durante a narrativa da história de vida e trabalho destas mulheres. Neste sentido manteve-se a perspectiva da história de vida percebida como uma das únicas ferramentas possíveis de revelar parte dos imponderáveis presentes no contexto estudado. Segundo Guerín:

> "a pesquisa de tipo relato de vida (...) não se aproxima em nenhum caso de um relato completo, no qual o pesquisado nos faria voltar à sua mais tenra infância para nos entregar integralmente seu percurso pessoal. Há o relato de vida a partir do momento em que um sujeito conta um episódio qualquer de sua experiência vivida. Contrariamente a entrevistas com questões fechadas, que apreendem fragmentos de realidade, o relato tem a vantagem apreciável de dissecar em uma dimensão temporal a articulação concreta entre os diferentes domínios da existência – o emprego, a família, as relações extra-familiares. Uma outra qualidade desse tipo de procedimento reside no caráter dinâmico das informações recolhidas. Lógicas de ação e relações sociais só ganham sentido em relação à sua história, daí a necessidade de anotar, mesmo que muito parcialmente, as etapas marcantes dos percursos sociais" (Guerín, 2005:90).

Com a reformulação do roteiro inicial retornou-se ao processo das entrevistas. O trabalho de campo foi desenvolvido no segundo semestre de 2006 e ao todo foram realizadas 15 entrevistas, que envolveram as mulheres que fazem parte da Associação Mãos Mineiras, um homem que também integra o grupo, e ainda, agentes que fazem parte de instituições de apóio a esta iniciativa, como a ITCP, enquanto organização do universo da economia solidária. As entrevistas com as associadas foram mais aprofundadas e tiveram em torno de uma a quatro horas de duração. Sendo realizadas prioritariamente no espaço doméstico, contando, em alguns casos, com a presença de familiares, utilizou-se também como espaço para estas entrevistas o entreposto da Associação, o que permitiu no decorrer da mesma, observar as associadas em sua dinâmica de trabalho naquele espaço.

Todas as entrevistas foram gravadas e utilizou-se também do caderno de campo como recurso metodológico para registrar as observações feitas, o contexto particular em que os dados apresentados foram obtidos, assim como, as impressões captadas pelo pesquisador através da presença em situações de diálogos entre as associadas, o que ocorreu em momentos distintos aos de entrevista. O caderno de campo viabilizou ainda o registro das percepções sobre o cenário de manifestação da história, como no caso da relação entre estas mulheres e as pessoas da comunidade, assim como, entre as associadas em momentos de reuniões na Associação. A importância deste instrumento pode ser percebida através de seu papel nos relatos etnográficos:

> "Tomando como referência a expressão com que Geertz (1983) caracteriza os dois momentos constitutivos da prática etnográfica, *experience-near* e *experience-distant*, pode-se dizer que o caderno de campo situa-se justamente na intersecção de ambos: ao transcrever a experiência da imersão, corresponde a uma primeira elaboração, ainda vernacular, a ser retomada no momento da *experience-distant*. Quando já se está "aqui", o caderno de campo fornece o contexto de "lá"; por outro lado, transporta de certa forma para "lá", para o momento da *experience-near*, a bagagem adquirida e acumulada nos anos gastos "aqui", isto é, na academia, entre os pares, no debate teórico" (Magnani, 1996).

Utilizamos também a pesquisa bibliográfica e documental. No primeiro caso recorremos ao universo de trabalhos teóricos produzidos sobre a temática em questão, sendo importante destacar que a análise e seleção da literatura utilizada nesta pesquisa foram ampliadas à medida que foi se desenvolvendo o trabalho de campo, visando buscar subsídios para a interpretação da realidade que se apresentava. No caso da pesquisa documental, que "parte do pressuposto de que, por trás do discurso aparente, simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar" (Godoy, 1995); foram incluídos enquanto etapas deste trabalho a leitura de diversos documentos, entre eles as atas da Associação, registros de atividades da ITCP, assim como, reportagens jornalísticas sobre o grupo, fotografias, cartilhas, entre outros materiais que fazem parte do acervo reunido por este grupo.

A partir da sistematização dos dados das entrevistas, procurou-se reconstituir a história de trabalho das associadas e de como ocorre o encontro de

sua trajetória individual com o grupo que compõe a Associação. E é em virtude das dimensões que emergiram da sistematização das entrevistas, que será destacado o aspecto afetivo com relação à história inicial de mobilização para o grupo. Importante ressaltar que os nomes das pessoas citadas foram associados a pseudônimos como forma de preservar a identidade dos informantes, assim como proporcionar uma maior liberdade nos relatos que fazem parte das entrevistas. O nome da Associação, das instituições parceiras e da comunidade foi mantido por entendermos que não traria nenhum tipo de constrangimento o relato de sua história e participação neste processo de construção, ainda que lenta e gradual de uma sociedade de solidariedade.

2. CAPITALISMO, VELHAS IDÉIAS, NOVOS SENTIDOS: UMA TRAJETÓRIA DE RESSIGNIFICAÇÕES.

> "(...) produção, troca, consumo (..) são obrigações elementares para todos os homens; não dependem de escolhas antigas ou recentes das civilizações, nem de relações que elas mantenham em seu meio, nem da natureza de suas sociedades, nem de suas estruturas políticas, nem de um passado que pesa continuamente sobre a sua vida de cada dia. Essas regras elementares não têm fronteiras. Em princípio, portanto, nesse nível, as semelhanças devem ser mais numerosas que as diferenças". (Braudel, 1996:94).

O processo de construção e consolidação do modo de produção capitalista será o ponto de partida para empreendermos a análise da economia solidária, do que a singulariza em relação a esta forma de organização econômica específica e do que a torna uma perspectiva de organização social viável no contexto atual. Partiremos da premissa de que a economia solidária realiza-se em meio à sociedade capitalista porque a economia representa um espaço plural, abrangendo a movimentação de indivíduos com orientações diversas, e, ainda, que o mérito do capitalismo não está na criação de estruturas e práticas singulares, mas em tornar dominante o resultado da trajetória de ressignificações que historicamente empreendeu.

Dito de outro modo pretendemos mostrar que a economia capitalista ao "imprimir" suas marcas sobre a sociedade não apaga o que havia se consolidado anteriormente nas relações entre os indivíduos, ao contrário, ao promover o processo de ressignificação dos elementos que participam destas relações,

consegue apenas que princípios como solidariedade, reciprocidade e confiança se manifestem de diferentes formas em seu interior, o que ocorre, também, nas dimensões da economia, do mercado e do trabalho.

O objetivo imediato da discussão que desenvolveremos nesta primeira parte do trabalho é o de ir além de uma análise meramente descritiva de como se erguem na história as estruturas para o funcionamento de uma sociedade do tipo capitalista, e assumimos com Hirschman (2000) “que o novo surgiu do velho num grau maior do que tem sido reconhecido”, e que por isto, as ressignificações com as quais estaremos trabalhando se estruturam em termos de continuidades, rupturas e interfaces, existentes entre os diferentes arranjos econômicos que antecedem ou co-existem com o sistema capitalista.

Associamos ainda a esta linha de análise, outras duas perspectivas diretamente complementares, a de Marcel Mauss e a de Karl Polanyi. Para Mauss (2003) é enquanto fatos sociais totais que estas ressignificações se realizam no tempo contínuo da história, para o autor, um fato social qualquer mesmo quando parece novo e revolucionário está carregado de passado, “portanto jamais deve ser separado, mesmo pela mais alta abstração, nem de sua cor local, nem de sua ganga histórica”, o que é corroborado por Polanyi (2000) ao afirmar que “a atividade do homem está submersa em suas relações sociais”. O que aproxima estas abordagens é o fato dos diferentes arranjos institucionais apenas terem sentido quando estudados na junção entre o social, o econômico e o político, local onde o homem e suas opções, passam a ser não penas objeto, mas, também, agentes da história.

Assim, o sentido da movimentação dos homens passa a ser compreendido somente quando analisado à luz do contexto histórico que lhe é singular. Segundo Castel (2003), voltar ao passado nesses tempos atuais de incertezas generalizadas, é tratar do presente. É realizar um esforço por “reentender o surgimento do mais contemporâneo, reconstruindo o sistema das transformações de que a situação atual é herdeira”, portanto, para Castel, o presente não é só contemporâneo, é também um efeito de herança, e é em sua trajetória histórica que deve ser interpretado. Desta forma, será a partir das ressignificações que o capitalismo produz nas categorias economia, mercado e trabalho que

analisaremos as transformações que engendra em outros princípios, também caro à compreensão de uma economia solidária, a citar, a reciprocidade, a confiança e a solidariedade.

Iniciaremos pelo termo economia, e o que poderemos perceber, é que este nem sempre esteve tão intrinsecamente relacionado ao mercado, como nos parece nos dias de hoje. Para Lisboa (2000) foi "em função de um falso e pretenso universalismo do cálculo econômico" que teria ocorrido um monopólio semântico do termo, encobrindo os outros sentidos do mesmo, fazendo com que toda economia humana só encontre sentido se identificada com sua correspondente forma de mercado. Lisboa relaciona a abordagem de Polanyi, a de Aristóteles, que por volta de 325 a.C. vai se referir à economia como "aprovisionamento material-energético da casa e da polis", forma natural de aquisição, diferente da que denomina como crematística, caracterizada como meio de aquisição artificial, surgida, prioritariamente, com a instituição do dinheiro e a expansão do comércio. Antes de nos aprofundarmos na relação, sugerida por Lisboa, entre Polanyi e Aristóteles, veremos a forma como este define, e distingue, a economia da crematística.

> "(...) o primeiro gênero de conquista natural, parte da ciência econômica: ele deve existir, ou, então, a ciência econômica deve proporcionar um tesouro de coisas úteis e mesmo necessárias à vida, em toda sociedade civil ou doméstica. Aí está o que constitui a verdadeira riqueza; e a qualidade necessária para satisfazer à alegria e às exigências da vida não é infinita como pretende Sólon em suas poesias:" Mas não conhece os homens termo nem limites; Que à arte de enriquecer a natureza imponha". Ao contrário, ela prescreveu-lhos, como a todas as artes. Nenhuma delas dispõe de meios infinitos em número e grandeza; ora, a riqueza é a quantidade de meios ou instrumentos próprios para a administração de uma família ou de um Estado. É, pois, evidente que existe uma certa arte de conquista natural para os chefes de família e para os Estados. Mas há um outro modo de conquista que se chama principalmente, e com razão, a arte de adquirir[1]: é aquele que não impõe limites à riqueza, e que, devido à vizinhança que os aproxima, geralmente se crê ser o mesmo do qual acabo de falar. Não é o mesmo, embora dele não esteja muito afastado: um é natural, o outro não vem da

1 Nesta tradução de "A Política" o termo crematística foi substituído por "arte de adquirir", o que, no entanto, não afeta o sentido da distinção em Aristóteles.

> natureza e é principalmente o resultado da inteligência e de uma certa arte" (Aristóteles, 1997:19).

Para Aristóteles (1997), a disposição de espírito que orienta a economia é o desejo de bem-viver, enquanto na crematística, a motivação é "simplesmente o desejo de viver". A ruptura com a condição de equilíbrio na natureza, característica da economia, é tratada por Aristóteles como possível causa da ruína do homem, ocasionada na busca pelo supérfluo, que contraria o movimento natural de aquisição dos meios necessários à subsistência. Neste sentido, Aristóteles vai se referir a crematística como: "estranha riqueza que, por maior que seja, não impede que seu possuidor morra de fome – como aquele Midas da fábula, cujo desejo cúpido transformava em ouro todas as iguarias que lhe eram servidas" (Aristóteles, 1997).

A relação entre Aristóteles e Polanyi deriva da concepção que resguardam sobre o sentido da economia. Para os autores, a economia é o local onde se busca a reprodução material da própria vida, voltando-se mais, a uma afinidade entre meios e fins com base no equilíbrio, do que a uma possível noção de insuficiência de recursos disponibilizados. De acordo com Lisboa (2000), Polanyi desmonta, assim como o fez Aristóteles em seu tempo, o dogma da escassez, apresentando como fictícia a predestinação humana à trágica disparidade entre vontades ilimitadas e meios escassos.

> "A escassez é o postulado da insuficiência das coisas materiais (a crença de que não há o bastante para todos). Os meios seriam insuficientes para a subsistência humana. A associação da Economia com "escassez" parece óbvia, pois está presente na própria terminologia "economizar" (poupar); "econômico" (barato). Através dela a condição humana é a da "tragédia predestinada", ou seja, somos prisioneiros do trabalho, da perpétua disparidade entre vontades ilimitadas e meios insuficientes. Polanyi demonstrou a não existência da escassez nas sociedades nômades. No estudo dos povos não ocidentais descobrimos o óbvio: a escassez é definida pela relação entre meios e fins, não sendo propriedade absoluta dos meios disponíveis. Escassez é a proporção entre a quantidade de uma coisa e o uso que se lhe faz. Ou seja, há duas formas de afluência (e de pobreza): as necessidades podem ser facilmente satisfeitas seja produzindo muito, seja desejando pouco" (Lisboa. 2000:4).

Foi através de um procedimento comparativo, que Karl Polanyi em sua

pesquisa sobre a origem política e econômica do nosso tempo, contribuiu para a renovação do saber econômico, abrindo precedentes em sua análise, para que o espaço da economia fosse interpretado para além do fator monetário, a partir da existência de diversos princípios em interação (Guerín, 2005). Para o autor, a economia representa, apenas um dos elementos da vida em sociedade, ganhando o sentido que apresenta hoje, a partir de um contínuo processo de ressignificação, que em nada se assemelha a uma suposta ruptura com outros momentos da História. Remete-se à forma como os diferentes arranjos institucionais foram estabelecidos na sociedade, e, ainda, como a organização destes, sob uma lógica específica, possibilitou o "corte histórico" que deu origem à "Grande Transformação" originária de nosso tempo.

É possível distinguir em Polanyi quatro princípios para o comportamento econômico, o da domesticidade, da reciprocidade, da redistribuição e o das trocas ou do mercado, sendo que a associação entre estes, ocorre de modo distinto nos diferentes arranjos instituídos na História da esfera econômica. A análise destes princípios, no entanto, deve ser feita de modo conjunto, porque, para Polanyi, o espaço de manifestação de cada um destes, não é vinculado à ausência de manifestação dos outros. O autor parte da percepção de que existiria uma interação contínua e recíproca entre o homem e sua sociedade, derivando daí a principal inferência de seu trabalho, a de que a atividade econômica do homem estaria submersa em suas relações sociais.

O primeiro princípio que apresentaremos da abordagem de Polanyi, é o da domesticidade[2], que se refere a produção para o usufruto do próprio grupo, associando-se diretamente ao sentido de economia em Aristóteles:

> "O princípio da *domesticidade*, consiste na produção para uso próprio. Os gregos chamavam-no de *oeconomia*, étimo da palavra "economia" (...) O seu padrão é o grupo fechado. Tanto no caso de entidades de família muito diferentes, como no povoamento, ou na casa senhorial, que constituíam unidades auto-suficientes, o principio era invariavelmente o mesmo, a saber, o de produzir e armazenar para satisfação das necessidades dos membros do grupo (...) Foi justamente esta situação que Aristóteles tentou

2 A discussão dos princípios não segue uma ordem cronológica de ocorrência rígida, para Polanyi estes ocorrem de forma complementar, sendo apenas o quarto, o das trocas ou do mercado, relacionado a inauguração de uma estrutura particular.

> esclarecer como norma há dois mil anos (...) temos que concordar com a famosa distinção que ele faz entre a domesticidade propriamente dita e o ato de ganhar dinheiro *money-making* (...) Ao denunciar o princípio da produção visando o lucro "como não natural ao homem" por ser infinito e ilimitado, Aristóteles estava apontando, na verdade, para seu ponto crucial, a saber, a separação de uma motivação econômica isolada das relações sociais nas quais as limitações eram inerentes" (Polanyi, 2000:73-75).

A reciprocidade caracteriza-se como o segundo princípio. Este funda-se sobre a noção da dádiva[3], e o seu aspecto principal é que as transferências são indissociáveis das relações humanas. Mauss (2003) vai trabalhar este conceito a partir da noção dos "fatos sociais totais", aos quais já fizemos menção, onde toda troca para além de material é também um ato simbólico, que envolve os indivíduos através de obrigações reciprocitárias que exprimem, de uma só vez as mais diversas instituições, entre elas, as "religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo - e as econômicas –supondo formas particulares de produção e consumo" (Mauss, 2003). Para Polanyi (2000) nestas relações o que domina não é "a propensão à barganha, mas a reciprocidade no comportamento econômico".

> "A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo deste processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que estes interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores e pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não econômicas. Em termos de sobrevivência, a explicação é simples.

3 Conceito cunhado por Marcel Mauss, "(...) compreende três momentos: aquele de dar, do receber e do retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é a perenização dos laços sociais (ou a tessitura do liame social). A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigada, a doação (ou esse registro de lógica), é essencialmente paradoxal" (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

> Tomemos o caso de uma sociedade tribal. O interesse individual só raramente é predominante, pois a comunidade vela para que nenhum de seus membros esteja faminto, a não ser que ela própria seja avassalada por uma catástrofe, em cujo os interesses são ameaçados coletiva e não individualmente. Por outro lado, a manutenção dos laços sociais é crucial. Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra e generosidade, o individuo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber" (Polanyi, 2000:65-66).

Seguindo na reflexão de Polanyi o terceiro princípio que apresentaremos é o da redistribuição. O modelo institucional neste espaço está baseado na centralidade, na divisão do trabalho e de poder. Costa (1999), discute a perspectiva da redistribuição através da importância entre esta, e o princípio da reciprocidade na reprodução das sociedades primitivas, tribais e tradicionais em geral, o que se justifica no fato destes princípios juntos, serem os responsáveis por nestes contextos, promoverem o intercâmbio necessário à troca de bens e serviços. Pois, para Polanyi (2000), a redistribuição, assim como a reciprocidade, "tende a enredar o sistema econômico propriamente dito em relações sociais".

> "O padrão institucional da centralidade, por seu lado, que está presente, de alguma forma, em todos os grupos humanos, fornece um conduto para a coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços. Os membros de uma tribo de caçadores geralmente entregam a caça ao chefe para a redistribuição. É da própria natureza da caça que o rendimento seja irregular, além de ser o resultado do esforço coletivo. Sob condições como essas, não seria praticável qualquer outro método de partilha a não ser que o grupo se desfaça após cada expedição. Assim, em todas as economias desse tipo existe uma necessidade semelhante, seja o grupo numeroso ou não. Quanto maior for o território e quanto mais variado o produto, mais a redistribuição resultará numa efetiva divisão de trabalho, uma vez que ela ajudará a unir grupos de produtores geograficamente diferenciados" (Polanyi, 2000:68-69).

O último princípio destacado por Polanyi é o da troca, ou do mercado, este possui um modo de funcionamento que lhe atribui um modelo institucional próprio, mas nem por isso autônomo, nas relações sociais. Tem por base o equilíbrio da

oferta e demanda, e as relações estabelecidas através de trocas, monetárias ou não, se realizam por intermédio de um equivalente geral, ou equivalência, na relação entre o demandante e o ofertante, o que acontece, geralmente, no espaço do mercado. A ascensão deste princípio não lhe garante exclusividade nas relações em sociedade, o intercâmbio de mercado, escreve Maia (2004), embora fundamental em várias sociedades, não elimina outras modalidades de troca, o que vale tanto para as sociedades tradicionais como para as modernas. Para Polanyi, o que singulariza este princípio é o fato de que neste,

> "em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. A importância vital do fator econômico para a existência da sociedade antecede qualquer outro resultado. Desta vez, o sistema econômico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado. Na verdade, foi crucial o passo que transformou mercados isolados numa economia de mercado, mercados reguláveis num mercado auto-regulável. O século XIX – aclamando o fato como o ápice da civilização ou deplorando-o como um crescimento canceroso – imaginava ingenuamente que um tal desenvolvimento era o resultado natural da difusão dos mercados. Não se compreendeu que a engrenagem de mercados num sistema auto-regulável de tremendo poder não foi o resultado de qualquer tendência inerente aos mercados em direção à excrescência, e sim o efeito de estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social, a fim de fazer frente a uma situação criada pelo fenômeno não menos artificial da máquina" (Polanyi, 2000:77-78).

A esta abordagem sobre as transformações na sociedade e economia somam-se outras, que muitas vezes por assumirem posicionamentos distintos, se apresentam prematuramente de forma contrária. No entanto, o que se percebe após uma análise mais detida sobre o conjunto de seus pressupostos, é que salvo alguns pontos de inflexão, é possível entre essas, uma relação de complementaridade na busca pela reestruturação da trajetória de ressignificações empreendida pelo modo de produção capitalista. Dentro deste universo, um caso amplamente referido é o da distinção de posicionamentos entre Braudel e Polanyi.

Braudel (1996), acusa Polanyi de considerar a economia um mero apêndice da vida social, lhe atribuindo um lugar de menor importância na organização das sociedades. Para o autor, de acordo com a abordagem de Polanyi, é somente através da “Grande Transformação”, caracterizada pela plena explosão do capitalismo no século XIX, que o mercado “auto-regulador” assume sua verdadeira dimensão, subjugando o social até então dominante. Antes, porém, para Polanyi, o sistema econômico se caracterizava como mera função da organização social.

Lisboa (2000), sai em defesa de Polanyi nesta polêmica. Afirma que advogar o primado da sociedade sobre a economia como condição da sobrevivência da humanidade, representa o fim da sociedade de mercado no período histórico de referência, o que não significa, de forma alguma, defender uma suposta ausência de mercados naquele contexto. De seu lado, Braudel (1996), assume como objeto de análise registros histórico dos séculos XV ao XVII, e através do relato destes, irá afirmar sobre a existência de interação contínua entre o econômico, o social e o político, o que, apesar do desacordo declarado, não contradiz em nada os princípios destacados por Polanyi. Vejamos como o autor apresenta parte desta discussão:

> “(...) a noção de “mercado auto-regulador” que nos é proposta – é isto, é aquilo, não é tal coisa, não admite esta ou aquela linha – está relacionada com um gosto teológico por definição. Esse mercado em que “só intervêm a procura, o custo da oferta e os preços, que resulta de um acordo recíproco”, na ausência de qualquer “elemento externo”, é um criação da mente. É demasiado fácil batizar de econômica uma forma de troca e de social uma outra. Na realidade, todas as formas são econômicas, todas são sociais. Houve, por séculos a fio, trocas sócio-econômicas muito variadas que coexistiram, a despeito ou por causa da sua diversidade. Reciprocidade, redistribuição são também formas econômicas (...) e o mercado a título oneroso, muito cedo implantado, é também ao mesmo tempo uma realidade social e uma realidade econômica. A troca é sempre um diálogo e, de vez em quando, o preço é imprevisível. (..) Historicamente, temos de falar, a meu ver, de economia de mercado tão logo há flutuação e consonância dos preços entre os mercados de uma dada zona, fenômeno tanto mais característico por se produzir em diferentes jurisdições e soberania. Neste sentido, há economia de mercado muito antes dos séculos XIX e XX (...) Desde a antiguidade os preços flutuam; no século XIII, já flutuam conjuntamente em toda a Europa. Em suma, a economia de mercado se formou passo a passo. Como dizia Marcel Mauss, “foram as nossas sociedades do

> Ocidente que há bem pouco tempo fizeram do homem um animal econômico". Mas falta entendermos-nos quanto ao sentido de "há bem pouco tempo" (Braudel, 1996:195 -196).

O principal ponto de divergência entre os autores volta-se para a origem da permuta, da barganha e da troca no mercado. Para Polanyi (2000) estas "constituem um principio de comportamento econômico que depende do padrão mercado para sua efetivação", enquanto Braudel (1996), as localiza, junto à produção e o consumo, enquanto obrigações elementares para todos os homens que "não dependem de escolhas antigas ou recentes (...) nem da natureza de suas sociedades, nem de sua estrutura política". O que de certa forma, relaciona-se também a uma provável delimitação cronológica da criação dos mercados. Ponto para o qual Orfeuil (2002) apresenta um fim possível, ao afirmar que o que há de mais significativo não é situar a invenção do mercado pela sociedade, mas compreender o motor de sua expansão, o que vai das transações mais elementares nos mercados de vilarejo até o mercado mundial (Orfeuil, 2002).

Comecemos então, por reconhecer "que não há uma economia, mas sim economias" (Braudel, 1996), que atuam para a instituição de diferentes tipos de mercado. Braudel (1996), estuda o universo econômico a partir da imagem de uma casa com vários andares, onde o térreo é o andar da vida material, em seu sentido de economia muito elementar. Transpondo este nível térreo, estão os andares imediatamente superiores da vida econômica, sendo o último o da ação capitalista. O autor ressalta que oposição entre os vários andares não implica em uma tentativa de quebrar os tempos contínuos da História, ao que acrescentaríamos também, de negar as possibilidades de coexistência de modelos institucionais distintos em um mesmo contexto social. Na realidade implica em tentar elaborar um modelo que vá do simples ao complexo, que busque o todo a partir das partes. Vamos a este andar térreo, o da "vida material", que para Braudel representa,

> "(...) uma zona de opacidade muitas vezes difícil de observar, por falta de documentação histórica suficiente, se estende sob o mercado: é uma atividade elementar de base que se encontra por toda a parte e cujo o volume é simplesmente fantástico. À falta de termo melhor, denominei essa zona espessa, rente ao chão, de

> vida material ou civilização material, infra-economia (...) outra metade informal da atividade econômica, a da auto-suficiência, da troca dos produtos e dos serviços num raio muito curto (...) Onipresente, invasora, repetitiva, esta vida material ocorre sob o signo da rotina: semeia-se o trigo como sempre se semeou, planta-se o milho como sempre foi plantado (...) A vida material entre os séculos XV e XVIII, é o prolongamento de uma sociedade, de uma economia antiga que muito lentamente, muito imperceptivelmente se foram transformando e que, pouco a pouco, criaram acima de sí (...) uma base superior cujo o peso forçosamente suportam".(Braudel, 1995:12-17).

A delimitação proposta por Braudel (1995) não implica em admitir a existência de "um teto que confina toda a vida dos homens", mas em tentar estabelecer os pontilhados para o recorte histórico, em termos de contrastes que se estabelecem nas diferentes épocas "entre o possível e o impossível, entre o que se pode atingir, não sem esforço, e o que permanece velado aos homens". A transição desta "civilização material" para o andar seguinte, o da "civilização econômica", morada da "fina e ágil economia de mercado", deve, então, ser percebida também em termos de possibilidades criadas e limites transpostos pelos homens nas diferentes sociedades. O universo que se origina na interação entre os indivíduos e destes com o seu meio, forma a noção vigente de economia, de mercado, assim como, do sentido do trabalho. Estas noções se apresentam como resultado de ressignificações sucessivas, ocasionadas, principalmente, pelo gigantesco aumento do volume de trocas, o que foi viabilizado, ente outros fatores, pela invenção da moeda como unidade de equivalência.

> "A moeda, evidentemente, é sinal – e causa- das mutações e revoluções da economia monetária. É inseparável dos movimentos que a transmitem e a criam. Com freqüência excessiva, as explicações antigas, no Ocidente, vêem a moeda em si e definem-na por comparação. A moeda é "o sangue do corpo social" (imagem banal muito antes da descoberta de Harvey); é uma "mercadoria", verdade repetida ao longo dos séculos. Segundo Willian Petty (1655), "não passa, por assim dizer, da gordura do corpo político: sendo demais, prejudica a agilidade, sendo de menos, põe-no doente" fala o médico. Em 1822, um negociante francês explica que a moeda "não é a charrua com que cultivamos e criamos produtos". Limita-se a ajudar à circulação dos bens, "à maneira do óleo que facilita os movimentos de uma máquina; quando as engrenagens já estão suficientemente lubrificadas, o excesso só prejudica o seu funcionamento": fala o mecânico. Mas,

> mais valem ainda estas imagens do que uma afirmação muito contestável: John Locke, em 1691, bom filósofo, economista discutível, identificava, diríamos nós, moeda com capital; é quase como confundir moeda com riqueza, medida e quantidade de medida. Todas essas definições deixam de lado o essencial: a própria economia monetária, na realidade, a razão de ser da moeda. Só se instala quando os homens têm a necessidade dela e podem suportar os seus custos. A sua agilidade, a sua complicação são função da agilidade, da complicação da economia que a implica" (Braudel, 1995:402).

Desta forma, o que se percebe é que mesmo a moeda que marca o processo de transição para a economia monetária, não tem a sua "invenção" enquanto um processo de ruptura, não surge enquanto abstração para solucionar o problema de difusão das trocas. Dito de outro modo, se de um lado, a moeda é motor da economia monetária, de outro não é fruto da "civilização econômica". Sob a insígnia da equivalência, como meio viabilizador de troca teve lugar em diferentes espaços, inclusive em economias "fora da influência do dinheiro" (Belshaw, 1968), o que se torna fato totalmente presumível se considerada a assertiva de que "a troca é tão velha como a História dos homens" (Braudel, 1996). Assim, de mediadora de acordos homem a homem, a "mercadoria aplicável a todo o âmbito de intercâmbios materiais e muitos dos não materiais" (Belshaw, 1968), a moeda é mais um elemento no elenco de categorias ressignificadas da História em questão, a das economias e das sociedades, que podem ser, mas não necessariamente o são, monetárias nos termos capitalistas.

A transição da vida material para a vida econômica, neste processo que busca na História, a trajetória empreendida em termos de ressignificações, se estabelece mais em termos de diferentes superfícies de contato que se materializam, do que por rupturas nos contínuos tempos da História. Estas superfícies para Braudel (1996) se realizam, inicialmente, através de pontos modestos, onde um exemplo significativo é o das feiras, que conjugam a ampliação, mesmo que ainda restrita, do espaço das trocas com a utilização da moeda como equivalente geral. Para Belshaw (1968), as definições geralmente empreendidas sobre os sistemas de mercado, dos quais as feiras seriam um dos exemplos iniciais, se aproximam mais de "abstrações" do que a situações que são empiricamente observadas. De qualquer forma, é interessante citarmos em que se

pauta esta delimitação estritamente econômica das relações empreendidas no mercado, o que faremos a partir da argumentação de L. M. Frazer apresentada por Belshaw,

> "A palavra "mercado" não precisa nos deter muito tempo. Em economia, ela significa não um determinado edifício ou local, mas um estado de coisas. Existe um "mercado" para uma mercadoria (isto é uma classe de mercadorias) quando há vários compradores e vendedores, e quando o preço unitário que cada um oferece e paga, é afetado pelas decisões de todos os outros. Diz-se que o mercado é "perfeito" quando cada comprador tem pleno conhecimento, e a habilidade de usa-lo, do que cada vendedor está pedindo, e que cada vendedor tem pleno conhecimento e a habilidade de usa-lo, do que cada comprador está oferecendo. Tanto o conceito de classe de mercadoria como o conceito de mercado perfeito são termos essencialmente abstratos e "funcionais". Encontramos uma aproximação da sua realização no mundo financeiro (....) Mas fora dessa área circunscrita, as condições visualizadas pela teoria da concorrência pura na são encontradas em toda sua pureza" (Frazer 1937 apud Belshaw, 1968:18).

O que se percebe empiricamente é que as feiras, instituindo-se enquanto um local de trocas, vão além destas, sendo também expressão de estabelecimento de relações, de vida social, de manutenção de vínculos. É o que mostra Braudel (1996) recorrendo a provérbios populares, que caracterizam as feiras como espaços concomitantemente de trocas e de estabelecimento de relações. Eis alguns exemplos, entre os citados pelo autor: "tudo se vende na feira, menos a virtude e a honra". (...) "Se não conheces bem a arte de comprar e vender, ah, a feira será tua mestra". Como na feira ninguém está só: "pensa em ti e pensa na feira", isto é nos outros" (Braudel, 1996).

> "O *Livre de métiers* de Boileau (redigido por volta de 1270) o diz insistentemente: "Pois há razões para que os gêneros cheguem à feira e aí se veja se são bons e leais ou não [...] porque nas coisas [...] vendidas em *plena feira* todos podem tomar partido, o pobre e o rico." Segundo uma expressão alemã, é o comércio de mão na mão, olhos nos olhos (...), a troca imediata: o que se vende, vende-se sem demora, o que se compra, leva-se logo e paga-se no mesmo instante; o crédito é pouco utilizado, e só de uma feira para outra. Este antiqüíssimo tipo de troca já era praticado em Pompéia, em Óstia ou em Timgad, a Romana, em séculos, milênios antes: a Grécia antiga teve suas feiras; havia feiras na China clássica, bem como no Egito faraônico, na Babilônia, onde a

> troca foi tão precoce. Os europeus descrevem o esplendor o colorido e a organização da feira “de Tlalteco que fica perto de Tenochtitlan” (México) e as feiras “regulares e policiada” da África Negra, cuja ordem impressionou favoravelmente, a despeito da exigüidade das trocas. Na Etiópia, a origem das feiras perde-se na noite dos tempos.” (Braudel,1996:15)

Um segundo movimento neste universo será o dos mercados especializados (halles), feiras cobertas, que se realizam de modo complementar às feiras em vias públicas, mas de modo permanente. Um lugar onde, segundo relato de viajantes holandeses a Paris, se encontra de tudo, inclusive “falsidade” e “embustes”, “como as lojas são mal iluminadas, pensa-se ter comprado um traje preto e, quando se chega à luz, é verde ou roxo, manchado como a pele do leopardo” (Braudel, 1996). Esta movimentação, ainda ensaísta neste momento, de especialização e ganho de escala, ocorre paralelamente ao aumento de amplitude as trocas, abrindo espaço, neste trajeto, para a inserção privilegiada de alguns atores em decorrência da queda de importância de outros. Como exemplo, pode-se citar o caso londrino:

> “Outro efeito da organização do mercado londrino é a ruptura (inevitável, dada a amplitude das tarefas) do mercado tradicional, *open market*, mercado público, transparente, que punha frente a frente o produtor-vendedor e o comprador-consumidor da cidade. A distância entre ambos torna-se grande demais pra ser transposta totalmente por gente modesta. O mercador, o terceiro homem, surgiu há muito tempo, pelo menos desde a metade do século XIII, na Inglaterra, entre o campo e a cidade, particularmente para o comércio do trigo. Pouco a pouco, formam-se cadeias de intermediários, de um lado, entre produtor e o grande mercador, de outro, entre os revendedores, sendo que por essas cadeias passará grande parte do comércio de manteiga, de queijo, de produtos avícolas, de frutas, de legumes, de leite.... Nesse jogo perdem-se as prescrições, hábitos e tradições, que voam em estilhaços.” (Braudel, 1996:27).

O que se percebe é que esta engrenagem demanda uma ordem para o seu funcionamento. Isto porque a partir do desenvolvimento, e sofisticação dos tipos de troca, alguns novos elementos, como o crédito, por exemplo, são inseridos como mediadores das relações no mercado, elementos que, por sua vez, não

imprescindem de determinados tipos de entendimento e colaborações caros tanto às relações sociais quanto aos arranjos mercantis anteriores. Um exemplo deste estado de coisas pode ser o da noção de honra tratada por Mauss, que presente nas sociedades “realmente primitivas” como no diz o autor, também se encontram nas nossas, ressignificadas em suas formas de manifestação.

Para Mauss (2003), a História econômica e jurídica é muito incorreta ao assumir como *a priori* as idéias da evolução, como se nas sociedades primitivas existisse apenas o regime de escambo, enquanto que o pagamento à vista e a venda crédito caracteriza-se “uma fase superior da civilização”, para autor, o ponto de partida está alhures, os homens, “souberam empenhar a sua honra antes mesmo de saberem assinar”, o que faz com que se encontre presente já nestas sociedades não apenas a venda a crédito, mas também, a noção de empréstimos e de contratos.

> “A evolução não fez o direito passar da economia de escambo à venda, e do pagamento à vista ao pagamento a prazo. Foi sobre um sistema de presentes dados e retribuídos a prazo que se edificaram, de um lado, o escambo, por simplificação, por aproximações de tempos outrora disjuntos, e de outro lado, a compra e a venda, esta a prazo e à vista, e também o empréstimo. Pois nada prova que nenhum dos direitos que foram além da fase que descrevemos (direito babilônico, em particular) não tenha conhecido o crédito que conhecem todas as sociedades arcaicas que sobrevivem em torno de nós. Eis uma outra forma simples e realista, de resolver o problema dos dois “momentos do tempo” que o contrato unifica” (Mauss, 2003:237).

A esta reflexão de Mauss, acrescentaríamos ainda, a discussão sobre a honra, que segundo o autor se manifesta nas relações estabelecidas na sociedade bem antes da instituição do direito contratual. O que seria o ato de empenhar a honra senão uma forma de assumir um compromisso frente a uma relação estabelecida? Nas sociedades estudas por Mauss a honra está relacionada à ocorrência da dádiva, “tendo como “garantia” a virtude da coisa dada que é, ela própria, essa “garantia”, o que não exclui a ocorrência deste princípio no processo de sofisticação dos mecanismos de troca, que caracterizam o processo de transição da civilização material para a “fina e ágil economia de mercado”. A introdução da venda a crédito, não constitui mais do que um, entre os vários

processos de ressignificação empreendidos na trajetória de estruturação do mercado capitalista. Neste espaço, os indivíduos no ato de troca não estão livres do estabelecimento de relações, pode-se dizer até mesmo que se encontram mais “obrigados” do que em virtude da contra-equivalência imediata que caracterizava as primeiras feiras. As compras a crédito por requererem um intervalo de tempo para a execução da contra-prestação, não envolvem apenas o valor monetário correspondente, envolvem a reputação, honra, a palavra e o nome, dos sujeitos envolvidos na transação.

Braudel (1996), mesmo não abordando diretamente esta questão oferece indícios para que possamos vislumbrar a relação crédito-honra, através do relato que apresenta sobre o conteúdo de cartas de cobrança enviadas pelos primeiros comerciantes a seus credores. Fica claro nos trechos citados pelo autor, que para estes “lojistas”, o não pagamento é encarado como ruptura de uma relação de confiança anteriormente estabelecida, entre eles e os seus clientes.

> *“Escrevemo-vos estas linhas para saber quando estaríeis dispostos a nos pagar”, 28 de maio de 1669. “Senhor, muito me espanta que minhas cartas tantas vezes reiteradas obtenham tão pouco efeito, pois sempre se deve responder a um homem honesto...”, 30 de junho de 1669. “Jamais pensaríamos que depois de os terdes garantido que viríeis até nós para liquidar a vossa conta, vós fôsseis embora sem dizer nada””(Braudel, 1996:57).*

Desta forma, a relação de confiança não é estranha a este espaço de especialização do mercado, mas já neste momento existiam, segundo Hirschman (2000), ansiosas suspeitas a este respeito. Imaginava-se que a velha ordem pudesse ser sucumbida pelo dinheiro, o que contaria com a importante participação do terceiro homem que faz comércio e pratica usura, o que não é visto por muitos, em muitos lugares, como boa figura. O dinheiro amplia cada vez mais seu papel no cenário dos intercâmbios do mercado, e pela forma como foi sendo praticado o comercio, chega a ser denunciado como extremamente perigoso, por se apresentar como um laço que pode se tornar “mais duradouro que a honra, a amizade, a relação consangüínea ou a unidade de afeição” (Hirschman, 2000). Risco que previa Santo Agostinho no início da era cristã ao

apontar como “um dos pecados do homem decaído, a ânsia por dinheiro e bens materiais” sendo os outros dois, o desejo de poder, pecado corriqueiro na sociedade do capital, e o desejo sexual, que fora na qualidade de comércio, e como elemento resultante da degradação da classe trabalhadora nas cidades industriais, não encontramos outros registros específicos na História deste modo de produção. (Hirschman, 2000).

À medida que a economia mercantil se alastra, outro aspecto relevante vem à tona, o da divisão social do trabalho, definidora em larga escala dos rumos que tomará a História em direção à sociedade capitalista, sendo importante ressaltar que esta, assim como as outras dimensões citadas até esse ponto de nossa discussão, a da economia e do mercado, também não representa uma invenção da economia mercantil, a divisão do trabalho foi defendida em outros períodos da História, mas certamente a partir de outros princípios. Segundo Polanyi (2000) a divisão do trabalho representa um fenômeno tão antigo, como a própria vida em sociedade, a origem, no entanto, é diversa da que se encontra na base da sociedade capitalista, esta divisão das atividades produtivas em outros contextos volta-se às diferenças inerentes a fatos como o sexo, a geografia e a capacidade individual. Constatação que é corroborada por Gorz (2003), ao discutir a ressignificação que acontece no sentido da categoria trabalho no processo de transição para as sociedades contemporâneas*:*

> “O que chamamos de “trabalho” é uma invenção da modernidade. A forma sob a qual conhecemos e praticamos, aquilo que é o cerne de nossa existência, individual e social, foi uma invenção, mais tarde generalizada, do industrialismo. O “trabalho” no sentido contemporâneo do termo não se confunde nem com afazeres, repetidos dia após dia, necessários à manutenção e à reprodução da vida de cada um; nem com o labor, por mais penoso que seja, que um indivíduo realiza para cumprir uma tarefa da qual ele mesmo e seu próximos serão destinatários e os beneficiários; nem com o que empreendemos por conta própria, sem medir nosso tempo e esforço, cuja a finalidade só interessa a nós mesmos e que ninguém poderia realizar em nosso lugar (...) A característica mais importante desse trabalho – aquele que “temos”, “procuramos”,”oferecemos”- é ser uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecidamente útil para outros além de nós e, a este título remunerada. É pelo trabalho remunerado (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos a esfera pública, adquirimos uma existência e uma

> identidade sociais (isto é, uma profissão) (...) Por isto a sociedade industrial pode perceber a si mesma como uma “sociedade de trabalhadores”, distinta de todas as demais que a precederam” (Gorz, 2003:21).

Antes, porém, de ser efetivado este processo de transformação do trabalho realizado na esfera privada para o trabalho “público”, definidor de identidade social, era preciso preparar as estruturas para que esta transição ocorresse, o “trabalho” deveria estar disponível para o processo que começava a se manifestar nas cidades, e que posteriormente originaria a economia industrial. Segundo Braudel (1996), foi necessário inicialmente “derreter a grande camada de gelo dos sistemas agrários tradicionais e das relações sociais do campo”, o que para Hobsbawm (2002), viria a se efetivar a partir da transformação da terra em mercadoria, e da grande massa da população rural em algo próximo a trabalhadores assalariados. Tarefa que, conforme nos relata a História, foi cumprida, mas não sem ônus para o lado menos favorecido na relação.

> “Pois o velho sistema tradicional, embora ineficaz e opressor, era também um sistema de considerável certeza social e, num nível bastante miserável, de alguma segurança econômica, para não mencionarmos que era consagrado pelo costume e tradição. As fomes periódicas, o peso do trabalho que faziam os homens se tornarem velhos aos 40 anos de idade e as mulheres aos 30, eram atos de deus; só se transformaram em atos pelo quais os homens eram considerados responsáveis em tempos de miséria anormal ou de revolução. A evolução legal, do ponto de vista do camponês, não deu (...) nada exceto alguns direitos legais, mas lhe tomou bastante, por exemplo, na Prússia, a emancipação deu-lhe 2/3 ou metade da terra que ele já cultivava e a liberação do trabalho forçado e de outras obrigações; mas formalmente lhe tomou: sua possibilidade de reivindicar assistência do senhor feudal em tempos de colheita ruim ou de praga do gado (...) Para o camponês pobre parecia uma troca nitidamente desfavorável (...) Além disso, a introdução do liberalismo na terra foi uma espécie de bombardeio silencioso que destruiu a estrutura social em que sempre habitaram os camponeses, não deixando nada intacto, exceto os ricos: solidão chamada liberdade’ (Hobsbawm, 2002).

Á esta liberdade, assim colocada, soma-se o sofrimento, o que também pode ser encontrado em relatos literários sobre o universo do trabalho, assim

como o de Saramago (1998) que através de uma visão romanceada conta a saga da família Mau Tempo, trabalhadores de latifúndio na região do Alentejo em Portugal.

> "Já se sabe o destino das searas, está tudo ali no chão e não tardando agora o tempo das sementeiras que fará Gilberto?; Vamos a casa dele perguntar (...) Diga a seu patrão que estão aqui umas pessoas que vêm saber o que é que ele faz, já caíram as primeiras águas, é tempo de semear, e tendo a criada ido saber a resposta ficamos à porta, que a nós não nos mandam entrar e nisto volta a criada de mau modo (...) O patrão manda dizer que não tem nada a ver com isso, a terra é dele, e se tornam a parecer cá manda chamar a guarda, mal acaba de dizer fecha-nos a porta na cara, nem a malteses isto se faria porque de malteses e navalhas escondidas têm esses medo que se pela (...) Os patrões são os donos da terra e de quem trabalha nelas, somos ainda menos do que os cães do prédio (...) esses comem todos os dias levam-lhes o tacho cheio, ninguém seria capaz de deixar um animal passar fome. Quem não souber tratar de animais, vale mais que os não tenha. Mas com os homens é diferente, cão não sou e não como há dois dias (...) Tanto se apregoou de mudanças e esperanças (..) Não há trabalho, que isto, que liberdade foi esta?"(Saramago, 1998, 357-359).

Estar à deriva ou não neste processo, também pode ser compreendido em termos de acúmulo ou não de poder, o que pode ser melhor ilustrado com a abordagem de Elias (2000) sobre os diferenciais de poder entre o que o ele denomina como grupos estabelecidos e outsiders. Para este autor, os primeiros figuram no centro como os inseridos, e os outros, tidos enquanto "anônimos" apenas encontram lugar à margem, o que nos permite a analogia desta discussão com a constituição de uma sociabilidade capitalista onde o poder sobrepõe outros elementos outrora importantes no processo de distinção social.

> " (...) os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos muito poderosos tendem mais a identificar nos grupos outsiders de baixo poder e que servem a seus membros como justificação de seu status elevado e prova de seu valor superior ,costumam ser gerados nos membros do grupo inferior – inferior em termos de sua relação de forças – pelas próprias condições de sua posição de outsiders e pela humilhação e opressão que lhe são concomitantes. Sob alguns aspectos, eles são iguais no mundo inteiro. A pobreza – o baixo padrão de vida – é um deles. Mas existem outros, não menos significativos em termos humanos, dentre os quais figuram a exposição constante aos caprichos das decisões e ordens dos superiores, a

> humilhação de ser excluído das fileiras deles e as atitudes de deferências instaladas no grupo “inferior”. Além disso, quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição de outsiders avaliam-se pela bitola de seus opressores. Em termos das normas de seus opressores, eles se consideram deficientes, se vêem como tendo menos valor. Assim como, costumeiramente, os grupos estabelecidos vêem seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado, os grupos outsiders, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam afetivamente sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana.” (Elias, 2000:28).

Neste sentido na pirâmide social que se gesta dentro do capitalismo, o maior acúmulo de poder é garantido aos protagonistas do capital, o que garante à figura do capitalista o topo na hierarquia social. A termo capitalista assume, no século XVIII, o significado que melhor o define em relação ao modo de produção que este representa, porque se de um lado o capitalista é tido neste momento como o “detentor de fortunas pecuniárias”, o capitalismo vai ser definido por Proudhon (apud Braudel, 1996) como o “regime econômico e social, no qual os capitais não pertencem aqueles que o fazem render pelo próprio trabalho”.

Desta forma, o capitalista mesmo estando no topo, lá se mantém através de uma espécie de “parasitismo social”, através da expropriação do trabalho alheio, uma classe que se faz importante apenas para a manutenção do sistema, mas não para a produção de sua riqueza social. Esta, ao contrário, virá da movimentação que se gesta nos níveis inferiores da hierarquia social, em torno do trabalho que se realiza a partir do paradoxo de ser ao mesmo tempo alicerce, para uma sociedade do tipo capitalista, e, em grande parte das vezes, uma fonte de alienação e sofrimento constante para homens e mulheres no cotidiano do trabalho.

> “É o que dizem, aliás, Marx e Engels no Manifesto comunista, embora de outra perspectiva: a burguesia, afirmam, rasgou enfim o véu que até então mascarara a verdade das relações sociais:“Todos os elos, complexos e variados, que uniam o homem feudal a seus superiores, ela os rompeu sem piedade; não deixou outro laço entre o homem e seu próximo além do frio interesse...No lugar da exploração dissimulada das ilusões religiosas e políticas, ela introduziu uma exploração aberta, desavergonhada, direta, àrida...”. Ela “rasgou o véu dos sentimentos e das emoções próprios às relações familiares e

> reduziu-os a simples relações monetárias...Foi ela quem, primeiro, mostrou do que é capaz a ação humana...""(Gorz, 2003:27).

A resignação, porém, não atinge a todos nem perdura por todo o tempo. A insustentabilidade da situação revela que da gênese ao triunfo da sociedade do capital as principais conseqüências do percurso foram as sociais. Para Hobsbawm (2002), a transição para a nova economia criou em abundância miséria e descontentamento, ingredientes fundamentais para a Revolução Social, que se por um lado só parcialmente se realiza, por outro, se constitui em uma ameaça que ronda durante todo o tempo este modo de produção.

> "E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente e os amplos movimentos na Grã-Bretanha. O descontentamento não estava ligado apenas aos trabalhadores pobres. Os pequenos comerciantes, sem saída, a pequena burguesia, setores especiais da economia eram também vitimas da revolução industrial e de suas ramificações. Os trabalhadores de espírito simples reagiram ao novo sistema destruindo as máquinas que julgavam ser responsáveis pelos problemas; mas um grande e surpreendente número de homens de negócio e fazendeiros ingleses simpatizava profundamente com essas atividades dos seus trabalhadores ludistas porque também eles se viam como vitimas da minoria diabólica de inovadores egoístas. A exploração da mão-de-obra, que mantinha sua renda em nível de subsistência, possibilitando aos ricos acumularem os lucros que financiavam a industrialização (e seus próprios e amplos confortos) criava um conflito com o proletariado (...) Do ponto de vista dos capitalistas, entretanto, estes problemas sociais só eram relevantes para o progresso da economia se, por algum terrível acidente, viessem a derrubar a ordem social" (Hobsbawm, 2002:64-66)

A ressignificação empreendida na categoria trabalho no processo de transição para o modo de produção capitalista, favoreceu amplamente os interesses deste sistema. A insustentabilidade da situação a que estavam expostos os trabalhadores era aprofundada por elementos diversos, entre eles o próprio ponto de partida de muitos desses indivíduos. Segundo Polanyi (2000), os *cercamentos* como estratégia utilizada para liberar mão de obra para a industria

nascente, fez com que muitos homens e mulheres chegassem às cidades a partir de uma situação de desenraizamento social, processo que se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns, fenômeno que será chamado por Polanyi, de "moinho satânico". Neste processo os homens tornam-se “uma massa” que será amplamente explorada pela industria capitalista.

Paul Lefargue (1983), por exemplo, no final do século XIX, publica um texto onde apresenta uma dura crítica à “deformação” que se processou no trabalho sob a lógica capitalista. O autor vai explicitar a miséria do trabalhador invertendo o papel dos personagens, retrata uma classe trabalhadora “bulímica” que se consome no vício do trabalho, e que na ânsia por mais e mais trabalho alimenta o “deus do progresso” adorado na sociedade do capital.

> "Em Mulhouse, em Dornach, o trabalho começava às cinco horas da manhã e acabava às cinco horas da tarde tanto no verão como no inverno [...]. Era preciso vê-los chegar todas as manhãs à cidade e vê-los partir à noite. Há entre eles uma multidão de mulheres pálidas, magras, caminhando de pés descalços (...) e um número mais considerável de crianças pequenas não menos sujas, não menos pálidas e macilentas, cobertas de farrapos, todas engorduradas do óleo dos teares que lhes cai em cima enquanto trabalham. (...) Assim, à fadiga de um dia de trabalho excessivamente longo, visto que tem pelo menos quinze horas, vem juntar-se para estes desgraçados a das idas e vindas tão freqüentes, tão penosas. Daqui resulta que à noite chegam a suas casas oprimidos pela necessidade de dormir e que no dia seguinte saem antes de terem repousado completamente para se encontrarem na oficina à hora da abertura (...) *Não é um trabalho, uma tarefa, é uma tortura e infligem-na a crianças de seis a oito anos. [...] É esse longo suplício de todos os dias que mina sobretudo os operários das fábricas de fiação de algodão.(...)* E, a propósito da duração do trabalho, Villermé observa que os forçados das galés só trabalhavam dez horas, os escravos das Antilhas uma média de nove horas, enquanto que existia na França que tinha feito a Revolução de 1889, que tinha proclamado os pomposos Direitos do Homem, manufaturas onde o dia do trabalho era de dezesseis horas, nas quais davam aos operários uma hora e meia para as refeições. Ó miserável aborto dos princípios revolucionários da burguesia! Ó lúgubre presente do seu Deus Progresso! Os filantropos proclamam benfeitores da humanidade aqueles que, para se

> enriquecerem na ociosidade, dão trabalho aos pobres; mais valia semear a peste ou envenenar as fontes do que erguer uma fábrica no meio de uma povoação rústica. Introduzam o trabalho de fábrica, e adeus alegria, saúde, liberdade; adeus a tudo o que fez a vida bela e digna de ser vivida" (Lefargue, 1983).

Através do detalhado relato de Lefargue sobre a situação dos trabalhadores e de suas famílias em virtude da ação do "moinho satânico", é possível perceber que a defesa que apresenta sobre a refutação do direito ao trabalho, caracteriza-se como uma dura crítica à forma como foi arquitetada a centralidade nesta categoria durante o século XIX. O século do trabalho, era de fato, segundo o autor, "o século da dor, da miséria e da corrupção". Apregoando o *direito à preguiça* fazia ataques também à religião, ao Estado e aos economistas, pois, para Lefargue, era insano que sendo o sentido do trabalho no capitalismo deformado a ponto de ser a causa de "toda degenerescência orgânica e intelectual" a alternativa a este, fosse apregoada pelos "filósofos do capitalismo" através de mais trabalho.

Afirmando-se como não cristão, Lefargue (1883), evoca o ato da criação para respaldar os seus argumentos, segundo sua interpretação, "Jeová, o deus barbudo e rebarbativo, deu aos seus adoradores o exemplo supremo da preguiça ideal; depois de seis dias de trabalho, repousou para a eternidade". Para além do inusitado de sua discussão, é interessante perceber em Lefargue, que o processo de estruturação da sociedade capitalista convive em sua trajetória com forças contrárias, reações as mais diversas que nos distintos períodos da História se ergueram contra a insustentabilidade de seus pressupostos de organização social. O que, num extremo, levará às Revoluções Sociais relatadas por Hobsbawm (2002), ou, pelo menos, a um mal–estar silencioso que alcança boa parcela da sociedade.

Hobsbawm (2002) vai localizar o inicio da década de 1830 como o período em que a literatura e as artes começaram a ser abertamente obcecadas pela ascensão da sociedade capitalista. Antes desse período, o comércio e outras formas de ganhar dinheiro ocupavam um papel secundário ou inferior, se comparadas, por exemplo, com outras atividades como a virtude civil e a busca da

glória (Hirschman, 2000). Hirschman (2000) vai reconstruir o processo da ascensão da sociedade capitalista a partir da ressignificação que se gesta em torno do conteúdo dos vocábulos “paixão” e “interesse”. As paixões, no plural porque geralmente ocorrem em conjunto, são tidas por longo tempo enquanto “vícios” privados que podem levar a decadência do estado e dos homens, como vimos em Santo Agostinho no inicio da era Cristã através da ânsia por dinheiro, poder e o desejo sexual, e, em Lefargue, com o vicio do trabalho. O sentido atribuído ao vocábulo interesse, por sua vez, em sua acepção inicial, no século XVI, relacionava-se à totalidade das aspirações humanas, indo, portanto, muito além das aspirações materiais. Para Hirschman (2000), os fluxos de reflexão sobre estas dimensões, que ocorrem separadamente por muito tempo, se uniram posteriormente acompanhando de modo reflexivo a ascensão alcançada por este modo de produção, e a atitude predominante quanto o amor ao ganho, durante o século XIX, foi tida como positiva, ou de menor importância”.

> “Considerar as atividades comerciais e de ganhar dinheiro como inofensivas e inócuas pode ser entendido como uma conseqüência indireta da prolongada hegemonia do ideal aristocrático. Como já foi observado anteriormente, quando a fé nesse ideal foi rudimente abalada e quando o “herói” foi “demolido”, o até então difamado comerciante não viu seu prestigio crescer correspondentemente: por muito tempo ainda subsistiu a noção de que ele era um personagem mesquinho, sujo e desinteressante. Duvidava-se mesmo que o comércio fosse um instrumento eficiente relativamente aos seus próprios objetivos de ganhar dinheiro – dúvida expressa ainda na segunda metade do século XVIII por Vauvenargues na surpreendente máxima: “O interesse faz poucas fortunas”. Que “um homem de qualidade, lutando, adquire riqueza mais honradamente e *rapidamente* do que um homem mais inferior pelo trabalho” (...) O próprio desdém com que se considerava as atividades econômicas levou à convicção – a despeito de muita evidência ao contrário de que estas não poderiam de modo algum ter grande potencial em qualquer área de empenho humano e eram incapazes de provocar seja o bem seja o mal em grande medida” (Hirschman, 2000: 56-57).

A Ética Protestante de Weber (1992) é ilustrativa deste “fluxo de idéias”, de que era possível “mobilizar as paixões ao invés de simplesmente reprimi-las”. Nas primeiras linhas de seu famoso ensaio, “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Max Weber perguntava: “Como foi possível então que uma

atividade, anteriormente apenas tolerada do ponto de vista ético se tornasse uma vocação no sentido de Benjamin Franklin?" (Hischman:2000). Weber dedicou-se a compreender este processo através do papel das religiões protestantes, na conformação da noção de que a ascensão no sistema, quando obtida através do trabalho regular e metódico, atuava como metamorfose, da aquisição como paixão destrutiva, em virtude. A ocupação em ganhar dinheiro torna-se, desta forma, inofensiva, passa a ser não apenas honrável, mas também útil, devido à disciplina que impunha, para a ascensão espiritual, o que está, também, na base da transformação do trabalho em meio capaz de "conferir identidade social".

> "Uma ética profissional especificamente burguesa surgiu (...). Consciente de estar na plena graça de Deus, e sob a sua visível benção, o empreendedor burguês, enquanto permanecesse dentro dos limites da correção formal, enquanto sua conduta moral fosse sem manchas e não fosse objetável o uso de sua riqueza, podia agir segundo os seus interesses pecuniários, e assim devia proceder. O poder da ascese religiosa, além disso, punha à sua disposição trabalhadores sóbrios, conscientes e industriosos, que se aferravam ao trabalho como finalidade da vida desejada por Deus. Dava-lhe, além disso, a tranqüilizadora garantia de que a desigual distribuição da riqueza deste mundo era obra especial da divina providência, que, com essas diferenças, e com a graça particular, perseguia seus fins secretos, desconhecidos do homem" (Weber, 1992:127).

Mas quando descortina-se "em sua totalidade a realidade capitalista", o quadro que se delineia mostra que a idéia de homens empenhados em seu interesse individual não é sempre tão inofensiva quanto se imaginava. A "desigual distribuição de riquezas deste mundo (...) obra da divina providência" (Weber, 1992), "empobreceu numerosos grupos (...) que apanhados por essas violentas transformações se tornariam em certas ocasiões presa das paixões – apaixonadamente zangados, receosos, ressentidos"(Hirschman, 2000). Para Orfeuil (2002), a História da ascensão da sociedade capitalista decididamente nos mostra que a "busca de cada indivíduo por seu interesse pessoal não leva naturalmente à promoção do interesse coletivo".

Neste sentido, o capitalismo se reelabora constantemente a partir de forças diversas, que envolvem tanto a ação empreendida para garantir a sua manutenção, quanto o seu oposto, as forças que se organizam sob o impulso da

resistência a sua proposta. A partir da História da sua gênese, falar sobre sua inscrição enquanto sistema de organização social também apresenta a dificuldade de estabelecimento de marcos cronológicos específicos. Desta forma, elegeremos algumas fases que retratam a sua trajetória social, sendo que no próximo capítulo a ênfase será dada especificamente às transformações contemporâneas no conteúdo da categoria trabalho.

Assim, a trajetória do capitalismo, passa, segundo Ianni (1995), a poder ser contada a partir de três ciclos, formas, épocas que coexistem, confundem-se, mesclam-se. O primeiro momento, relatado pelo autor, é o de organização do modo de produção capitalista em moldes nacionais, onde se inicia a revolução das formas de vida e trabalho, onde se institui a produção de mercadorias intimamente voltadas para o valor de troca, período em que se inicia, de forma decisiva, a separação do trabalhador dos meios de produção. Neste momento, segundo Hobsbawm (2006), era difundida a idéia de que era preciso socializar os trabalhadores para o trabalho nas fábricas, o autor relata a recorrente referência à estes como seres ”preguiçosos” e “desinteressados”, que caso sustentados em seus hábitos, representariam verdadeiras ameaças ao avanço industrial.

> “Em primeiro lugar, *todo* operário tinha que aprender a trabalhar de uma maneira adequada à industria, ou seja, num ritmo regular de trabalho diário ininterrupto, o que é inteiramente diferente dos altos e baixos provocados pelas diferentes estações no trabalho agrícola ou da intermitência autocontrolada do artesão independente. A mão-de-obra tinha também que aprender a responder aos incentivos monetários (...) Nas fábricas onde a disciplina do operariado era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis (e mais baratas) mulheres e crianças (...) Outra maneira comum de assegurar disciplina da mão-de-obra, que refletia o processo fragmentário e em pequena escala da industrialização nesta fase inicial, era o subcontrato ou a prática de auxiliares de experiência” (Hobsbawm, 2002:79-80).

Na segunda fase, ou segunda época, o capitalismo “organizado em bases nacionais transborda fronteiras próximas e longínquas, mares e oceanos, articula países próximos e distantes”, é desta fase a articulação entre as chamadas nações dominantes e dominadas. De acordo com Ianni (1995), se neste momento a acumulação do capital já tende a se concentrar no país dominante, é nos países

dependentes, onde se busca matéria-prima, mão de obra e mercado consumidor, que o capitalismo opera sua principal revolução transformando formas de vida e de trabalho, nas colônias, países, ofícios e nas economias nacionais. Esta fase do capitalismo pode ser, de acordo com a abordagem de Pochmann (2001), expressa tanto a partir da forma como se organizou a primeira

Divisão Internacional do Trabalho, pautada na "dicotomia entre os produtores manufaturados do centro e os produtores primários da periferia", quanto pelo papel de semiperiferia na estabilidade do sistema, "impedindo de certa forma, o aprofundamento ainda maior da polarização entre os países ricos e pobres".

No terceiro, e último momento, eleito por Ianni (1995), o capitalismo atinge uma escala mundializada, para além das experiências nacionais e ganha contorno mais nítido o caráter global. Os processos de concentração e centralização de capital adquirem cada vez mais força. Sob este movimento de ampliação generalizada "muitas coisas desenraizam-se, parecendo flutuar pelos espaços e tempos presentes (...) pouco a pouco tudo mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento" (Ianni, 1995).

Desta forma, o quadro que se delineia na sociedade, ganhando força a partir das últimas décadas do século passado, tem-se caracterizado por uma complexidade nas relações jamais vista. As transformações não se restringem a áreas específicas da vida dos homens. Elas se configuram como "fenômenos sociais totais", não se manifestando apenas no universo econômico, no contexto de uma economia globalizada, mas também na esfera política, nos aspectos biológicos, psicológicos, religiosos, estéticos. Segundo Ianni (1995), visto em suas múltiplas implicações, compreendendo a noção de tempo e de espaço, o fenômeno que se gesta no tecido social, tem tido como uma das principais conseqüências promover um processo de desterritorialização, que tem acentuado e generalizado condições de solidão. "Indivíduos, famílias, grupos, classes e outros segmentos sociais perdem-se no desconcerto do mundo, devido à revolução dos quadros de referência herdados na História, (...) uma revolução das noções de espaço e tempo em que o indivíduo se formou"(Ianni, 1995:100).

Neste sentido, compreender a situação econômica atual passa a requerer, portanto, o reconhecimento de que o capitalismo realizou, se não completamente, em grande medida, o terceiro momento destacado por Ianni (1995), o de sua realização em escala global, exigindo de início, necessariamente, a eleição de elementos que expressem em sua História recente, os impactos desta transposição nas diferentes formas de se vivenciar o trabalho em um mundo globalizado. Para Prado (2005), a compreensão da situação econômica atual passa essencialmente pela comparação, na História recente do capitalismo, do significado e impacto de duas "épocas" fundamentais: de seus "anos dourados" e de seu oposto, os "anos opacos".

Os "anos dourados", ou a "Era de Ouro", segundo Hobsbawm (1995), caracterizou o período pós-guerra, a "superação" pelo sistema capitalista, de um período de instabilidade mundial, realizando-se entre os anos 1945 e 1973. Esta época, foi definida por um processo de pleno emprego na sociedade capitalista, correspondendo a um momento da História em que a economia mundial operava de forma intensa com crescimento explosivo, revestindo-se de uma áurea de eficiência. Período, que para Hobsbawm (1995) houve a crença, de era real a possibilidade da distribuição, ainda que futura, dos benefícios gerados dentro deste sistema.

> "Em termos gerais, no entanto, as condições econômicas, sociais e política dos anos dourados permitiram (..) a primeira e inusitada possibilidade de o estado capitalista conciliar a propriedade privada dos meios de produção com o planejamento, com uma gestão mais democrática da economia e com uma intensa elevação do padrão de vida (...) Desta forma, mesmo com intensidades diferenciadas segundo especificidades nacionais e distintos timings na articulação ao padrão de desenvolvimento norte-americano, generalizou-se a conformação de normas de trabalho e emprego relativamente padronizadas (labour standards), aumentaram-se diferentes formas de defesa ou segurança do trabalho (labour securuty) e deslocaram-se partes do custo de reprodução da força de trabalho para o Estado, através de políticas destinadas aos transportes urbanos, habitação, saneamento urbanização, educação, saúde, etc" (Mattoso, 1996:28-29).

Um período virtuoso na História do capitalismo, aliás o único período em que os pressupostos liberais, sobre a capacidade deste sistema em organizar as

outras esferas da vida a partir de seu crescimento econômico, tornaram-se aparentemente validados e onde o interesse individual finalmente parecia ser capaz de promover o bem estar coletivo. Segundo Mattoso (1996), “nos países avançados paralelamente à elevação dos salários diretos desenvolveu-se, no pós-guerra, um processo de constituição do Welfare State”, que representava uma maior participação do Estado na manutenção dos custos de reprodução da força de trabalho. Esta participação ampliada do Estado expressou-se pela produção de bens e serviços coletivos, na atuação sobre a organização e montagem de uma estrutura que viabilizasse o acesso a serviços públicos e privados, em mecanismos de transferências sociais que, neste momento, não estavam circunscritos apenas aos trabalhadores ativos, envolvendo também, suas famílias, os desempregados, idosos (Draibe apud Mattoso, 1996).

> “O relatório Beveridge, datado de 1942, é o documento que primeiro exprimiu os grandes princípios da política social constitutiva do Estado-providência que retira do cidadão os riscos ligados à doença, ao acidente, à maternidade, à velhice ou à inatividade forçada. Endereçada a uma população marcada pela depressão dos anos 30 e em busca de justificação para os seus sacrifícios de guerra, revela um sistema inovador pelo qual a generalização da proteção social deve contribuir para a seguridade de todos. A esse respeito, o sistema consegue ecoar muito longe e influencia numerosos outros textos de alcance internacional como a Declaração Universal dos Direitos do Homem que estipula: “Toda pessoa membro da sociedade tem direito a seguridade social”. O direito social enriquece-se assim do direito da seguridade social. Ligado à esfera política. O direito social por sua vez produz seus efeitos na esfera econômica, pois fornece a base conceitual a partir da qual é elaborado um sistema de transferências sociais destinado a reduzir as desigualdades no plano nacional. Sem considerar que as transformações sociais implantadas melhoram também o poder de compra das famílias, beneficiando as empresas, que encontram novas saídas para seus produtos e serviços“ (Lutz, 1990, apud França Filho e Laville, 2004, p.59-60)”.

Mattoso (1996), destaca ainda, que a estruturação do Welfare State apresentou-se, na verdade, através de uma dualidade; de um lado representando o resultado de conquistas das reivindicações das classes trabalhadoras, e de outro, “mecanismos econômicos de preservação da mão de obra necessária à grande industria”. Este período, marcado pela estruturação do Welfare State,

caracterizou os chamados “trinta gloriosos”, único período de sua História em que a economia capitalista esteve em pleno emprego por três décadas (Singer, 2005), período em que o crescimento econômico esteve aliado ao progresso social, onde a ampliação da capacidade, e acesso, ao consumo, aliada à proteção social generalizada, ao menos nos países do centro capitalista, deram a impreensão de que realmente “grande parte da população tinha perspectiva de ser integrada à economia de mercado” (Cattani, 1996).

Assim, para Hobsbawm (1995), vivenciou-se, durante este período, uma era de bonança no sistema capitalista, que se perpetuava aparentemente sem grandes obstáculos que pudessem paralisá-la ou mesmo ameaçá-la. A crença liberal, por alguns momentos, tornava-se uma certeza. Entretanto, o que se observou foi a falibilidade desta aposta. Em pouco mais de vinte anos essa “Era Dourada” já apresentava sinais de esgotamento, e abria espaço para a manifestação de todo o impacto dos “anos de crise”, ou “anos opacos”.

> “Os pactos políticos que asseguraram o *New Deal* nos EUA e as políticas redistributivas da social-democracia na Europa pareciam capazes de superar a contradição entre acumulação de riqueza e estabilidade social, inaugurando um novo estágio do desenvolvimento do capitalismo nos marcos do que Keynes chamou de “nossa economia social de mercado”. Antes de caracterizar os marcos de uma reconciliação do mercado com a sociedade, através da domesticação de seus impulsos anti-sociais e da inauguração de um novo horizonte de desenvolvimento duradouro, uma nova era e um novo rosto para a economia, esse período aparece como um fenômeno único e datado, logo superado pelo reencontro do capitalismo consigo mesmo, como a mais formidável máquina de dominação social que a História humana pôde produzir” (Tauile e Faria, 2005).

Nesta “nova época”, a dos “anos opacos”, o elemento mais representativo é o desemprego, que de acordo com Hobsbawm (1995), a partir daí não se manifestará simplesmente de forma cíclica, uma vez que torna-se estrutural. O que se percebe é que “os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhorassem, na verdade eles não retornariam jamais”.

> “New poors, Nouvelle pauvreté são expressões usadas, desde meados dos anos 70, para designar a parte da população recém-atingida pela precarização e pelo desemprego. (...) A nova pobreza

> designa vítimas recentes do processo de reestruturação produtiva, sem terem sido socializadas necessariamente em condições de pobreza, sem terem vivido em favelas (...) a nova pobreza caracteriza-se pelo caráter aleatório da participação na vida econômica e social, pela irregularidade, precariedade e incerteza na obtenção de recursos para a sobrevivência, pela insegurança ao futuro imediato" (Cattani, 1996:68).

Se por um lado a falibilidade da época áurea do sistema capitalista é generalista na propagação de incertezas, a sua manifestação e a difusão dos benefícios possibilitados não ocorreu nas diferentes partes do mundo de modo uniforme. Por exemplo, no Brasil, a década de 1970 ainda representou a possibilidade de crescimento da economia nacional, sendo o período de crise instaurado, de modo decisivo (e até agora, aparentemente irrevogável), a partir da década de 80, com o fim do chamado "milagre econômico brasileiro". A década de 1970, no Brasil, caracterizou-se pelo projeto desenvolvimentista, pautado em uma política de incentivo à industrialização interna e que proporcionou por mais algum tempo, dada as suas características, a continuação de um processo de inclusão social.

> "O capitalismo brasileiro foi um dos mais dinâmicos do mundo entre 1890 e 1980 com taxa média anual de variação do Produto interno Bruto estimado em 4,14% (...) Pode-se perceber também em perspectiva histórica, que o crescente impulso ao desenvolvimento das forças produtivas ocorrido entre 1930 e 1980, por meio da combinação do projeto de industrialização com forte expansão estatal e ampla internacionalização do mercado interno, se mostrou extremamente favorável à maior participação relativa do Brasil na economia mundial". (Pochmann, 2001:36-37).

Singer (1999) chama a atenção para o fato de que no Brasil também houve a possibilidade de corroborar as afirmações individualistas, sobre a eficácia da atividade econômica na organização social, uma vez que, "nos centros urbanos das regiões mais industrializadas do país (...) aqueles que tinham o capital humano procurado pelo "mercado" tiveram oportunidade de conquistar bons empregos e gozar de um padrão de vida muito melhor". A oportunidade neste sentido estava na mão dos trabalhadores, aliada a sua capacidade de empregabilidade, o que "aliás é um velho truque retórico dos liberais: a responsabilidade pelas desgraças causadas pela economia de mercado é sempre

das vitimas"(Belluzzo, apud Navarro,2004).

O que fica claro no caso brasileiro, é que essa prerrogativa da eficácia da atividade econômica na organização social, principalmente no que se refere à possibilidade de um processo de inserção generalizada no mercado de trabalho, associada à criação de uma estrutura de proteção social ampliada, não foi um dos elementos mais significativos em sua História. É inegável a ampliação do papel do Estado neste período, mas esta atuação voltou-se principalmente para o planejamento da expansão verificada no mercado, apresentando um padrão de intervenção social "de baixos resultados em efeitos compensatórios ou distributivos, caracterizado por uma postura "meritocrática-particularista", voltada para alguns segmentos específicos. (Mattoso, 1996).

> "Um processo de crescimento econômico intenso, de industrialização e de urbanização que manteve os frutos do progresso concentrados nas mãos das mesmas classes sociais, na medida em que às oligarquias estritamente rurais se sucedeu o que se poderia classificar como nova oligarquia industrial e, posteriormente, financeira. O escasso movimento de inclusão verificado, para além das novas oportunidades econômicas abertas aos tradicionais aliados da chamada classe média, ficou restrito à criação de uma pequena elite de trabalhadores em alguns dos setores mais dinâmicos da estrutura produtiva que foi sendo construída e à redução dos níveis de pobreza pela elevação da renda *per capita"* (Tauile e Faria, 2005:245)

Neste sentido, o período de crise que sucede a "época de ouro" será determinado, também, pela especificidade do caso nacional, porque se de um lado, a conformação dada ao mercado interno não viabilizou uma incorporação generalizada dos princípios neoliberais, de outro, os impactos desta incorporação se manifestaram em um "tecido social esgarçado", devido à ausência de um Welfare State consolidado, como ocorreu nos países do centro capitalista, fazendo com que, neste contexto, os dilemas do caso brasileiro sejam, segundo Santana e Ramalho (2003), ainda maiores, pelo fato do país ter se visto envolvido em uma globalização com a orientação neoliberal de redução do papel de um Estado que nem mesmo resolveu seus problemas sociais básicos.

> "Os resultados após uma década de transformações neoliberais, o baixo crescimento e a ampliação da obscena desigualdade social característica da América Latina estão longe de cumprir a

> promessa de prosperidade decorrente da liberdade dada ao capital para usufruir as novas oportunidades da técnica e da geografia (...) Um terceiro resultado dessa mudança da estrutura produtiva foi sobre a classe trabalhadora na forma de uma redução drástica de a estrutura produtiva gerar emprego. A taxa média de crescimento do emprego entre 1990 e 2001 foi de 0,74% ao ano, menos da metade da taxa de crescimento da população, que foi de 1,63%. Da mesma forma, a remuneração do trabalho medida pelos salários na indústria, que tivera uma elevação de 14,8% entre 1994 e 1997, os primeiros anos de redução da inflação, sofreu um forte declínio a partir de então, reduzindo-se 31,8% entre o final de 1997 e começo de 2004, consolidando um quadro de estagnação do mercado interno. Com isso, o pequeno crescimento recente só foi possível pelo desempenho positivo das exportações" (Tauile e Faria, 2005:249)

O que se percebe é que desde o início da década de 1990, o modelo preconizado no país é pautado pela busca de uma maior integração internacional, seguindo assim, a tendência mundial onde o comando é assumido pela "dieta neoliberal", que nas palavras de Ianni (1995), tem seu lema principal resumido "na idéia de que a liberdade econômica é o fundamento da liberdade política". Desta forma, o neoliberalismo corresponde a uma perspectiva de organização global que "forjou-se na luta contra o estatismo, o planejamento, o protecionismo, o socialismo, em defesa da economia de mercado" (Ianni, 1995). Sendo importante destacar que,

> "o neoliberalismo não é apenas uma réplica do liberalismo clássico, ainda que contenha o núcleo do seu ideário. Ocorre que o liberalismo clássico estava enraizado na sociedade nacional, no capitalismo competitivo, no mercado nacional. Era um dos principais itens da revolução burguesa. Continha elementos progressistas, devido às lutas que a burguesia nascente realizava contra os setores sociais passados, impermeáveis à dissolução dos regionalismos, ou simplesmente feudais.(...).O neoliberalismo enraíza-se diretamente no mercado mundial, no fluxo de capital, tecnologia, força de trabalho, mercadoria, lucro, mais-valia. Lança-se diretamente num mundo sem fronteiras, alfândegas, barreiras(...). E tem sido imposto a governantes de muitos países do Terceiro Mundo. Baseia-se nos princípios do mercado, do livre jogo das forças no mercado, na livre empresa, livre iniciativa,competitividade, produtividade, lucratividade, economias de escala, vantagens comparativas, divisão internacional do trabalho, *mão invisível*" (Ianni, 1995:139-140).

Esta perspectiva de que o neoliberalismo mais do que uma réplica do

liberalismo clássico representa uma ressignificação de seus direcionamentos em uma base social que se torna cada vez mais complexa, é corroborada por Draibe (1993), para quem, o neoliberalismo não representa um corpo teórico específico possível de ser distinguido de outras correntes do pensamento econômico, funciona mais como um discurso e um conjunto de regras práticas, ou ainda "poder-se-ia dizer com Shneider (1989), que estas idéias e valores compõem um ambiente particular, espécie de "cultura da solução de problemas", que advém da perspectiva de retenção de gastos, redução da atuação do estado e da implementação de programas sociais.

Neste contexto, a fragilidade no universo do trabalho generaliza-se, uma vez que as soluções para a crise propostas pelo ideário neoliberal, utilizam como base de sustentação, na maior parte das vezes, a ofensiva ao universo do trabalho. Segundo Singer (2005), em todo o mundo os direitos sociais estão sob ataque, "sob o pretexto de que são eles que causam o desemprego, por elevarem o custo do emprego e o da demissão do empregado para o empregador". A tendência que se apresenta neste contexto, nas palavras de Antunes (1997), é a de um mercado de trabalho que se estrutura a partir da redução constante do número de trabalhadores "centrais", com o emprego cada vez maior de uma força de trabalho "que entra facilmente e é demitida sem custos".

Tendo como pano de fundo o quadro apresentado, vivencia-se neste momento no mundo do trabalho, um processo que atua em duas vias. De um lado, contribui para aumento nos ganhos de produtividade apontando para um novo padrão tecnológico, de outro deixa claro o caráter marcadamente desigual que acompanha este quadro de benefícios prometidos pela revolução tecnológica. Expressando, como resultado da postura de seletividade assumida, o crescimento dos índices de desemprego, subemprego e informalidade, elementos que hoje, ao lado dos "sobreviventes do emprego institucionalizado", preenchem de significado o conteúdo do mundo do trabalho (Mattoso, 1996).

Desta forma, mesmo que essa realidade não tenha se manifestado em todos os cantos do globo em um mesmo momento histórico, assiste-se, como afirma Milton Santos (2004), a uma unicidade do tempo dentro do sistema capitalista, uma espécie de convergência dos momentos vividos, que se "do ponto

de vista da física, chama-se tempo real, do ponto de vista da História, será chamado de interdependência, de solidariedade do acontecer". E neste sentido, o processo de "destruição conservadora" observado nas constantes reformulações do capitalismo, torna possível a visualização de uma linha mestra neste sistema, um tempo de instabilidade que se propaga de maneira generalizada, entre as regiões geográficas, dentro delas e entre os organizadores da produção e o cotidiano dos indivíduos no trabalho.

Em sua História recente o modo de produção capitalista já apresenta uma boa amostra de sua capacidade de empreender resignificações recorrentes, deixando claro que, se de um lado tem se mostrado extremamente capaz de manter sua posição dominante através do processo de "destruição criadora", de outro, segundo Braudel (1987), tem sua eficiência manifesta principalmente no fato de "continuar bem fiel a si mesmo" a cada nova forma de institucionalização criada, buscando sempre ampliar, através do uso "racional" do trabalho, a sua taxa de lucro, no quadro de permanente e acirrada concorrência intercapitalista que vivencia. Passemos então à discussão sobre a forma como se estrutura o universo do trabalho na contemporaneidade, para termos uma amostra mais completa do contínuo processo de ressignificação da trajetória do modo de produção capitalista.

3. A DESORDEM DO TRABALHO

As transformações que ocorrem atualmente no mundo do trabalho seguem o ritmo de criação das novas possibilidades surgidas no contexto da “Grande transformação”, sugerindo uma terceira revolução industrial em que a classe que *vive-do-trabalho*[4] mantém um quadro de contínua instabilidade, que é agravado a cada nova investida do capital. A flexibilização dos mercados de trabalho, a automação, e a obsolência acelerada de processos e produtos, olham os trabalhadores de frente e estes se vêem em meio a um mundo em desconcerto, onde as fronteiras da condição de trabalho e emprego se tornam cada vez mais fluidas, e o cenário do mundo do trabalho menos perceptível em sua totalidade.

Para Antunes (1997), face a esta condição de instabilidade, as indagações sobre o universo do trabalho são agudas e as respostas que elas demandam de enorme complexidade. É em um ritmo intenso, como o de um *vídeo-clip*, que questionamentos sobre a condição do trabalho e do trabalhador se apresentam de modo impositivo no contexto de ressignificação sucessiva da trama capitalista. *Quais os limites do mundo do trabalho no século XXI? Quais as rupturas e continuidades presentes no(s) significado(s) atual(is) do trabalho? O que tem se delineado hoje, como promessa de transformação futura neste espaço? Qual tem*

4 A expressão “classe que vive-do-trabalho” segundo Antunes (1997) é utilizada como uma forma de ampliar, incorporar e, até mesmo, de superar a noção de proletariado industrial, que se reduz e se torna significativamente heterogêneo em decorrência das mudanças tecnológicas, da automação e da recorrente ressignificação no cotidiano de trabalho em curso.

sido o papel dos homens, das organizações, do Estado e do modo de produção dominante no processo de transformação em curso? E por fim, acrescentaríamos, ainda, o questionamento de Cattani (1996): *"estamos [realmente] condenados a viver este perpétuo presente, ordenado pela economia de mercado e pelos princípios neoliberais?".*

Eis apenas uma amostra das questões, que sob a forma de enunciados variados têm orientado o processo de reflexão sobre o universo do trabalho, caminho que vem sendo percorrido pelas diversas ciências e também pelos movimentos e instituições de representação. Uma forma legítima de olhar para o mundo, pois compreender mais sobre o homem no trabalho é aproximar-se do funcionamento da sociedade na qual vivemos, representando também a possibilidade de reencontro com o todo, através de uma visão menos fragmentada da condição humana e de viver um tempo histórico que é o de dominância capitalista.

Esta dominância tem-se manifestado pelo movimento de ressignificação e renovação do sentido e vivência do trabalho desde a gênese da sociedade capitalista. Na história contemporânea, por sua vez, a categoria trabalho assume sob o impulso do processo de reestruturação produtiva, o signo da diversidade. São incontáveis as formas criadas, ou "impostas" aos trabalhadores, à sua inserção no mercado capitalista, provando que a fábrica não é mais o limite, que o acesso aos direitos conquistados em 1943, e expressos na Consolidação das Leis Trabalhista não é a regra, e outros movimentos sociais que não o sindicato se tornam também decisivos na representação das variabilidades possíveis de se fazer parte da classe que vive-do-trabalho.

O processo de reestruturação produtiva que se generaliza nos diversos países a partir da década de 1980, é determinante para a compreensão dos fenômenos que se manifestam no mundo do trabalho. A intensa mecanização da indústria e a conseqüente substituição do "trabalho vivo" pelo "trabalho morto", através do descompasso estabelecido entre capital investido em meios de produção e capital investido em força de trabalho, faz com que as "fronteiras entre desemprego e emprego, e mesmo entre atividade e inatividade [se tornem] mais descontínuas e incertas" (Guimarães, 2003). Reafirmando a prerrogativa de

Hobsbawm (1995) para quem o resultado do quadro instaurado pelos anos de crise é de uma trajetória para o desemprego que não é cíclica, mas estrutural.

> "No relatório preparatório ao encontro mundial sobre o desenvolvimento social, realizado na Dinamarca, em 1995, o Bureal Internacional do Trabalho estimou que, no início de 1994, 820 milhões de pessoas estariam desempregadas ou em situação de subemprego tão precárias e mal-remuneradas, que equivaleriam a estar sem emprego (TRAVAIL – OIT, 1994). Ou seja, aproximadamente 1/3 da população ativa mundial[5] – apta para o trabalho e necessitando trabalhar – não só está fora do mercado de trabalho regular, como não tem perspectivas de encontrar emprego a curto prazo" (Cattani, 1996:43).

Para Pochmann (2001), o desemprego mais do que um problema privado, é um problema público, uma vez que não depende apenas da vontade, aptidão e necessidade de trabalho por parte do indivíduo, envolve também questões que fogem de seu alcance imediato, como as inerentes ao estágio de desenvolvimento do modo de produção dominante e as configurações sócio-econômicas dos diferentes países, assim como as especificidades regionais. A gravidade do caso nacional, afirma o autor, não se deve somente ao problema da insuficiente geração de postos de trabalho; é aprofundada, também, pela existência de elevada carência de renda em amplos segmentos da população, o que tem sido responsável pela adição de uma parcela social no mercado de trabalho que deveria estar fora dele, caso tivessem acesso à renda, moradia, saúde e educação adequadas, tanto à manutenção da própria qualidade de vida, como a de suas famílias. Pochmann cita alguns exemplos:

> "caso (...) de 2,8 milhões de crianças com menos de 14 anos de idade que se encontram atualmente no mercado de trabalho; distantes, portanto dos bancos escolares. O mesmo ocorre com 5,3 milhões de aposentados e pensionistas da previdência social, que em 1998, apesar de receberem recursos públicos, ainda se mantinham ativos no mercado de trabalho (...) é o caso, ao que parece, de 3,4 milhões de ocupados que possuem mais de um posto de trabalho, ou ainda dos 29 milhões de empregados que realizam freqüentemente jornada extraordinária de trabalho" (Pochmann, 2001:120-121).

5 A População Economicamente Ativa (PEA) compreende, segundo Pochmann (2001), as pessoas com mais de 16 anos de idade que ativamente encontram-se trabalhando ou à procura de emprego no mercado de trabalho. (Informações sobre a delimitação do caso brasileiro)

A formatação deste quadro que se delineia é decorrente do sentido que o trabalho assume na modernidade, fruto do processo de mudanças das dimensões da vida empregados na estruturação da sociabilidade capitalista. O ato de trabalhar deixa de estar ligado à reprodução, obtenção dos meios de sobrevivência individuais, para ser a única forma de participação no resultado do produto social. O trabalho socialmente remunerado, escreve Gorz (2003), é o fator mais importante de socialização da vida moderna tanto para quem o possui de modo formalizado[6], quanto "para aqueles e aquelas que o procuram, para aqueles que a ele se preparam, ou para aqueles a quem falta trabalho". Se transformou, segundo Cattani (1996), em principal elemento, definidor, embora não exclusivo, de boa parte do sentido da vida dos indivíduos, por isso, afirma o autor, a condição de não-trabalho, assume, em mesma medida, um papel fundamental.

> "Neste fim de século [20], toda a população mundial encontra-se subjugada pelo domínio totalitário do liberalismo econômico, uma força que, nas últimas décadas, tem configurado, em escala internacional, uma conjuntura social que, em muitos pontos, assemelha-se a uma situação de guerra. A diferença, segundo Dejours (2000), é que não se trata de um conflito armado entre as potências industriais e, sim, de uma "guerra econômica", em que estão em jogo a sobrevivência e a liberdade das nações. Nesta guerra econômica, o principal objetivo é o desenvolvimento da competitividade. Em nome dessa justa causa as empresas utilizam métodos cruéis contra aqueles que trabalham, a fim de excluir os não aptos a combater nesta guerra, ao passo que dos que estão aptos para o combate, exigem-se desempenhos sempre superiores em termos de produtividade e sujeição. Essa guerra implica sacrifícios individuais e coletivos, sacrifícios consentidos pelos próprios sujeitos, em nome da razão econômica" (Ocada, 2004: 155).

Um processo de instabilidade com raízes difusas que alcança um número cada vez maior de indivíduos e de classes sociais. Para Pochmann (2001), o desemprego é uma situação que se generaliza, atingindo também a classe média e os trabalhadores mais qualificados, configurando uma situação em que não existem mais classes sociais imunes ao desemprego no Brasil. A

6 A referência aqui é quanto ao "emprego com carteira assinada", regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho.

esta perspectiva associa-se a de Cattani (1996), sobre o movimento que ele definiu como *New poors* ou *Nouvelle pauvreté*, fenômeno ao qual já fizemos menção no capítulo anterior, mas que dada a relevância, vale a pena aprofundarmos um pouco mais neste capítulo:

> "A nova pobreza designa as vítimas recentes do processo de reestruturação produtiva, sem terem sido socializadas necessariamente em condições de pobreza, sem terem vivido em favelas ou terem tido *handicaps* familiares ou físicos (Cerc, 1993). A nova pobreza caracteriza-se pelo caráter aleatório da participação na vida econômica e social, pela irregularidade, precariedade e incerteza na obtenção de recursos para a sobrevivência, pela insegurança quanto ao futuro imediato. Como todas essas situações são relativas, esses critérios podem muito bem referir-se àquelas pessoas que dispõem de recursos acumulados anteriormente: quadros médios, pessoas com capital financeiro ou intelectual que, desempregadas pela reestruturação produtiva, tentam novas formas de inserção na esfera produtiva. Embora não comparáveis à situação do operário não-qualificado sem emprego, essas situações correspondem também a um processo de degradação econômica e social. Um exemplo, entre tantos: um engenheiro de minas, desempregado, que utiliza todas as economias na constituição de um empresa qualquer, sem obter sucesso. Como milhares de outras pessoas, reinveste os recursos restantes num negócio ainda mais arriscado, registrando novo fracasso. Por fim, busca reciclar sua qualificação fazendo cursos de informática, comunicação, etc. sem que isso lhe assegure a reinserção no mercado de trabalho. Em pouco tempo, seu patrimônio é dilapidado, sua auto-estima corroída e seu *status* social degradado" (Cattani, 1996:68-69).

A situação de instabilidade associa-se a um sentimento de se estar *à deriva*, que não se restringe a estratos sociais específicos. A história de vida dos indivíduos certamente interfere na forma como será o impacto da condição de desemprego, mas a instabilidade desta situação é generalizada, e deixa a todos, independentemente de qual seja a sua história pregressa, com a sensação de que é necessário buscar um outro ponto fixo. Não há possibilidade de se ancorar em ponto estável na sociedade do capital, e o movimento que a correnteza capitalista engendra, ao que tudo indica, "irá recuperar alguns, "afogar" outros tantos e jogar para a margem a maioria"(Cattani, 1996).

Este sentimento irá se manifestar em diversas dimensões, uma vez que, retomando a perspectiva de Mauss (2003), as transformações que lhes originam não se restringem às áreas específicas da vida dos homens; elas se

configuram como “fenômenos sociais totais”, compreendendo, portanto, a totalidade das dimensões que envolvem a sua existência. Desta forma, o impacto sobre o indivíduo de seu estado de instabilidade, é expresso, principalmente, pelo sentimento de se estar à deriva econômica, mas, muitas vezes, de modo complementar e intermitente, pelo estado de deriva social, onde a privação do trabalho é associada à perda de qualificação social; e, ainda pela deriva moral, que se relaciona à fragilidade psicológica em virtude do enfraquecimento dos laços sociais. (Cattani, 1996).

Diante deste quadro, o impulso inicial será o de associar a insegurança no mercado de trabalho a condição de não pertencimento a este universo. Entretanto uma análise mais detida do capitalismo em seus contornos atuais não nos deixará a mesma certeza. Ao contrário do que se possa imaginar, o interior do sistema, a situação de emprego não se traduz necessariamente enquanto um ambiente protegido. Se de um lado, o desemprego associa-se em larga escala ao sentido da exclusão social, a situação de emprego não necessariamente lhe fará diferença, o que dito de outro modo implica que a condição de pobreza e exclusão envolve muitas vezes o trabalhador desempregado, mas sobrepõe a sua condição, agindo também por sobre o incluído no sistema.

A situação de exclusão a que nos referimos está associada à percepção de Sebastião Salgado (apud Antunes e Silva, 2004) sobre este fenômeno. Para o fotógrafo, estar excluído é uma forma de desalojamento social, condição manifesta no caso dos “chefes de família desempregados, [das] minorias éticas, [dos] jovens sem possibilidades de entrar para o mercado de trabalho, [mas também das] mulheres em ocupações precárias e com tempo parcial, [dos] migrantes, [dos] velhos desprovidos de seguridade social”, o que nos leva a reafirmar que sendo fluidas as fronteiras, a exclusão abrange também os que se encontram em situação de trabalho. Neste sentido, a passagem de um texto de Singer de meados da década de 1970 é reveladora:

> “A ótica, que vê no emprego um benefício a ser esperado de crescimento econômico, é a ótica do capital, que tende a se justificar socialmente com o fato de que oferece lugares de trabalho a numerosas pessoas. Do ponto de vista destas pessoas, no entanto, que se vêem obrigadas a se esfolar por toda a vida

> em troca de uma remuneração quase nunca adequada, o " privilégio" de ter para quem vender sua força de trabalho é sumamente duvidoso, " o pobre que trabalha", tão caro aos economistas clássicos, é a figura central do processo de desenvolvimento hodierno: nada permite supor que sua sina seja substancialmente melhor que a dos pobres que circunstancialmente se encontram à margem da atividade econômica. Alias, como este fato é inegável procura-se salvar a teoria de que a pobreza é causa do desemprego, considerando-se como "subempregados" os que ganham abaixo de certo limite convencional, p.ex., o salário mínimo legal" (Singer, 1977:101).

A precarização e a desvalorização do trabalho são, portanto, um fenômeno desterritorializado, e se de um lado não se circunscreve à condição de trabalho e não trabalho, muito menos se deterá nas fronteiras do espaço urbano, pois afeta também o meio rural, tido como endereço do arcaico e das relações tradicionais. O processo de industrialização nacional levado a cabo entre as décadas de 1930 e 1970 é significativo neste sentido. O *"pau de arara"* é uma expressão deste período, ilustração da mobilização sem precedentes que tirou homens e mulheres do "caminho da roça" para ir buscar a sorte que estava lançada nas cidades e que, acreditava-se, era disponível a todos. O fenômeno do êxodo rural foi resultado da opção por um modelo de industrialização em um país em que não foram realizadas as reformas sociais básicas, pode-se citar a não realização da reforma agrária.

> "A ausência de alternativas, além da omissão do estado tem criado as bases para um deslocamento espacial e temporal incessante. Ao contrário da realidade de muitos países ricos, onde os direitos e a cidadania ainda preservam o *status* dos desempregados, a situação brasileira, especificamente desse contigente, é marcada pela despossessão e desenraizamento constantes. São vidas definidas por um vaivém perene por uma migração forçada que lhes impinge a marca de um destino social. Na luta pelo direito à sobrevivência resistem à condição de párias, de mendigos. Os trajetos de suas andanças refletem a busca de um ponto fixo na escala social" (Silva, 2004:37).

Segundo Martins (1994 apud Silva, 2004), muitas pessoas que decidem migrar vão atrás dessa perspectiva de mudança, de uma outra história, de oportunidades, elas "migram porque decidem migrar; migram porque migrar era a melhor alternativa", o que não quer dizer que era a alternativa mais correta, "mas

era a melhor alternativa no julgamento do migrante". Mas, na cidade, morada do moderno, a possibilidade de não ser incluído opera muitas vezes tornando mais precária a situação dos já precários. Assim, sem emprego, estes homens e mulheres tornam-se também sem história, sem ponto fixo na escala social.

"Errantes do fim do século", que de sujeitados aos antigos coronéis passam à sujeição ao ritmo das máquinas e do capital (Silva, 1999). A cidade, ponto de chegada do pau-de-arara, definitivamente não é o Eldorado[7], e o acesso ao emprego, apesar da comprovada relação, não é necessariamente uma questão geográfica. Esses trabalhadores passam a ser identificados, muitas vezes de modo pejorativo, a partir de sua procedência, ou de outros fatores que lembrem essa condição de deslocamento, de transição: os "nordestinos", os "cabeça chata", os "paraíba", "pau para toda obra", parte do processo de industrialização nos centros urbanos, e de diversas manifestações da cultura popular, como a musica, o teatro, o cinema, literatura e a televisão. Entre tantos exemplos, podemos citar a um trecho da música Pau de Arara, de Vinícius de Moraes, e Cidadão Brasileiro de Lúcio Barbosa

> *"Vou-me embora pro meu Ceará, porque lá tenho um nome,*
> *aqui não sou nada, sou só Zé com fome, sou só Pau de Arara, nem sei mais canto, vou picar minha mula, vou antes que tudo rebente, porque estou achando que o tempo está quente, pior do que antes não pode ficar" (Musica: Pau de Arara. Letra Vinícius de Moraes.)*
>
> *"Tá vendo aquele edifício moço ajudei a levantar/ Foi um tempo de aflição eram quatro condução duas pra ir duas pra voltar/ Hoje depois dele pronto olho pra cima e fico tonto, mas me chega um cidadão/ E me diz desconfiado tu tá aí admirado ou tá querendo roubar/ Meu domingo tá perdido vou pra casa entristecido dá vontade de beber/ E pra aumentar o meu tédio eu nem posso olhar pro prédio que eu ajudei a fazer/ Tá vendo aquele colégio moço eu também trabalhei lá/ Lá eu quase me arrebento pus a massa fiz cimento ajudei a rebocar/ Minha filha inocente vem pra mim toda contente pai vou me matricular/ Mas me diz um cidadão criança de pé no chão aqui não pode estudar/ Esta dor doeu mais forte por que que eu deixei o norte eu me pus a me dizer/Lá a seca castigava mas o pouco que eu plantava tinha direito a comer" (Musica: Cidadão. Letra: Lucio Barbosa).*

7 A expressão "o sonho do eldorado" relaciona-se a uma lenda indígena de uma cidade toda feita em ouro.

A situação de homens e mulheres que se deslocam traduz-se como uma clara expressão do que Salgado (2004) chamou de “estado de desalojamento social”, e que de modo conjunto com a situação de desemprego, caracteriza a condição de mal estar a que estão cada vez mais sujeitos os homens em sua relação com o trabalho. Tomados pelo sentimento de “deriva”, a que fez menção Cattani (1996), esses indivíduos sem o trabalho, ou em sofrimento demasiado neste, perdem a sua referência social, tornam-se párias sociais, como afirmou Silva (2004), que vivem a *insegurança no emprego*, a *insegurança na renda*, a *insegurança na contratação* e a *insegurança da representação* (Mattoso, 1996)**.** Uma verdadeira desordem, que se manifesta sob o impulso de ressiginificações sucessivas, que se manifestam enquanto fenômenos sociais totais, neste modo de produção.

A decisão de permanecer no espaço rural traduz-se muitas vezes como uma possibilidade temporária. As mudanças na forma de produção viabilizadas pelo advento de avanços científicos e tecnológicos fazem com que as oportunidades de trabalho se tornem cada vez mais escassas, segundo Silva (2004), muitos dos excluídos desta modernização têm se tornado verdadeiros itinerantes em busca de trabalho entre as várias regiões do país. “Portanto, há uma ligação estreita entre o processo de modernização e a mobilidade espacial de milhares de pessoas” (Silva, 2004). Fato que podemos observar no exemplo da cultura da cana–de–açúcar no estado de São Paulo, analisado pela autora, que em virtude das transformações no processo produtivo, tem descartado um número expressivo de trabalhadores:

> “Antes da atual fase de modernização produtiva, a probabilidade de emprego era muito grande, dado o desenvolvimento das forças produtivas que requeriam grandes contingentes de força de trabalho. Tal situação foi sustentada durante mais de quatro décadas pelos excedentes, residentes de várias regiões desse país, que alimentaram o fenômeno migratório para essa região. Quando ocorrem as transformações, as cancelas das usinas se fecham aos milhares que continuam chegando e também àqueles que foram gerados em seu território, impondo-lhes a determinidade do não-trabalho. Como sói acontecer, mais uma vez, os critérios da não empregabilidade recebem a marca da naturalização. Os rejeitados são as mulheres, consideradas mais frágeis, não adaptadas aos trabalhos pesados, e os acima de 30

> anos, considerados incapazes. Aqueles, cuja atuação política remete em questão a este estado de coisas, também são descartados. Imprime-se aos trabalhadores a culpa do não-emprego" (Silva, 2004:43).

Estas transformações configuram um quadro de instabilidade que se manifesta de forma diferenciada sobre os diferentes membros da família e da comunidade. Silva (2004), conclui o trabalho "Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas", do qual retiramos a citação acima, esclarecendo a origem do título. Segundo a autora, a expressão faz parte do conteúdo de uma das entrevistas que realizou durante o processo de pesquisa que levou a este trabalho, "uma mulher - que no passado foi cortadora de cana e hoje vive o cotidiano do desemprego, da fome e da miséria (...) num gesto de desespero tal como os luddistas ingleses do passado, proclama: *se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas*", o que é ilustrativo da vivência muitas vezes diferenciada da condição de instabilidade no universo do trabalho, local onde as mulheres figuram entre as principais vítimas.

O que pode ser caracterizado através, por exemplo, da migração. Muitas vezes a mobilidade espacial não constitui-se enquanto alternativa viável para todos os membros da família e comunidade, a mobilidade da mulher casada e com filhos, assim como, dos idosos é claramente mais complicada do que a dos homens e jovens solteiros. Quem fica vive a angústia de "sua sorte" e a insegurança quanto "a sorte" de quem sai. O ato de permanecer implica, muitas vezes, em aceitar condições absurdamente degradantes de trabalho, e no caso da mulher, somada a busca pelo emprego, encontra-se, ainda, o acúmulo de responsabilidades que lhes foram historicamente destinadas.

Godbout (1999), relata que na história as mulheres são representadas enquanto "zeladoras da família", símbolos da dádiva, da doação da criação de vínculos. O que é expresso desde Pandora, a primeira mulher da mitologia grega, "aquela que dá tudo" (Godbout, 1999). Para Guerín (2005), a desigual divisão de obrigações familiares, quer se trate do cuidado de pessoas dependentes, como as crianças e idosos, ou no caso dos trabalhos domésticos, foram consideradas por muito tempo, e, em muitos lugares, como uma obrigação exclusivamente feminina, realidade que ainda permanece, fazendo com que em nome dessa

responsabilidade, erigida como um verdadeiro dever, a liberdade individual das mulheres tenha sido sacrificada (Guerín: 2005).

Outro elemento deste quadro de instabilidade, também diretamente relacionado às mulheres, está no fato de que o capitalismo apregoando a modernidade como forma de desenvolvimento, aliás deformando também o conteúdo deste vocábulo, sem embaraço nenhum, retoma o que um dia teve na conta de arcaico, como no caso do trabalho realizado dentro das unidades familiares. Singer (1999) está entre os vários autores que chamam atenção para esta questão, destacando que muitas ocupações que têm surgindo em função das transformações tecnológicas e da divisão internacional do trabalho vêm sendo acompanhadas de sua crescente precarização, "não [oferecendo], em sua maioria, ao seu eventual ocupante, as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo, (...) ocupações por conta própria, reais ou apenas formais".

Segundo Mattoso (1996), neste movimento estabelecem-se as atuais formas de trabalho consideradas "novas", "atípicas" ou "contigenciais", que sendo entre si muito diferenciadas e heterogêneas, resguardam espaço até mesmo para algo parecido a um "*dejá vu"* a momentos pretéritos do desenvolvimento capitalista, encontrando-se entre essas possibilidades os trabalhos domésticos e independentes, que em sua manifestação atual são na verdade resultado de um único processo, o de terceirização levado a cabo pelas empresas nos processos de produção e de trabalho.

> "Curiosamente o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho, que tornaram [possível] o retorno de estratégias absolutas de extração de mais valia, mais viável até mesmo em países capitalistas avançados. O retorno da superexploração em Nova York e Los Angeles, do trabalho em casa e do *teletransporte,* bem como o enorme crescimento de praticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressiva do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que os sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado no mesmo espaço, de uma maneira que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na índia, pelo sistema cooperativo da Terceira Itália, por exploradores de nova York e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong" (Antunes, 1997:22).

O retorno ao trabalho à domicilio será localizado por Cattani (1997) como parte das mutações que configuram a época contemporânea no universo da produção e, conseqüentemente, do trabalho. Entre estas, cita o autor, a transformação dos ramos tidos enquanto "fortalezas operárias", como os da siderurgia, indústria naval e, quem sabe num futuro próximo, o da própria empresa automobilística. À desindustrialização soma-se a globalização e a desconcentração da produção, que tem influência direta sobre o citado "*dejá vu"* do trabalho realizado para o capital mas em unidade domiciliar. Ao ressuscitar o trabalho a domicilio do século XVIII, o capitalismo transforma o trabalhador em seu próprio feitor e este, entre outras coisas, "não tem condições de encaminhar suas reivindicações através da antiga entidade sindical" (Cattani, 1997).

Navarro (2004) ao analisar a experiência do pólo calçadista de Franca- SP ressalta os impactos dessa "nova face" do trabalho sobre o trabalhador e sua família, um processo em que "tudo se passa como se o capitalismo experimentasse um imenso salto para trás: a volta ao *putting out*, o trabalho à domicilio, uma das formas mais cruéis de acumulação primitiva" (Oliveira 1994 apud Navarro, 2004). Vejamos o caso da colocação do "tressê"[8], trabalho predominantemente feminino realizado à domicilio:

> "Desde a década de 1970, quando o volume da produção passou a exceder a capacidade instalada nas fábricas francanas, esse trabalho passou a ser realizado em domicilio. Se, inicialmente, as empresas mantinham vínculos empregatícios com as trabalhadoras, esses vínculos se dissolveram à medida que as próprias trabalhadoras começaram a compartilhar o trabalho com membros da família e a repassar parte do trabalho para vizinhas, amigas e parentes (...) Esse trabalho ocupa todo o dia das mulheres, sendo interrompido apenas para o preparo do almoço e do jantar e, quando os filhos são pequenos, para arrumá-los para a escola. Às vezes, prolonga-se durante a noite e nos finais de semana. Parte do trabalho doméstico é executado durante essas interrupções, mas é freqüente que os cuidados maiores da casa sejam realizados nas manhãs de segunda feira, quando as cotas de "tressê" e de enfeites ainda não foram distribuídas." (Navarro, 2004:105-108).

O trabalho domiciliar e as condições precárias de trabalho que predomina nas cidades e, envolve, também, os trabalhadores migrantes e rurais,

8 "tressê" enfeites ou peças cortadas, geralmente em couro, que são colocadas nos calçados depois do corte e antes que eles sigam para a fase do pesponto, as mulheres que realizam essa tarefa são conhecidas como "colocadoras de enfeites" (Navarro, 2004).

correspondem a faces da mesma moeda, a da reestruturação flexível em curso, principal interprete da Terceira Revolução Industrial que direciona muito das possibilidades de se criar e recriar postos de trabalho. A análise deste processo vai nos provar que se mantém verídica a perspectiva apresentada por Braudel (1997), de que a dinamicidade deste sistema produtivo é inegável, mas também o é, e com mais força, a sua fidelidade ao seu *ethos* original. O que a história social deste modo de produção nos oferece, desde sua gênese, é uma trajetória de ressiginificações, em que nos diferentes "ciclos", "formas", ou "épocas", o capitalismo invariavelmente se comportou como capitalismo, tentando a todo custo tornar intransponível a polarização criada entre expropriador e expropriado e aumentar cada vez mais sua capacidade de produção.

Essas transformações, escreve Ramalho e Santana (2003), apesar de resguardarem algo de *deja vú,* não se comportam como meros retornos às formas de organização de trabalho do passado, configuram fenômenos sociais novos que não são de fácil encaixe nas categorias anteriormente previstas para o mundo do *trabalho. Se* estruturam sob o impulso da Terceira Revolução Industrial, da reestruturação produtiva direcionada sob os auspícios da especialização flexível. "Um cenário semovente de economia, altamente competitivo (...) que teve lastro na chamada revolução microeletrônica, mas também, e em alguns casos mais fortemente, em novas formas de organização do trabalho" (Ramalho e Santana, 2003). Uma nova questão social, uma nova era de desigualdades, ressignificadas pela perda dos institutos de proteção social, pelo aumento das taxas de pobreza, enfim, pelo aumento das disparidades.

> "Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são "substituídos" pela flexibilização da produção, pela "flexibilização flexível", por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (...) ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQS), a "gestão participativa", a busca da "qualidade total", são expressões visíveis" (Antunes, 1997:16) .

E desta forma, uma das principais características do processo de mudanças que vivenciamos, passa então a ser a de que ele se manifesta através da necessidade de profundas transformações tanto no modo de produção capitalista,

quanto no mundo do trabalho. O capital se depara com um processo do qual foi o criador, mas que principalmente nas últimas décadas tem dificuldades para controlar; A utilização do “trabalho morto” como subterfúgio para manter elevadas as taxas de lucro, diante da impossibilidade de maior exploração do “trabalho vivo” do que é humanamente e institucionalmente suportável, fez com que o sistema, em um contexto de competitividade, se deparasse com um quadro de obsolência cada vez mais rápida de seu capital fixo, o que tem se traduzido a partir de dois caminhos para as empresas no mercado. De um lado, ocorre a movimentação rumo à reestruturação produtiva, com a inserção não só de novas tecnologias, mas de novas formas e gestão do trabalho, e, de outro, a movimentação para fora do mercado. Segundo Castells,

> “[a concorrência] é uma luta de gigantes, uma luta que compreende pactos, concessões recíprocas e processos de negociação (...) A concorrência é a capacidade para melhorar a posição de cada um em relação aos demais. Tradicionalmente, a concorrência fez-se através da redução de preços e da atração dos consumidores à custa de outros concorrentes” (Castells, 1979:86)

E o que fica claro neste contexto de competitividade, de busca incessante pela manutenção das taxas de lucro e de reconfiguração das possibilidades de exploração (operando hoje em escala global), é que os trabalhadores, a cada nova investida do capital têm suas posições mais fragilizadas. O trabalhador, além de ter que pensar a sua prática em outros termos no processo de reestruturação produtiva em curso, tem também que, muitas vezes, pensar novas posições para si no tabuleiro do mercado, uma vez que, no jogo de substituição do “morto” pelo “vivo” não há espaço para todos. É o jogo dos mais fortes, dos mais aptos à mudança, regra tanto para os trabalhadores quanto para o capital. Buscaremos na noção de acumulação flexível, que marca o atual processo de transformações vivenciadas pelo capitalismo, elementos que permitam interpretar as sofisticadas formas de exploração dos trabalhadores, começaremos pela definição de Harvey citada por Antunes (1997):

> “ (...) a acumulação flexível (....) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e

> padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de produtos de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...) ou à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de deslocamento para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos" (Harvey 1992 apud Antunes, 1997:21).

Dentro da noção de acumulação flexível apresentada por Harvey, há uma série de fatores que precisamos explorar para compreender como, a partir desta perspectiva de organização do trabalho e da produção, o desemprego na história contemporânea se assemelha, segundo Pochmann (2001), a uma epidemia que se alastra por sobre todo o tecido social. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer o porquê dos processos produtivos, que se estruturam sob o impacto da especialização flexível, serem considerados como uma forma de "confronto direto à rigidez do fordismo". Vamos buscar a explicação para este ponto da argumentação de Harvey, a partir do conteúdo deste modo de organização do trabalho que a acumulação flexível contrapõe: o fordismo. Para Antunes (1997), o fordismo, enquanto perspectiva de organização do trabalho e, conseqüentemente da produção, predominou durante quase todo o século XX, apresentando entre seus elementos constitutivos a produção em massa, através da linha de montagem, o que se tornou uma imagem clássica das fábricas neste período; Assim como, o controle rígido do tempo, o trabalhador parcelar e a fragmentação das funções, resultado da elaboração e execução do trabalho como etapas distintas.

O termo fordismo é uma alusão à Henry Ford fundador da empresa que leva o seu nome, e que buscou através das linhas de montagem a diminuição do tempo gasto para a fabricação dos produtos. O trabalhador, neste cenário, segue o ritmo da máquina, tornando-se seu apêndice. Dejours (1997) em "A loucura do Trabalho" propõe-se a responder duas questões que estão diretamente relacionadas ao quadro que apresentamos: "Como fazem os

trabalhadores para resistir aos ataques ao seu *funcionamento* psíquico provocados pelo seu trabalho? O que fazem para não ficarem loucos?." O autor usa o exemplo do trabalho repetitivo[9] para falar sobre o medo e a ansiedade, deixando claro que, "não se trata de estudar as doenças mentais descompensadas, ou os trabalhadores por elas atingidos, mas, sim, todos os trabalhadores, a população real e "normal" que está nas fábricas , nas usinas nos escritórios" e que é submetidas às pressões cotidianas. O que, portanto, faz com que seu objetivo de análise não seja a loucura, mas, o sofrimento do trabalhador. O depoimento de uma operária, brasileira, sobre a "loucura" a que se vê exposta na fábrica no Japão, mostra um pouco o sentido dos estudos que vêm sendo realizados a partir da perspectiva de Dejours sobre o medo e a angústia no trabalho. O depoimento faz parte da pesquisa de Ocada (2004), a qual voltaremos mais adiante:

> "...no começo eu chorava, falava: meu, quando vai dar as horas? Eu quero sair daqui! Aí eu começava a pensar, não eu tô aqui fazendo um serviço assim, tão manual, eu pensei: não, eu vou trabalhar um pouco com a capacidade intelectual, vou começar a pensar coisas assim, assim produtivas, né?, Aí eu comecei a pensar coisas que... pegasse muito o meu tempo, tipo religião... comecei a pensar na origem do ser humano, nossa, no futuro do Brasil, mil e uma coisas, temas que vinham na minha cabeça eu tentava explorar ao máximo, para ter o que pensar, pra não ficar pensando no cotidiano, sabe, aí depois que eu comecei a mudar de tática, não vinha mais tema interessante na minha cabeça, eu falei: vou prender japonês e comecei a ler livros em japonês...."(Ocada, 2004:181).

A capa do livro de Dejours, "A Loucura do Trabalho", é Carlitos, personagem idealizado e interpretado por Charlie Chaplin no filme "Tempos Modernos". Chaplin torna cômica a dura rotina da fábrica onde, em seu filme silencioso, só tem voz o poder, o patrão e a máquina. O filme "se compõe de 5

9 Ao falar sobre trabalho repetitivo Dejours (1997) faz menção ao "trabalho taylorizado" cuja a organização segundo o autor é tão rígida que "domina não somente a vida durante as horas de trabalho (...) mas igualmente o tempo fora dele". A distinção da estratégia de organização *taylorista* com relação ao *fordismo*, ao qual estamos associando a abordagem de Dejours é que esta se expande mais para os serviços e produção em massa de produtos de consumo estandartizados (Mattos, 1996), mas, em contrapartida mantém os pressupostos da linha de montagem para impedir vazões de trabalho e períodos de não-trabalho aos trabalhadores, o que, acreditamos, torna válida a associação proposta.

partes, que poderiam ser filmes independentes, talvez com estes títulos: O operário Carlitos perde o juízo na linha de produção; Carlitos brinca com a lei; O sonho de consumo de Carlitos; Carlitos volta à fábrica, Carlitos garçom e cantor" (Sundfeld, 2006). A unidade é assegurada pelo cenário, o sofrimento, a loucura, e a "fuga" do trabalhador na sociedade industrial.

> "Charlie Chaplin soube retratar com brilhantismo, no filme "Tempos Modernos", a situação pela qual passava o homem com o advento da Revolução Industrial. Sem dúvida, a invenção da máquina a vapor foi o primeiro passo para uma transformação assustadora que mais adiante se refletiria na vida do homem. Essa invenção tão significativa para a história da humanidade desencadeou não só uma revolução tecnológica, mas também, uma revolução de hábitos, costumes e valores humanos.(...) Entretanto, o foco de análise hoje é outro. Ao contrário do que é demonstrado no filme, enfrentamos o problema da falta de emprego e não o excesso dele. A máquina, considerada por muitos como a "grande vilã", reduziu paulatinamente postos de trabalho, ocupando espaços em nossas vidas, tão vertiginosamente, que nem nos apercebemos da rapidez com que se deu essa invasão" (Previati, 2001).

Voltemos ao ponto que nos levou a esta discussão, ou seja, à acumulação flexível. O termo será utilizado pela primeira vez na literatura, segundo Antunes (1997), por Sabel e Piore em 1984, referindo-se à experiência na "Terceira Itália[10]", no entanto, é o Toyotismo, ou modelo japonês, que melhor caracteriza este processo sobre a produção e o trabalho em bases mais ampliadas, tornando mais uma vez válida a assertiva de que "a procura sistemática por inovações constitui um elemento dinâmico do desenvolvimento capitalista, e é impulsionada pela concorrência intercapitalista permanente no regime de produção" (Mattoso, 1996).

> "Seus traços constitutivos podem ser assim resumidos: ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência de estoque mínimo. O melhor aproveitamento

10 Experiência realizada no norte da Itália, região que, em virtude da falência de grandes empresas, assistiu a mobilização que daria origem a uma nova forma de produção que se tornou amplamente conhecida. Articulando, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias, pequenas e "artesanais" (Antunes, 1997).

> possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*[11]. O Kaban, placas que são utilizadas para a reposição de peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o Kaban é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos. Daí o fato de, em sua origem, o Kaban estar associado ao modelo de funcionamento dos supermercados, que repõem os produto, nas prateleiras, depois da venda" (Gounet, 1992 e Corat 1992b apud Antunes, 1997:26).

O Toyotismo, ou *ohnismo*, termo usado em referência a Ohno, engenheiro que idealizou o processo produtivo da Toyota, tem se apresentado enquanto uma história de sucesso, tanto no que diz respeito a propagação de sua proposta, quanto à obtenção de lucros por parte das empresas que adotam as suas prerrogativas sobre o processo produtivo e, em decorrência, as "inovações" na gestão da classe trabalhadora. A elevação dos lucros é garantida prioritariamente pelas estratégias utilizadas para alcançar cada vez mais agilidade na produção das mercadorias, enquanto que o principal custo de suas práticas traduz-se através dos impactos de enormes proporções que assolam os trabalhadores e, ainda, suas instituições de representação.

Segundo Coriat (1992b apud Antunes, 1997) o advento do Toyotismo tem como pontos fundamentais quatro momentos. O primeiro deles refere-se à incorporação na indústria automobilística japonesa, leia-se Toyota, da experiência do setor têxtil, onde ao contrário do parcelamento das funções, um único trabalhador assume a responsabilidade pelo funcionamento de diversas máquinas, o que hipoteticamente contribuiria para um conhecimento menos fragmentado do processo de trabalho; voltaremos ainda a este ponto. O segundo momento, para Coriat, remete-se à necessidade da empresa responder à crise financeira aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores (eis pequena amostra do impacto deste modelo no universo do trabalho); Como terceira fase Coriat localizará a incorporação, pelas empresas no Japão, das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA que

11 "Just in time é apresentado com bastante freqüência entre os autores "como um sistema de organização da produção que é orientado para produzir um determinado produto na quantidade necessária e no momento certo" (Antunes, 2004)

deram origem ao método *Kaban*, onde o ideal é produzir somente o necessário, no menor tempo, e, enfim, o quarto momento, que se relaciona à expansão do método Kaban para as empresas contratadas e fornecedores. (Coriat, 1992b apud Antunes, 1997).

Sem ter o propósito neste capítulo de explorar mais detidamente os elementos específicos que caracterizam este ou outro modelo de organização do trabalho, retomaremos aqui apenas alguns pontos destacados na discussão do Toyotismo, e se necessário do Fordismo, somente os que, em nossa análise, forem considerados como prioritários à discussão do sentido do trabalho. O que, acreditamos, torna mais significativa a discussão sobre o toyotismo são os aspectos que este suscita, e que mesmo sem apresentar perspectivas de transformação, traz à superfície do debate sobre o universo do trabalho. Um exemplo, neste sentido, é o do anúncio que envolve suas práticas, sobre a possibilidade de reencontro do trabalhador com o conjunto de seu trabalho, como se o toyotismo fosse capaz de proporcionar o rompimento da opressão a que esta classe se vê sujeita, para incluí-la em um ambiente mais propicio à valorização do conhecimento. Um sonho, que como veremos no caso do Japão, principal lócus de experimentação do modelo, ainda se encontra muito distante do capital.

Para iniciar esta abordagem vamos à apresentação da perspectiva defendida por Sabel e Piore através de Antunes (1997), aos quais, segundo o autor, é atribuído o pioneirismo na definição de "especialização flexível", fenômeno que como já mencionamos, está diretamente ligado ao caso em questão, o da organização toyotista:

> "[a especialização flexível] seria a expressão de uma processualidade que, tendo especialmente a "Terceira Itália" como experiência concreta, teria possibilitado o advento de *uma nova forma produtiva* que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em médias e pequenas empresas, "artesanais". (...) Este novo paradigma produtivo expressaria também, *sempre segundo os autores citados*, um modelo produtivo que recusa a produção *em massa*, típico da grande indústria fordista, e recupera uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da *alienação* do trabalho intrínseca à acumulação de base fordista. Um processo "artesanal", mais desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido, produzindo para um mercado

> mais localizado e regional, que extingue a produção em série, comportando experiências bem sucedidas também em regiões industriais" (Sabel e Piore apud Antunes, 1997:17-18.)".

Outras abordagens vão de encontro a este "mar de oportunidades" apresentado por Sabel e Piore. Antunes é um exemplo neste universo, o que fica claro nesta citação, quando enfatiza que as possibilidades de transformação, relacionadas à especialização flexível, são de responsabilidade da interpretação do fenômeno por Sabel e Piore. Afirma que as possibilidades referentes ao modelo que apresenta, "*são sempre segundo os autores*", se eximindo da veracidade do que está sendo anunciado. Postura acertada para quem para além dos benefícios do remédio, apregoados na propaganda, procura perceber também seus efeitos colaterais.

A "boa nova" do capital, de que vai se redimir da alienação histórica que impingiu a classe trabalhadora tem causado um efeito inesperado nas diferentes ciências sociais, estudiosos dos diversos campos teóricos têm conseguido superar as referências historicamente inusitadas feitas ao capitalismo, para apresentá-lo através de alusões ainda mais inesperadamente realistas. Fato que pode ser observado em Prado (2005), ao colocar em "xeque" a sanidade mental do referido sistema de produção:

> "Esta reestruturação das relações de produção em face das novas forças produtivas tem tornado o capitalismo especialmente esquizofrênico. Por exemplo, as empresas buscam hoje se apresentarem como participativas, cooperativas, éticas, quando no fundo nunca foram tão centralizadoras, competitivas, e irrestritas em sua busca pelo lucro. A real subsunção intelectual do trabalho ao capital característica da pós-grande indústria é ainda mais opressiva e, portanto, mais negadora do homem como sujeito, do que a real subsunção material da grande indústria." (Prado, 2005:32)

O movimento de associar imagens inusitadas ao capitalismo conta ainda com a participação de Annunziato (apud Antunes, 1997) que faz uma sugestiva alusão à particularidade japonesa referindo-se à relação capital/trabalho: segundo o autor, "o capitalismo japonês como encarnação do senhor feudal, garante a estabilidade do trabalho, obtendo em troca, por parte dos trabalhadores, a encarnação do servo feudal, lealdade e obediência". À estas

abordagens do fenômeno, somam-se outras, mais antigas, como a de Lefargue (1883), para quem o capitalismo é naturalmente um sistema bulímico, que tem em sua dieta a predileção irrestrita pelo trabalho. O que fundamenta estas argumentações? O normal funcionamento deste sistema. O caso japonês, que nos levou a este "desvio" na discussão, tem sido o principal representante do que foi falado por Hirschman (2000) e corroborado por Orfeuil (2002): a perseguição individual dos objetivos nem sempre dá origem ao bem estar coletivo. Acrescentaríamos, ainda, que o crescimento econômico, definitivamente não é uma correlação direta à distribuição de benefícios, assim como, a participação diferenciada na produção, não necessariamente representa rompimento das amarras da alienação do trabalho.

A obtenção do lucro, via eficiência no processo produtivo na perspectiva desenvolvida pela Toyota, tem como fundamento reduzir ao máximo a porosidade do trabalho, o que invariavelmente passa pela histórica busca de eliminação do tempo de não-trabalho, sugando cada vez mais a força do trabalhador. O que, é claro, faz com inovações, tendo a mãos a microeletrônica que dá o toque futurista à proposta, uma vez que, é meta superar a esclerose do modelo que levava Carlitos a apertar incessantemente parafusos em "Tempos modernos". Utilizando para isto as mais diversas estratégias, entre elas o sistema de luzes citado por Gounet (apud Antunes, 2004):

> "Gounet nos mostra (...) que o sistema toyotista supõe uma *intensificação da exploração do trabalho*, quer pelo fato de que os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer através do sistema de luzes (verde = funcionamento normal; laranja = intensidade máxima e vermelha = há problemas, deve-se reter a produção) que possibilitam ao capital intensificar – sem estrangular – o rítmo produtivo do trabalho. As luzes devem alterar sempre entre o verde e o laranja, de modo a atingir um rítmo intenso de trabalho e produção. (Gounet, 1991;41). A diminuição da "porosidade" no trabalho é aqui ainda maior do que no fordismo. Este traço do toyotismo possibilita forte critica de Gounet e Coriat: este, diz Gounet, reconhece que o sistema de luzes permite um melhor controle da direção sobre os operários, mas omite o principal: que esse método serve para elevar continuamente a velocidade da cadeia produtiva. Ao permanecer oscilando entre verde e laranja, a direção pode descobrir os problemas antecipadamente e suprimi-

> los de modo acelerar a cadência até que próximo problema ou dificuldade apareçam (Gounet, 1992:66)" (Antunes, 1997:27-28).

Trabalhadores no compasso da máquina, até aqui, tirando as luzes verde, laranja e vermelha, para controlar o ritmo da produção, nenhuma novidade. Ocada (2004) ao apresentar o seu estudo "Trabalho, Sofrimento e Migração Internacional: o caso dos brasileiros no Japão", trabalho do qual já citamos um depoimento, relata a experiência dos trabalhadores chamados *dekassegui*, descendentes de japoneses que tendo um dia imigrado para o Brasil na busca de melhores oportunidades assistem hoje seus filhos e netos fazerem o caminho inverso, voltar para o Japão em busca do "eldorado japonês". Neste estudo, o que Ocada apresenta não é apenas o relato da experiência observada. O autor também é parte e confrontou-se individual e coletivamente com o que qualifica como "adestramento do processo de produção", em locais que "à primeira vista chegam lembrar a um sofisticado parque de diversões, à segunda impressão, sugere o inferno".

> "A operação exaustiva do ato de distinguir o modelo do carro, para, em seguida, selecionar e encaixar as peças específicas para cada modelo, exige um esforço monótono, não apenas para o corpo, mas também para o psíquico. A adaptação ao condicionamento produtivo requer o adestramento do corpo e da mente, mediante a repressão das reações espontâneas. Costuma-se dizer, entre os trabalhadores dekassegui, que os três primeiros meses são os piores, pois é o período em que o corpo e a mente ainda não foram devidamente adestrados de acordo com o rítmo da produção; e a saudade intensa do país de origem agrava ainda mais o quadro psicológico do trabalhador recém-chegado. No mesmo sentido, Dejours (1992) afirma que não há nada mais penoso que a adaptação a uma tarefa repetida. Por esse motivo, uma vez superado o período de adaptação, basta manter o desempenho. "Mais difícil que a manutenção da performance produtiva é a fase de treinamento que a precede "(Dejours, 1992,p.46)"(Ocada, 2004:179).

Sobre o ritmo imposto ao trabalho, Ocada (2004) cita a frase de um estagiário que ilustra a percepção que se tem quando o corpo não consumou o processo de adestramento mental requerido pelas tarefas: "esse mês eu trabalhei vinte e dois dias e vinte e duas vezes eu pensei que não fosse agüentar...". Este relato retrata um ritmo de trabalho que coloca em risco a saúde mental do trabalhador, através, por exemplo, dos casos de esgotamento nervoso, que

podem em casos extremos levar ao *Karoshi,* morte provocada por overdose de trabalho (Ocada, 2004). A penosidade e o sofrimento no trabalho, fazem morada na busca sem tréguas em nome da eficiência na produtividade que impulsiona esta “nova face do trabalho”.

Este processo de absorção máxima da força de trabalho não se reduz ao ambiente das fábricas, é comum entre aos trabalhadores, nas mais diversas atividades, se verem coagidos pela necessidade de comprimento de metas, que quase em sua totalidade são no mínimo absurdas em se tratando de seres humanos. Os exemplos encontram-se espalhados pelos mais variados espaços, e representam em seu conjunto uma amostra assombrosa do grau de degradação humana que pode ser alcançado em virtude do sentido atribuído ao trabalho na sociedade do capital.

Silva (2004), ao relatar o drama dos cortadores de cana, afirma que frente às exigências de produtividade, associadas, muitas vezes, a um quadro de carência nutricional, estes trabalhadores recorrem a medicamentos para a rápida reposição de suas energias. “O cortador de cana dá 9.700 golpes de facão para atingir a média de dez toneladas diárias”, para manter a produtividade, além das “injeções amarelinhas”, cujos efeitos à saúde são totalmente desconhecidos, a autora cita ainda casos mais dramáticos, que vem sendo denunciados até mesmo pela mídia televisiva, como o uso do *crack*, como “estratégia” dos trabalhadores para aumentar o ritmo do seu trabalho. Segundo Silva (2004), a expressão “estar com o diabo no corpo para cortar cana” se reporta a esta dura realidade (Silva, 2004).

Outro exemplo significativo neste sentido é o relato feito por Santos (2004) sobre o cotidiano de trabalho dos caminhoneiros. O que se percebe, através da narrativa da autora, é que na rotina destes também prevalece um tempo para o trabalho que se assemelha ao imposto pelo ritmo da máquina. O pagamento do trabalho nesta atividade, refere-se, geralmente, à produtividade, o que faz com que estes trabalhadores, assim como os cortadores de cana, também se vejam muitas vezes, impelidos a utilizar de “estratégias” para garantir a produtividade requerida à seu trabalho.

Segundo Santos (2004), a imposição de um ritmo acelerado faz com que entre eles seja recorrente a noção de “que é preciso que o corpo seja produtivo”, se intitulam como “escravos do tempo”, extensão da máquina. O uso de medicamentos “conhecidos pelos caminhoneiros como “rebites” torna-se, para muitos, uma realidade na realização do trabalho. Está comprovado, alerta Santos, que tais medicamentos provocam efeitos devastadores, além da dependência psicológica, fato que não é desconhecido entre os caminhoneiros, mas, ainda assim, há manutenção desta arriscada prática dentro do grupo, o que, inferimos, é mais um elementos diretamente relacionado a discussão de Dejours sobre o sofrimento e o medo da exclusão do trabalho.

Pochmann (2001), ao apresentar uma síntese do processo em curso, traz outros elementos à discussão. Elementos que podem nos auxiliar a avançar um pouco mais nos efeitos contemporâneos que incidem sobre a classe que *vive-do-trabalho*, entre eles, o da concorrência entre os trabalhadores:

> ”As novas tarefas referem-se tradicionalmente às mudanças no conteúdo do trabalho. Não significam, necessariamente, o seu enriquecimento, embora tendam a atuar na direção de alterar a dinâmica do exercício do trabalho por meio da concepção distinta de manejo do tempo, de novos materiais e dos movimentos. Em geral, estariam possibilitando a transição dos antigos postos de trabalho fixos, com conteúdo simples e repetitivos de exercício e tarefas, para postos de trabalho com alguma rotação de funções, às vezes, com conteúdo mais complexo e nem sempre repetitivo. A passagem de funções especializadas para múltiplas tarefas parece atuar mais na direção da alteração do conteúdo do trabalho, sobretudo quando predominam novas técnicas de gestão de produção e organização do trabalho. Por conta disso, tenderia a ocorrer maior envolvimento do trabalhador com as metas e os resultados da empresa, maior interesse na ocupação de postos de trabalho menos monótonos e em funções repetitivas (...) Pode também, por outro lado, estar resultando em novos tipos de doenças profissionais, maior rítmo do trabalho e desilusão operaria com a crescente concorrência entre os grupos trabalhadores” (Pochmann, 2001:46).

A tendência de envolvimento do trabalhador com as metas da empresa apresentada por Pochmann como uma possível tendência é um dos alicerces sobre o qual se fundou a experiência da Toyota, onde a identidade do trabalhador

com a empresa perpassa no entanto, por sua desindentidade enquanto classe. A adesão ao “espírito toyota” para ser completa, para absorver o trabalhador, não deve apropriar-se apenas de sua capacidade física, mas também, como nos afirmou Prado (2005), de seu saber fazer, de seu conhecimento prático, resultando assim na subsunção intelectual do trabalho ao capital.

Neste processo, o caminho mais eficiente é o da desestabilização, ou usando o termo mais apropriado, o da flexibilidade, que torne cada vez mais instável a situação do trabalhador, e que flexibilize ao máximo os seus direitos trabalhistas, torne-os alheios às reivindicações de classe e instaure competitividade entre eles, eis a receita que há tempos faz crescer o capital. No toyotismo, o primeiro passo que foi dado, após efetivados os quatro momentos apresentados por Coriat, foi o enfrentamento ao combativo sindicalismo japonês, que depois de ser desestruturado pela empresa, sucumbiu à criação do “traço distintivo do sindicalismo (...) da era Toyota: o sindicato-casa, atado ao ideário e ao universo patronal” (Antunes, 1997). O que, para o autor, não é outra coisa senão a expressão mais límpida do trabalhador que deve viver o sonho do capital.

> “A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, a sujeição do *ser que trabalha* ao “espírito” Toyota, à “família” Toyota, é de muito mais intensidade, é *qualitativamente* distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais *despótica*, aquela, a do Toyotismo, é mais *consensual*, mais *envolvente*, mais *participativa*, em verdade mais *manipulatória*. Se Gramsci fez indicações tão significativas acerca da *concepção integral* do fordismo, do “novo tipo humano”, em consonância com o “novo tipo de trabalho e produção”, o toyotismo por certo aprofundou esta integralidade (...) O estranhamento próprio do toyotismo é aquele do envolvimento cooptado, que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho” (Antunes, 1997:34).

A adesão por parte dos trabalhadores é o preço obrigatório a ser pago por sua inserção, o que nos faz reafirmar que, apesar de inusitadas, as alusões feitas sobre o modo de produção capitalista são comprovadamente reais. O movimento empreendido é de tal maneira avassalador, que até mesmo “a estabilidade no

trabalho", garantia do senhor feudal encarnado na figura do capital japonês, está sendo desmoronada, o emprego vitalício, antigo emblema do país, já não é uma realidade, o trabalhador, encarnação do servo feudal , tem que demonstrar quase que diariamente a sua lealdade e obediência para estar nas "boas graças" de seu protetor. No entanto, este processo para garantir o perfeito funcionamento demanda peças variadas. À sua engrenagem é necessário combinar um número de trabalhadores satisfeitos e relativamente estabilizados, para que possa instaurar-se nos outros o desejo de transformação.

> "A figura desse trabalhador de novo tipo, orgulhoso do seu oficio soberano em seu trabalho, capaz de evoluir no mesmo passo da técnica, tal figura não nasceu de uma coesão tardia do patronato ao humanismo do trabalho. Corresponde, antes, a uma necessidade originada das transformações da técnica. Desta necessidade, o capital serviu-se como de uma alavanca para desintegrar a classe operária, o movimento sindical e o que restava da solidariedade e da coesão sociais. Bastou, para tanto, que *retomasse por sua conta os valores da utopia do trabalho*: domínio (quer dizer, reapropriação da técnica), pelos trabalhadores, dos meios de produção, desenvolvimento pleno das capacidades no trabalho, valorização do oficio e da ética profissional. Esta valorização da imagem do operário repousa, do lado patronal, sobre um cálculo racional: não se trata somente de vincular e integrar à empresa uma elite operária da qual não se possa imprescindir; trata-se, ainda, de separar essa elite da sua classe de origem e das organizações de classe, conferido-lhes uma imagem distinta" (Gorz, 2003:72-73)

Para Lecher (apud Gorz, 2003), as empresas praticam a estratégia da flexibilidade utilizando dois tipos de ação complementares, "o núcleo central da firma deve ter uma flexibilidade funcional, a mão de obra periférica uma flexibilidade numérica". Deriva daí a relação do universo da fábrica com as outras possibilidades de se vivenciar o trabalho. A insegurança fora da esfera industrial é resultante, em certa medida, do que acontece neste espaço, onde aliada à alta rotatividade na parte periférica da mão de obra, encontram-se a uniformidade da gestão do processo de produção para as empresas contratadas e fornecedoras, e, ainda, uma maior mobilidade espacial, permitida tanto pela ausência de fronteiras fixas do mundo globalizado, quanto pela possibilidade de produção articulada em diversas unidades, dispersas, ao ritmo de vantagens tributárias e ao menor custo

possível da força de trabalho.

Instaura-se, assim, nas palavras de Pochmann (2001) “uma feira internacional de trabalho a baixo custo”, em que aos ventos das vantagens competitivas é possível uma dinâmica produtiva tal qual a que apresentamos, onde “o mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia (...) [etc.,etc.,etc.,] ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong” (Antunes, 1997). A desordem do trabalho instaurada pelos rumos das ressignificações pelo qual se enveredou o sistema capitalista, repercute-nos diversos espaços, e há diferentes possibilidades de ser trabalhador neste tempo histórico, a citar o trabalhador formal – informal, valorizado – precarizado, assim como, também o há, de se experimentar a sensação de deriva e instabilidade.

O trabalho informal é um importante personagem nesta história. Localiza-se fora, mas a sua existência, em muitos casos, tem correlação direta com o que acontece dentro dos muros, cada vez mais imateriais das fábricas, uma vez que a essência da informalidade permeia muito do que é empreendido como terceirização, ou flexibilização, pelas empresas capitalistas. Silva (1997) ao tratar essa questão no caso brasileiro, destaca que vários estudos empíricos realizados no país têm evidenciado a existência de correlação direta entre a crise econômica vivenciada no país, as transformações nas formas de gestão do trabalho e o aumento das relações informais neste universo. O que é explicado pelo fato destes empregos, em um contexto em que a economia opera abaixo de sua capacidade normal, se apresentarem como uma vigorosa fonte de ocupação e geração de postos de trabalho. Neste quadro, a necessidade de sobrevivência, alia, busca de formas alternativas de inserção no mercado de trabalho, às estratégias empreendidas pelas empresas para minorar custos, gerando um fenômeno que vem se ressignificando através da realidade do e no trabalho no contexto de uma economia capitalista globalizada.

> “O termo informal é utilizado para explicar dois fenômenos distintos. O primeiro, nos meios acadêmicos a partir de meados dos anos 70, define o setor informal como sendo o complexo de atividades econômicas em que não há uma separação nítida entre capital e trabalho. Neste primeiro enfoque, a ilegalidade dos produtores informais perante o Estado, em geral, existe, mas não é fundamental na definição do setor informal. A segunda interpretação foi proposta no fim dos anos 70 nos países

> industrializados para caracterizar atividades econômicas que não cumprem as regulamentações institucionais, sejam tributárias, trabalhistas, financeiras ou de outro tipo. Este conjunto de atividades – que se fixou na literatura especializada com as denominações de economia subterrânea, invisível ou submersa – não é captado pelas estatísticas oficiais de emprego, de produção e de comercialização, o que leva, portanto, a se subestimarem estes agregados. Nesta segunda abordagem, a clandestinidade perante o Estado é a principal característica do setor informal e o primeiro corte operacional para analisar aspectos relativos às atividades econômicas" (Silva, 1997:1).

As abordagens sobre o que compõe este universo assumiram perspectivas diversas, ora voltando-se a argumentação da ilegalidade presente neste espaço, ora retomando argumentos que associam o desemprego ao "peso da estrutura de proteção social" estabelecida durante o período virtuoso do sistema capitalista. Mas, contemporaneamente, este conceito vem assumindo uma maior dinamicidade, principalmente através da abordagem intersticial, que irá discutir o fenômeno através da certeza de que esse se desenvolve em um contexto de crise do modelo dominante atual, em que é nítida a existência de barreiras cada vez maiores à inserção de quem quer, e está apto a trabalhar ao mercado de trabalho, e, finalmente, de que esta "outra economia", não é a única que se gesta no interior e em virtude daquela, a capitalista.

> "Esta abordagem [a intersticial] conceitua a economia em termo de um *continuum* de formas de organização da produção ao invés de uma visão apenas dos dois setores, o que foi amplamente desenvolvido por Cacciamali (1982). A economia é vista como um *continuum* de trabalhadores dentro do processo produtivo. Além do trabalho assalariado inserido na forma tipicamente capitalista, há um espectro de distintas ocupações conformadas pelo assalariamento sem contrato legal de trabalho, o assalariamento ocupacional ou temporário, o assalariamento sazonal, o assalariamento disfarçado (trabalhadores autônomos subordinados a determinada e única firma), o trabalhador por conta própria, o produtor e proprietário de pequenos estabelecimentos, o trabalhador não remunerado, o serviço doméstico, entre outros." (Silva, 1997:19).

Visto desta forma, como um fenômeno que não se dá no subterrâneo, mas, na superfície, no interior, da economia capitalista, junto a outras formas de vivência do trabalho, é possível corroborar a inferência sobre um espaço

econômico que é caracterizado pela pluralidade, e não através da simples polarização entre “trabalho formal” e “desemprego”. É preciso aprofundar cada vez mais as análises sobre o fenômeno do trabalho, e sobre como tem sido vivenciada a instabilidade dos tempos atuais, pelos diferentes tipos de trabalhadores. No que se refere ao estudo do trabalho informal, o que as pesquisas tem mostrado é que este universo tem sido o local de geração de renda e alternativa de inclusão social principalmente para trabalhadores menos qualificados considerados como de segunda classe, que se encontram nos extremos da distribuição etária, mulheres, e pertencentes às regiões menos desenvolvidas, principalmente, as regiões Norte e Nordeste. (Silva, 1997).

Desta forma, se o quadro de crise generaliza-se e amplia o espectro de sua propagação, alcançando e até mesmo criando outros grupos, como os ‘New poors, Nouvelle pauvreté”, ele atua seletivamente e de modo incisivo sobre grupos específicos, como as mulheres. Segundo Guérin (2005), tanto na periferia quanto no centro capitalista, presencia-se um processo de “feminização da pobreza”[12], que se configura enquanto necessidade de se encontrar novas formas de inserção destas mulheres no mercado de trabalho, que atuem no sentido de diminuir os efeitos do quadro a que estão submetidas, que é o de vivência da precariedade, da instabilidade e da exclusão social.

> “Portanto, a feminização da pobreza é um fenômeno que pode ser atribuído ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho pelos seguintes motivos: (a) há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) [há] discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para os quais os salários são baixos; e (d) [há] participação [das mulheres] nos mais baixos níveis da economia informal. Por este motivo, os estudos sobre feminização da pobreza e mulheres chefes de família/domicílio estarão sempre incluindo indicadores que possam dar conta de sua forma de participação no mercado de trabalho” (Novellino, 2004:3).

12 Segundo Novellino (2004) o conceito de feminização da pobreza foi introduzido por Diane Pearce em artigo publicado em 1978. “Para ela, a feminização da pobreza é um processo que se desenvolve a partir do momento em que a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família. Nesta perspectiva, o processo de feminização da pobreza tem início quando a mulher, sozinha, tem que prover o seu sustento e o de seus filhos”.

O capitalismo, portanto, instaura, também, o que Wallerstein (1995) vai chamar de sexismo e racismo econômico. A situação de exclusão a que se vêem submetidas as mulheres tem correspondência direta com a situação dos migrantes, dos negros, dos que tem baixa qualificação profissional, dos 'New poors, Nouvelle pauvreté". "O sonho do eldorado" do personagem pau-de-arara vai acabar com a vivência de ambulante na "grande São Paulo"; o do dekassegui vai por "água a baixo" quando descobre que o tipo de trabalho que o "eldorado japonês" lhe reserva é "kitanai (sujo), kiken (perigoso) e kitsui (pesado)"; o do *New poors* quando entendem que o diploma não é garantia de inserção profissional; e o do coletivo dos trabalhadores, quando perceberem que há uma espécie de indiferença com a desigualdade pairando no ar.

Mas, como vimos em Hirschman (2000), a "desigual distribuição das riquezas deste mundo" tornou os homens presa fácil das paixões relacionadas à insatisfação, tornando-os, em alguns casos, "apaixonadamente zangados, receosos, ressentidos", então, se o ar cheira indiferença, com certeza também cheira a reação. Para Silva (2004), a condição de exclusão não pode ser vista como algo absoluto, pronto, acabo, finito, entende-se a migração, por exemplo, como uma abertura, como a busca por novos caminhos a serem percorridos, por ciclos renovados, gerando, em diferente medida, possibilidades e alternativas que são "talhadas" diariamente "pelas próprias mãos" dos envolvidos.

> Assume-se, portanto, como peça essencial nesta narrativa, a perspectiva apresentada por Castells (1979), de que a vivência da crise no universo do trabalho levou a uma consciência da crise, que fez com que neste quadro de opressão constante a que se viam sujeitos os indivíduos houvesse uma movimentação contrária à resignação, atuando no sentido de que a trajetória de atores com filiações e objetivos diversos confluísse no tecido social, e o desejo de construir alternativas ao contexto de instabilidade vivenciado se traduzisse em propostas distintas de organização da sociedade. E é a partir daí que se materializa a pluralidade presente no tecido social, singularidades que coexistem no mesmo contexto que a dominância, deixando espaço para a assertiva que entre o "trabalho da CLT" e o não-trabalho tem um universo sendo construído, que envolve a práxis dos trabalhadores de uma dimensão

que se estrutura a partir do impulso pela inserção no mercado, mas também pela crença de que é possível transformar as relações na sociedade.

> "a revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução do e no trabalho. É uma revolução no trabalho na medida em que deve necessariamente abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria, e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho social emancipado. Mas é também uma revolução do trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador" (Antunes, 1997:88).

É preciso aprimorar o aparato teórico de interpretação desta realidade que se impõe a partir de dois movimentos. De um lado traduz-se, principalmente, como fonte de instabilidade para os homens em sociedade, mas por outro, atua impelindo-os à mudança. Para compreender como está sendo gestada esta movimentação é preciso desmistificar a noção de que a dominância do modo de produção capitalista implica em singularidade plena desta perspectiva. É preciso retornar e reinterpretar determinados fenômenos e processos, que, se estão sendo utilizados pelo capitalismo, também têm sido úteis para organizar os indivíduos nos diferentes espaços com vistas à mudança da ordem estabelecida. Um exemplo significativo neste sentido é o da globalização, apresentado por Massey (apud Huw, 2003):

> "Nos estamos enfrentando um problema de linguagem. A palavra "globalização" teve seu sentido seqüestrado para significar somente sua forma particular de globalização (neoliberal e maciçamente preocupada com a economia), que é a que nos sofremos no momento. Mas "globalização" na realidade, significa apenas interconexão global, podendo assumir outras formas, basear-se em diferentes termos e construir diferentes tipos de relação de poder. Talvez, de fato, exista o início de idéias sobre como isso pode funcionar decisivamente nas redes internacionais que já estão sendo investidas pelo poder radical de protesto. De todo modo, precisamos resgatar para nós mesmos o sentido daquele termo, lutar por ele e pensar não no local ou no global, mas em um forma diferente de globalização" (Massey apud Huw, 2003:65)

O que passa então a contar na trajetória destes atores e das diversas organizações rumo à transformação das relações na sociedade “é o tempo das possibilidades efetivamente criadas”, mudanças que podem ser marcadas pela irrupção de novos objetos, de novas ações e relações, e também, de novas idéias sobre possibilidades diferenciadas de inserção em um contexto econômico globalizado (Santos, 2004). O sentido de urgência de realocamento social deve perpassar pela transformação da causa individual em pública. A cooptação dos trabalhadores e dos sindicatos, representativa do cenário atual, igualmente só poderá ser resolvida a partir da horizontalidade destas instituições, instituições que devem efetivamente ser de classe e não de categoria.

A possibilidade de se recriar, de se aprimorar nas pautas de reivindicações, e, portanto, de lutas, tem sido uma constante no cotidiano dos diversos atores dentro deste sistema, assim como entre os diversos movimentos que se criam, ou se organizam para propor um outro sentido para a organização do tecido social. Entre eles, encontra-se o da Economia Solidária, que inferimos não se apresenta como um resultado sintomático à situação a que se vê exposta a classe que vive do trabalho, mas sob a forma de um “conceito” que tem seu conteúdo preenchido pela existência histórica de outras formas de se relacionar em sociedade, no mercado, na economia, e dentro do universo do trabalho. Passaremos, portanto, à sua discussão.

4. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA TRAJETÓRIA DE RESSIGNIFICAÇÕES E RESGATES.

> *"um outro mundo é possível [mas] é preciso construí-lo passo a passo, de um lado, experimentando alternativas, de outro, negociando quadros legislativos, regulamentares, fiscais e políticas públicas que permitam a nossas alternativas que mudem de escala e, por que não, que ocupem, do nosso jeito, uma escala mundial" (Orfeuil, 2002:16)*

Sob a perspectiva de uma economia solidária, um universo vem sendo criado com bases em um contexto não necessariamente inédito, mas que dada suas atuais condições de realização, ganha ares de novidade, organizando-se num todo novo e particular (Motta, 2004). A economia solidária configura-se, portanto, a partir de um processo que compreende ressignificações e resgates, de princípios e práticas que compõem os movimentos e iniciativas pertencentes ao espaço com o qual dialoga, o de homens e mulheres em seu cotidiano de trabalho, espaço da luta histórica do conteúdo humano contra a opressão do capital. Constitui-se, nas palavras de Orfeuil (2002), sob a forma de um híbrido que envolve transformação e criação, um processo que se realiza sob o signo da diversidade: diversidade de públicos, de motivações dos promotores, do tecido social de implantação, dos instrumentos financeiros imaginados, utilizados e

promovidos, da amplitude de ação e de resultados, e, ainda, das formas de interpretação possíveis sobre este fenômeno.

> "A visibilidade recente de certos fenômenos organizacionais marcados prioritariamente pelo registro da solidariedade tem gerado muitas interrogações no âmbito das ciências humanas hoje sobre como compreendê-los. Eles parecem atravessados por lógicas que enviam a certas categorias habitualmente opostas nesta área do conhecimento: mercado, estado, dádiva; interesse, gratuidade e desinteresse; liberdade e obrigação. De fato, são experiências sociais, sob formas organizacionais em certos casos inéditas, o que indica, para alguns a expressão de novos movimentos sociais, para outros, uma renovação das formas cooperativas e associativas de organização do trabalho. De uma forma ou de outra, tal tendência tem sido salientada por muitos autores como o embrião da formação de uma economia que, para muitos, em diferentes países – e em que pesem as diferenças contextuais -, pode ser denominada economia solidária" (Filho & Dzimira, 1999:136-137).

> Esta e as demais formas de manifestação de "economias" que Orfeuil (2002) adjetiva como cidadãs procuram em sua prática, prioritariamente, romper com o divórcio entre economia e sociedade, reimbricar o político e o social no econômico, fazendo com que, a interpretação deste fenômeno, demande mais do que a apresentação destas perspectivas através de sua manifestação na história contemporânea. Requer, o resgate social de suas origens, onde é preciso refazer a história social de sua emergência, da sua constituição progressiva, da movimentação empreendida por indivíduos e grupos coletivos, por fazer reconhecer suas bandeiras de lutas como legítimas, confessáveis, publicáveis, públicas e oficiais (Bourdieu apud Lechat, 2005).

A tarefa de inscrição no espaço público de uma economia solidária apresenta, somada ao complicador de tentar reunir dimensões tidas como "incomunicáveis" pelo modo de produção dominante, o desafio de afastar de sua perspectiva a áurea de inovatividade. Na maioria dos casos, a referência à suposta contemporaneidade do conceito, tem sido utilizada com vistas à desqualificação da proposta. Ao apresentar estas iniciativas como reações sintomáticas à devastação social, intensificada no estágio moderno da economia capitalista, apresentam-na, enquanto economia popular, no sentido pejorativo do termo, iniciativas "modestas" com vistas à inclusão dos sem qualificação profissional (Arroyo e Schuch, 2006). A expressão de um fenômeno de vida curta,

que será esvaziado assim que o capitalismo retornar aos trilhos da estabilidade (Cruz, 2006).

É preciso burlar este discurso aprofundando o debate. Reafirmar que os princípios e as práticas que a economia solidária representa deitam raízes nas relações estabelecidas na sociedade. É preciso anunciar que a contemporaneidade de seu conceito, como veremos, é fruto da movimentação de diversos atores em torno da elaboração do termo economia solidária, expressão que ainda hoje mais politiza e abrange do que necessariamente delimita os contornos empíricos de sua ocorrência no tecido social. Enfim, é fundamental deixar claro que a sua inscrição se dá em decorrência da crise, praticamente sem tréguas, no e do trabalho, mas, não, como mera resposta a esta.

Da reação aos cercamentos que resultaram na expulsão em massa dos camponeses ingleses dos domínios senhoreais, no início da Primeira Revolução Industrial (Polanyi, 2000), à movimentação dos diversos atores na sociedade pós-industrial, a fonte de questionamentos é a mesma, pois permanece a restrição à grande parte da população de acesso digno e suficiente à porção que lhes cabe do produto social. Restrição esta que gera, por sua insustentabilidade, parte do repertório de lutas presentes na história, e que salvo as singularidades do contexto de ocorrência, se organizaram sob a aspiração de inclusão e transformação no mundo do trabalho.

> “Busca-se, portanto, por meio desta noção de economia solidária, uma tentativa de problematização destas novas práticas organizativas a partir de um quadro de referências bem preciso: ou seja, aquele de uma reflexão sobre as relações entre democracia e economia, que se inspira amplamente nos trabalhos de Karl Polanyi, e em especial, na sua principal obra, A grande Transformação (...). Polanyi sustenta que a grande transformação, que conhecem as economia ocidentais nos anos 30 reside na reimbricação da economia com o social, pela via da regulação da produção e da circulação de riquezas operada pelo Estado - providência, hoje em crise” (França Filho e Laville, 2004, p.109-110).

Essa busca de reimbricar o político e o social no econômico originou muitas movimentações que assumiram nos diferentes contextos históricos nomeações distintas, como socialismo, cooperativismo, socialismo utópico, economia social, e

mais recentemente, sócio-economia solidária, economia popular e solidária, economia solidária, nova economia social, novo cooperativismo, etc. Para Cruz (2006), todos estes são termos que procuram, de alguma forma, dar nome a experiências reais que se realizam reverberando o passado ou estruturando algum tipo de iniciativa ou micro-processos sociais já existentes. Ancorando seus significados em categorias ou práticas anteriormente utilizadas, que passam então a ser ressignificadas pela ação dos indivíduos. No caso específico de uma economia solidária, os princípios que orientam as suas práticas podem ser encontrados em outros momentos da história, coexistindo também no interior da sociedade capitalista, na heterogeneidade que persiste nas relações do tecido social. Pluralidade esta, que pode, segundo CRUZ (2006), ser considerada uma constante na história dos diferentes arranjos sociais:

> "Iniciativas econômicas de caráter associativo – nas quais predominava a cooperação e a repartição do conhecimento, do trabalho e do produto do trabalho e onde a autoridade era respeitada em função de mérito e não em função de posse – foram comuns na história e talvez tenham sido a regra para a maioria das sociedades humanas. Mesmo quando as primeiras sociedades de classes apareceram, por muitos séculos e em todos os continentes, continuou predominando a comuna rural, de caráter tribal, de produção e autoridade coletiva e assembleária. Iniciativas econômicas de caráter associativo em meio ao capitalismo, por outro lado, também é algo tão antigo quanto o próprio capitalismo. Não apenas as experiências de produzir e repartir em comunidade, mas a própria teorização da possibilidade de formas de produção não capitalista – solidária, cristã, socialista, e outras denominações – foram inúmeras." (Cruz, 2006:8)

Sobre a origem histórica da economia solidária paira uma espécie de consenso, entre os principais autores. Para estes, a economia solidária se remete, conforme afirma Lechat (2002), ao que Paul Singer (2001) apresenta como cooperativismo revolucionário, cujos primeiros idealizadores foram os socialistas utópicos, que nas palavras de Martin Buber (apud Lechat,2002), lutavam "pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade". Se alimentando de experiências diversas, proporcionadas, entre outros fatores, pelo período histórico de sua inscrição, essas iniciativas mantinham como principal característica a aposta na organização associativista/cooperativista

dos trabalhadores na sociedade. Pautando-se em uma série de princípios, que a rigor existem desde muito antes de seu tempo, uma vez que as formas de apropriação comunitária ou coletiva antecedem historicamente, em muito, as formas de apropriação individual sobre o produto do trabalho, formas de apropriação estas que são o mote de combate destas experiências. Neste sentido, a história da economia solidária segundo Paul Singer (2002) se apresenta da seguinte forma:

> "A economia solidária nasceu um pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção (...) A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas e trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar. Por isso, industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark. Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças para as quais ergueu escolas (...) Owen tornou-se objeto de grande admiração e respeito, adquirindo fama de filantropo. Visitantes do mundo inteiro vinham a New Lanark tentar decifrar o mistério de como o dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao fim de cada exercício" (Singer, 2002:24-25).

De acordo com Paul Singer (2002), isto se deve à percepção de Owen, já naquele momento, de que a causa do quadro de crise vivenciado na sociedade tem origem no empobrecimento da classe trabalhadora. Onde a perda de trabalho e renda impede o consumo, retrai e limita o mercado expulsando velhos, e desencorajando novos produtores (Singer, 2002). As primeiras iniciativas de Owen virão como propostas para reverter o quadro de instabilidade a que estavam sujeitas a classe trabalhadora na Grã-Bretanha. A profunda depressão que assola o país após 1815 atua pela desqualificação do trabalhador e das classes mais empobrecidas da sociedade, através de um ciclo onde, após as guerras na Europa, assiste-se ao desaparecimento da demanda da indústria bélica, ao enxugamento de postos de trabalho, a perda de renda, ao retraimento do conjunto

da economia e, por fim, a incapacidade de auto-sustento de parcela da população forçada a permanecer fora do mercado de trabalho (Singer, 2002).

De acordo com Singer (2002), Owen irá inicialmente propor um plano ao governo britânico que propunha um melhor direcionamento do dinheiro investido no sustento dos pobres. Propunha a compra de terras e a construção de aldeias cooperativas onde viveriam cerca de 1.200 pessoas que através da produção diversificada de bens e produtos produziriam assim sua própria subsistência. Owen insistia na viabilidade deste projeto como afirma de uma economia futura de recursos, no entanto, “quanto mais ele explicava o seu “plano” mais evidente se tornava que o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista “(Cole apud Singer, 2002).

Segundo Singer (2002) desiludido com o não apoio de sua proposta Owen vai para o Estados Unidos criar a primeira aldeia cooperativa que seria, na percepção de Owen “um modelo de sociedade futura, a ser imitado pelas pessoas de boa-vontade mundo afora”. A experiência de New Harmony foi estabelecida em 1825 no estado de Indiana, resistindo pouco tempo, no entanto o importante para esta história é que os ideais de Owen ganhavam eco na movimentação de seus seguidores em território britânico, movimento que coincide com o surto do sindicalismo desencadeado pela revogação dos Combination Acts, “legislação que proibia qualquer organização dos trabalhadores como atentado à livre concorrência” (Singer, 2002).

A movimentação que Singer irá localizar enquanto origem histórica da economia solidária é a do “cooperativismo revolucionário”, onde a proposta de uma economia de solidariedade atua diretamente vinculada a critica operária e socialista do capitalismo. Para Singer ao lado de Owen, Charles Fourier e Saint-Simon são os clássicos do Socialismo-Utópico, que em suas variabilidades de ações possíveis preconizavam por uma reestruturação mais justa das relações em sociedade. A perspectiva defendida por Charles Fourier teve lugar na França com o projeto do falanstério, que diferia da proposta coletivista da aldeia Cooperativa de Owen, por preservar a propriedade privada e a liberdade individual, mas aproximava-se daquela pela defesa de mecanismos de redistribuição para evitar a

polarização da sociedade entre ricos e pobres, o que perpassava pelo acesso a uma renda mínima que livrasse os homens da obrigação de depender do trabalho para viver. O ideal para Fourier seria a criação de comunidades auto-geridas e auto-suficientes que oferecessem diferentes possibilidades de realização a partir do trabalho.

Dentre as iniciativas que vão se formulando a partir da movimentação dos homens de “boa-vontade” um dos exemplos mais significativos neste sentido foi o da Cooperativa dos Pioneiros Eqüitativos de Rochedale, cooperativa de consumo criada na Inglaterra sob inspiração dos ideais Owenistas no ano de 1844, onde foi elaborada a carta de princípios que inspira até hoje a legislação cooperativista a nível mundial. (Lechat, 2002). Esta cooperativa,

> “foi fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles owenistas, entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia auto-suficiente e o apoio a outras sociedades com esse propósito. O impulso para a criação da cooperativa pode ter sido a derrota de uma greve de tecelões em 1844. [Estes homens e mulheres] adotaram um série de princípios, que seriam depois imortalizados como os princípios universais do cooperativismo: 1º) nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.”(Singer, 2002: 39-40).

A importância dessa e de outras experiências de cooperativismo de consumo deriva do papel de propagação do cooperativismo por toda a Europa. O objetivo inicial dessas experiências não se limitava á revenda de produtos a seus sócios, preconizava como próximo passo o envolvimento destes em cooperativas de produção para finalmente viabilizar a criação de aldeias cooperativas auto-geridas e sustentadas. No entanto o trajeto percorrido na história por estas experiências não se mostrou tão linear como planejado No caso dos pioneiros de

um lado o número de sócios da cooperativa de consumo cresceu tanto que se tornou inviável em cooperativas de produção, de outro o ambiente para a propagação da proposta se mostrou mais hostil do que se apresentava inicialmente e o crescimento e transformação da rede varejista criaram inovações difíceis de serem assimiladas pelo movimento cooperativista.

As dificuldades encontradas pelo movimento cooperativista frearam sua expansão, o que não significa que ele tenha sido extinto, pois como escreve Singer, sempre há demanda por outro tipo de atendimento em que o consumidor é o cidadão, demandas onde a economia solidária é mais eficiente que o capitalismo. Ainda neste percurso, um segundo momento em termos cronológicos foi do cooperativismo de crédito, invenção alemã que teve como principais representantes Hermann Schulze-Delitzsch, no meio urbano e Friederich Wilherlm Raiffeisen, no meio rural. O que incita essa proposta é a instabilidade a que se viram sujeitas as pessoas mais pobres, mais expostas aos altos e baixos da economia e obtendo renda baixa demais para conseguir fazer frente às adversidades, perspectiva que continua ainda viva em iniciativas contemporâneas no universo da economia solidária, como a do Grameen bank, idealizado por Muhammad Yunus e a Association pour le Droit á l`iniciativa Économique (ADIE) , capitaneada por Maria Nowak na França.

Estas experiências representam uma das formas de reação empreendidas na história frente a insustentabilidade da situação a que se via exposta a classe que vive do trabalho, e seu relato reforça a proposição de que o modo de produção capitalista, desde sua origem, convive com reações que se orientam de forma contrária a insustentabilidade de sua proposta, de organização da sociedade no espaço de um mercado estruturado de forma utilitária. Um espaço que contrariando a preposição utilitarista está longe de ser exclusivista, é plural, apresentando uma série de princípios em interação. E é exatamente este olhar ampliado da dinâmica econômica que nos permitirá entender mais adequadamente o processo singular de uma economia solidária, que tende a reunir diferentes lógicas e formas de atuação em seu processo de construção. França filho e Laville (2004), destacam a importância de se ressaltar constantemente não apenas a viabilidade, mas a existência de uma economia

plural, que se manifesta através de formas distintas de produção e distribuição de riqueza, uma economia não necessariamente contra o mercado, “imaginando-se ingenuamente ou autoritariamente que ele possa ser aniquilado, mas uma economia com o mercado, sob a condição de que ele seja enraizado, isto é, imbricado junto a outros registros de práticas”. (França Filho e Laville, 2004).

Para Laville (apud Lechat, 2002), ao contrário da centralidade competitiva e organizada sob a égide monetária proposta pela economia capitalista, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos com valorização dos laços sociais reciprocitários, através de formas comunitárias de propriedade. “Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional” (Laville, 1994).

> “A Economia Popular solidária nasce como uma resposta alternativa ao confronto entre a economia estatizada e o mercado privatizado. Tais iniciativas congregam organizações de base, ongs mediadoras, centros de pesquisa e universidades e, em alguns casos órgãos do Estado. Entretanto está subordinada ao núcleo capitalista, seja pelas condições à sua sobrevivência, seja pela dependência ao mercado capitalista, quanto ao fornecimento de insumos e quanto ao público consumidor, seja a renda é oriunda desse mercado (...) subordinação não significa submissão passiva, mas confronto e resistência.”(Mance, 2002)

Inferimos tratar-se de uma terceira via que não se esgota no circuito clássico das trocas no mercado e Estado. Representa um projeto de economia construído a partir do trabalho e que até o momento realiza-se principalmente a partir dos setores populares, como uma forma de reação organizada contra os pressupostos envolvidos no acesso e distribuição de riquezas. Um outro modo de fazer economia, que luta por distribuição e justiça econômica no tecido social.

> “Uma tal perspectiva representa tarefa difícil nas condições da realidade atual, marcada pela hegemonia do mercado e da racionalidade que o acompanha. Nossa tomada de posição, aqui, se pretende longe de uma interpretação idealizada destas experiências, razão pela qual elas (as iniciativas de economia solidária) são definidas numa busca de equilíbrio, que é necessariamente frágil e muito difícil, entre as lógicas distintas que a atravessam. É exatamente esta tensão, poderíamos ainda chamar disputa (no sentido político forte da palavra- arendtiano),

> que constitui intrinsecamente este fenômeno, segundo nossa leitura. Tensão que poderíamos resumir entre três economias (mercantil, não-mercantil e não monetária), ou entre duas lógicas (instrumental e solidária ou substantiva), ou, ainda, entre diferentes racionalidades da dinâmica organizacional. Uma tal perspectiva de entendimento da economia solidária pressupõe um outro olhar em relação à economia real (seu funcionamento), não mais a reduzindo ao mercado, como faz a teoria neoclássica, mas enquanto economia plural. Ou seja, uma economia que admite a pluralidade de princípios do comportamento econômico"(França Filho e Laville, 2004).

Neste sentido, a discussão acerca do termo volta-se ao propósito de institucionalizar sob a forma de um conceito as distorções empreendidas pelo capital, onde a função deste mercado único é aliada de modo específico à obtenção de lucro. O público deixa de ser compreendido como aquilo que pertence a todos e a todas e passa a ser objeto de interesses privados; a noção de desenvolvimento é reduzida à de crescimento econômico, onde se vê cada vez mais esgarçado o tecido social. O que se polemiza é que as distorções promovidas pelo sistema capitalista longe de serem corrigidas apresentam uma tendência à acumulação, onde a já insustentável situação da classe trabalhadora, é agravada, dando origem a um processo que tem se aprofundado nas últimas décadas pelo desmantelamento da estrutura de seguridade e proteção social conquistada no período anterior, caracterizado em escalas distintas pela institucionalização de um Welfare State (Orfeuil, 2002).

> "Neste sentido, torna-se coerente propor a leitura do contexto atual de economia solidária em termos de crise do trabalho, ou melhor, em termos dos limites da chamada sociedade salarial, para retomar o diagnóstico sociológico de R. Castel (1995). Na leitura de muitos economistas, tal situação define-se em termos de crise do chamado equilíbrio fordista. O fenômeno da economia solidária se apresenta, segundo esse entendimento, numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade, sob a forma da auto-organização social em termos de ações, ao mesmo tempo, econômicas e políticas, mesmo que de modo ainda extremamente modesto no momento presente" (França Filho e Laville, 2004:111).

Aliada à crise da "chamada sociedade salarial" (Castel, 2003), que exploramos no capitulo anterior, assumimos a perspectiva defendida por Castells (1979), de que a vivência da crise leva a uma consciência da crise, o que faz com

que o quadro delineado de crise do e no trabalho possa resultar em dois tipos principais de comportamento da classe trabalhadora. De um lado pode haver a busca pela transformação da situação atual, desencadeando reações as mais diversas, entre elas a de mobilização em torno de projetos coletivos, objeto de análise e de construção de uma economia solidária. De outro pode desencadear processos de apatia e resignação, ocasionados, por exemplo, pela longa permanência na situação de desemprego, que de acordo com a perspectiva de Cattani (1996), apresenta-se como um dos estágios onde é mais significativo o sofrimento de deriva social, assim como política, econômica e moral, uma vez que, quanto maior a permanência "fora" do mercado mais complicada a reinserção destes trabalhadores. Resultado do que França Filho e Laville (2004) apresentam como a "nova configuração do conflito social fundamental". Para os autores,

> "a esse respeito, não parece desnecessário lembrar que, classicamente, a sociologia definiu a questão social, na modernidade, sobretudo, em termos da exploração que ocorre no local de trabalho, fruto de um processo de dominação de uma classe social por outra. Tal representação parece sofrer algumas mudanças no cenário do chamado novo capitalismo que se gesta a partir dos anos 80. A chamada nova questão social que se vive nos países centrais do capitalismo parece definir-se menos em termos de exclusão dos espaços de trabalho. Isto conduz a uma nova representação do conflito social fundamental, que passa a ser definido menos em termos de dominação (de uma classe sobre a outra, por exemplo) no local de trabalho e mais em termos de segregação ou de discriminação nos espaços da cidade, o que tem levado alguns sociólogos mais recentemente a representá-lo não mais em termos de lutas de classes, mas em termos de luta por lugares dos indivíduos na sociedade. Para retomar os termos da análise touraniana, é como se a representação do conflito deixasse de ser vertical (uma questão de encontrar-se em cima ou embaixo na posição de poder) e passasse a ser horizontal, isto é, o que importa é encontrar-se dentro ou fora, in ou out, em relação à participação social que se define a partir da identidade gerada pelo trabalho. Portanto, de uma questão de dominação e exploração, os termos fundamentais do conflito social básico parecem deslocar-se para uma questão de discriminação ou de segregação, que conduz a uma relação social de indiferença com o outro" (França Filho e Laville, 2004, p.110-111).

De certa forma, a história de construção do termo economia solidária representa a valorização por parte da academia e organizações sociais, das movimentações que se processam no cotidiano em sociedade. Indivíduos e

grupos que se organizam de forma contrária à instabilidade vivenciada no trabalho, e, conseqüentemente, ao sentimento de deriva e desalojamento social experimentado pela classe trabalhadora. Nas palavras de Arroyo e Schuch (2006), a politização propiciada pelo termo economia solidária volta-se à idéia de que esta perspectiva "traz para o centro do altar a economia que é vivida cotidianamente pelos povos simples dos bairros, pelos desempregados, trabalhadores informais, biscateiros, camelôs, pequenos empreendedores". Surge, sob esta denominação, enquanto interpretação do que se vive na prática, e não enquanto uma invenção ou resposta "intelectual" formulada de modo particular a estas questões, caracterizando-se como um processo que valoriza de modo prioritário as práticas e iniciativas já existentes de grupos, comunidades e organizações.

Um esforço de organização coletivo que resulta do acúmulo de mobilização social que envolve representantes da academia, dos trabalhadores, da igreja, sindicatos e demais movimentos sociais, e ainda, ativistas e ex-dirigentes desses movimentos. Atores que passaram a problematizar coletivamente o cenário do qual faziam parte, o que dada a amplitude geográfica, cultural, política e econômica das ações empreendidas, acaba por originar uma complicada cronologia para a economia solidária. Esta segundo Motta (2004),

> "vai sendo construída a partir do reconhecimento de supostas raízes históricas e experiências contemporâneas exemplares. A expressão não permite, apenas, a organização de fatos e agentes contemporâneos a sua criação. Muitos empreendimentos e idéias que na época em que existiam ou foram criados não eram reconhecido por este nome passam, a posteriori a ser reconhecidos como pertencentes ao mundo da Economia Solidária. O termo reorganiza uma variedade de idéias, conceitos, ao mesmo tempo que se constrói a partir deles. Pode-se dizer que o que a Economia Solidária traz de original é justamente uma forma particular de organizar elementos já existentes, como as experiências de educação popular, a ação da Igreja católica junto a comunidades, as propostas de empresas autogeridas, o cooperativismo, etc. Não é fácil traçar a história da expressão "Economia Solidária" no Brasil. Os profissionais privilegiam a construção de uma história, no Brasil, a partir do surgimento de empreendimentos considerados "solidários", sem que a invenção do termo seja considerada significativa. Ao que parece, privilegiar, ou mesmo apontar as origens da ES enquanto ligada a uma construção teórica, "intelectual" e sua relação com a academia e com as ONGs poderia deslegitimar a ES como construção popular, a partir dos pobres" (Motta, 2004:4).

Lechat (2002) procura identificar na literatura brasileira os primeiros aparecimentos de conceitos que se mostram hoje como ligados à economia solidária. Segundo esta autora, o termo aparecerá pela primeira vez no Brasil sob o conceito de Economia de solidariedade, no livro “Economia, Solidariedade e Organização Popular” onde o chileno Luiz Razeto a define como:

> “uma formulação teórica de nível cientifico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas (...) que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas” (Razeto, 1993 apud Lechat, 2002).

O que torna válida a perspectiva apresentada por Mance (2002), sobre a precedência que a práxis social encontra sobre a elaboração teórica, na história de criação dos diversos movimentos sociais, e entre eles, o de uma economia solidária. Para este autor, esta precedência da práxis sobre a teoria, é devida ao papel desta de consubstanciar o que vem ocorrendo na prática. Assim, “a teoria, nesse caso, surge da práxis e a ela retorna buscando qualificá-la para que possa ser mais eficaz como elemento de libertação” (Mance, 2002). O que se observa, é que em sua estruturação alguns fenômenos ganham expressiva força social e por isso acabam por se impor ao meio acadêmico, e este, por sua vez, em sua tarefa de nutrir-se da realidade concreta, não tem como esquivar-se da responsabilidade de empreender, sob formas e intensidades diversas, o “urgente” processo de interpretação.

O material para a composição do termo economia solidária, no entanto, não é o mesmo. Uma vez que mesmo nutrindo-se de uma condição comum, a de exposição à crise, a reação a esta se manifestará de acordo com as singularidades de cada contexto nacional, assim como, do acúmulo de mobilização social dos diferentes países e grupos. Sendo necessário, salienta Cruz (2006), duas observações importantes sobre este fenômeno: (1ª) o termo economia solidária é substantivamente distinto em comparação à utilização nos países centrais e periféricos; (2ª) o conceito não nasce de uma idealização de novas relações sociais, mas da movimentação de diferentes atores das ciências

sociais que, em diferentes lugares e quase ao mesmo tempo, buscaram sistematizar dados e compreender o funcionamento deste fenômeno (Cruz, 2006:37).

Assim, nos diversos países, estudiosos relacionados principalmente às ciências sociais, começaram a voltar-se a interpretações deste fenômeno ao mesmo tempo econômico e social, sendo relevante destacar o fato da inquietação frente a estas iniciativas ter origem na linha tênue que separa a teorização da prática dos grupos sociais. A percepção de mudança no campo de ação destes próprios teóricos, muitas vezes militantes, leva à movimentação que dá origem ao termo, que surge para nomear um fenômeno real, cuja existência concreta na vida das pessoas é ponto indiscutível até mesmo para os mais céticos quanto a viabilidade desta proposta. Um fenômeno social, que não se limita ao caráter econômico de suas ações, mas por outro lado, não prescinde deste.

E é nesta relação, entre a ocorrência empírica dos fatos sociais e a interpretação teórica, que o momento atual se traduz de forma extremamente favorável para a economia solidária. A análise deste universo vem ocorrendo pari passu à sua estruturação, e a formulação deste conceito está tão próxima historicamente que os participantes dos primeiros momentos, os que fizeram as primeiras interpretações, estão atuantes, reelaborando através do coletivo suas próprias impressões iniciais. Entre os exemplos que podem ser citados neste sentido, incluiríamos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, como o sindicato, a universidade, o Estado e a igreja, e ainda, teóricos militantes, como Paul Singer no Brasil e José Luis Coraggio na Argentina. A economia solidária se apresenta, portanto, como um conceito aglutinador de experiências, de iniciativas que se aproximam mais por seus princípios do que por se enquadrarem dentro de um modelo institucional previsto através de uma precisa delimitação conceitual.

Trata de um conjunto de iniciativas tão diversas quanto dinâmicas, fazendo com que este seja um universo de fronteiras fluidas, onde, muitas vezes, sob a denominação de economia solidária seja possível observar a estruturação de discursos ambíguos e polissêmicos provenientes das mais variadas fontes. Discursos que se colocam em cena com proposições distintas, tanto no que se

refere à estruturação, quanto à desmobilização deste movimento, um exemplo é a própria divergência dentro do Ministério do Trabalho quanto a validade de se incentivar a organização dos trabalhadores em empreendimentos solidários13. A cacofonia que se produz a partir daí tem origem no fato de a economia solidária ser uma expressão conceitual em disputa, onde, para Motta (2004), é muito arriscado operar num esquema polarizado do tipo que não é capitalista é solidário, porque num extremo isto implica em admitir como parte do universo que caracteriza o conceito de economia solidária formas de trabalho que ele contesta, "desde formas arcaicas de organização da produção e do trabalho (escravidão, servidão etc.) até as formas "flexibilizadas" de trabalho da pós-modernidade, incluindo aí, a informalidade"(Motta, 2004).

O que se percebe na análise da literatura disponível é que a preocupação em estabelecer uma forma de institucionalidade precisa para a ocorrência deste fenômeno ocupa ainda um papel secundário dentro do Movimento de economia solidária. Segundo Nunes (2004), parece ser uma convenção entre os pesquisadores e militantes que o que existe são práticas solidárias e uma economia solidária embrionária, e que é em torno da construção e viabilidade desta que tem que se pautar a discussão. Desta forma é mais recorrente a apresentação da economia solidária a partir de seus pontos consensuais,sobre as formas de manifestação já mapeadas, do que através de um modelo institucional próprio de ocorrência.

> "A abundância de idéias e de experiências testemunham a imbricação entre debates e práticas para confrontar os caminhos através dos quais poderia consolidar-se uma economia solidária que constitui a finalidade em direção à qual tendem numerosas tentativas bastante díspares. Qualquer que seja a diversidade das organizações iniciadas neste objetivo, sua especificidade pode ser medida através de dois traços: (1) O agrupamento voluntário inspira-se na referência a um laço social que se mantém pela implementação de uma atividade econômica. A participação nesta atividade, não podendo ser separada do laço social que a motiva, depende então do princípio do comportamento econômico que é a

13 A referência à disputa dentro do Ministério do Trabalho refere-se ao fato de que neste têm sido encaminhadas ações tanto de mobilização e apoio à economia solidária, a citar, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) vinculada a este ministério, quanto de combate, e desqualificação destas iniciativas, uma vez que muitas cooperativas de trabalho estão sendo enquadradas enquanto formas de precarização, quando na verdade surgem em resposta a esta situação, representando formas legitimas e solidárias de organização dos trabalhadores.

> reciprocidade, regendo as relações entre as pessoas associadas (Vienney, 1994, p. 88); (2) A ação comum, por estar baseada na igualdade entre os membros, é o vetor de um acesso ao espaço público que atribui aos membros capacidade de serem entendidos e de agir numa perspectiva de mudança institucional. As estruturas constituídas, excetuando seu papel econômico, instauram espaços públicos de proximidade que são espaços públicos autônomos no sentido de Habermas, ou seja, sob o registro de processos regulados pela solidariedade e não pelo dinheiro ou poder administrativo“ (França Filho e Laville, 2004, p. 46-47).

Ainda assim, partindo dos pontos “consensuais” é notória a abrangência do que vai ou o que pode ir entre as fronteiras da economia solidária, o que talvez justifique a opção de muitos autores por analisa-la a partir de contextos socais específicos e até mesmo, como no caso desta pesquisa, através de micro-processos sociais. França Filho e Laville (2004), traçam a história da economia solidária apresentando um paralelo entre sua estruturação no contexto europeu, a partir da experiência na França e América Latina, analisando o caso brasileiro. Nesta análise comparativa, o ponto comum é o da diversidade. No caso francês, verifica-se a existência de quatro universos, de certa forma complementares, que se organizam sob a seguinte denominação: Comércio Justo, Finanças Solidárias, Economia sem Dinheiro e as Empresas Sociais. Já no caso brasileiro, a principal forma de ocorrência é a economia popular solidária, a qual trataremos as singularidades da manifestação posteriormente.

Dentre os universos do caso europeu, o do comércio justo é um lócus privilegiado para apresentar parte do processo de politização empreendido pela economia solidária. Esta perspectiva, por sua vez, tem sido ponto de controvérsias dentro dos espaços do movimento, pois os agentes questionam-se sobre a real efetividade das estratégias empreendidas pelas organizações do comércio justo face ao objetivo de construção de um espaço econômico, que seja ordenado para o resgate de princípios e valores que viabilizem a inscrição de uma economia de solidariedade. Analisaremos em separado esta proposta, dada a relevância desta, não apenas no que se refere à inscrição da economia solidária no espaço de uma economia globalizada, mas pela relação que esta perspectiva estabelece com a trajetória da Associação Mãos Mineiras, universo empírico deste trabalho.

4.1. Revolução ou Guerra de Confetes? Problematizando sobre a real efetividade de transformação das relações no mercado a partir do Comércio Justo.

Originalmente, o comércio justo enquanto alternativa de transformação das relações comerciais no mercado, surge a partir da movimentação de atores que afirmam que há possibilidade de mudança e que existem formas alternativas de fazer comercio que vão além das apresentadas pela economia globalizada, organizada a favor exclusivamente do capital. Estes atores se unem para mostrar que,

> "esta globalização não é única. De par com ela e em grande medida em relação a ela está emergindo uma outra globalização, constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e a biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétinicos produzidos direta e indiretamente pela globalização neoliberal".(Santos, 2002:13).

Teorias diversas acenam neste contexto com a possibilidade de uma forma mais justa de organizar a sociedade, indo desde a reivindicação a um desenvolvimento alternativo até a proposição de possíveis alternativas ao desenvolvimento. Organizações se formam entorno de um conjunto de questões, relacionadas à manutenção dos recursos naturais, solidariedade, justiça econômica, social e de gênero, alguns entre os tantos vetores possíveis frente a insustentabilidade da lógica capitalista atual. No caso do movimento por um comércio justo, o foco da discussão vai além das relações no mercado, pois, a forma com os indivíduos se socializam a partir do trabalho e a dignidade que auferem com o desenvolvimento e resultado deste, correspondem ao que Mauss (2003) caracteriza como "fatos sociais totais". O trabalho é, portanto, um dos eventos que tem implicações simultâneas em todas as demais esferas da vida.

A premissa aceita, de que o "mundo faz comércio o tempo todo", reforçou a noção de ser inaceitável que as relações no mercado continuem seguindo o

modelo atual. A mobilização no universo do comércio justo parte da constatação de que para estar no mercado, a maioria dos produtos passa pelas mãos de diversas pessoas, homens e mulheres, que muitas vezes trabalham em péssimas condições, sofrendo pressões e barreiras desleais para que possam comercializar o resultado de seu trabalho. Uma forma de se promover relações comerciais que segue, recriando e intensificando a globalização da pobreza e miséria, assim como, o sentimento de desalojamento e deriva social que assola os indivíduos em seu cotidiano de trabalho. De modo simultâneo a este tipo de comércio foi ganhando força em diversos segmentos da sociedade, a crença de que um movimento por novas normas e arranjos internacionais poderia vir a criar um ambiente adequado para a redução destas desigualdades, dando origem a discussão sobre o comércio justo, que se organizou orientado pela idéia de que um novo comércio e um outro mundo são possíveis.

O movimento por um comércio justo, segundo informações de organizações envolvidas com a proposta, iniciou de forma incipiente nos anos 40 e 50. A movimentação inicial tem origem em iniciativas pessoais de missionários levando artesanato comprado em países do sul para vender nos países europeus. As décadas de 50 e 60, em diversos países da Europa, foram cenário para campanhas de sensibilização sobre as desigualdades mundiais provocadas pelo comércio internacional. Estes movimentos organizavam-se a partir da preposição de que era possível fazer diferente, uma vez que o problema não pertence ao universo da economia e do comercio em si mesmos, mas na forma como estes vem sendo conduzidos a partir do processo de ressignificação empreendido pela lógica capitalista, que alterou ao longo de sua história o sentido e a razão de ser originais do mercado, do comércio e do trabalho. No final dos anos 60 concretizou-se a parceria entre organizações sociais de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com destaque à participação de movimentos religiosos e entidades da sociedade civil, como os sindicatos e organizações comunitárias (Faces do Brasil, 2004). E, sob o impulso desta aliança, são realizadas as primeiras iniciativas que serviriam de suporte à realização do objetivo desta proposta, reduzir as desigualdades sociais globais, o que, inicialmente acreditava-se, ocorreria através da criação das lojas de comércio justo

A premissa era a de que esses produtores, sem acesso a serviços de seguro e crédito e sem reservas de capital, ficavam amplamente vulneráveis aos efeitos das flutuações de mercado, muitas vezes devastadores, assim como, à apropriação de boa parte do valor de seus produtos ao longo da cadeia produtiva, através da participação nas relações comerciais de intermediários desnecessários ou sobre-valorizados. Outro elemento importante para interpretar a equação, precariedade de renda e imobilidade econômica que permeia a história de muitos desses indivíduos, refere-se à falta de oportunidades de inserção comercial, ocasionada, principalmente, pela dificuldade de acesso a capital, a mercados compradores e a informações sobre estes mercados, o que ocasionou historicamente o acesso facilitado de produtores maiores neste espaço.

> "(...) Os países economicamente dominantes e tecnologicamente avançados tem mais facilidade de vender seus produtos no mercado internacional, pois suas mercadorias são mais baratas e (geralmente) de melhor qualidade. Os países que perdem essa concorrência e que adotam o modelo neoliberal permitem a livre comercialização dessas mercadorias estrangeiras em seus territórios. Os consumidores nesses países pobres preferem, então, comprar essas mercadorias importadas, porque são mais baratas ou de melhor qualidade. Com isso, os países pobres acabam importando mais do que exportam, isto é, comprando mais do que vendem no mercado internacional. Assim, esses países empobrecem ainda mais, pois o volume de dinheiro que sai no volume de pagamento destas mercadorias ou das tecnologias que o país importa é maior que o volume de dinheiro que entra com as poucas exportações que eles realizam (...)" (MANCE, 2001).

A alternativa a este quadro de instabilidade e de desvantagem econômica foi construída em torno da perspectiva, de que, ao menos inicialmente, a estruturação de um comércio inclusivo e justo demanda a participação efetiva de um tipo de consumo e consumidor que seja solidário, e que estabeleça relações no mercado a partir de outros critérios que não especificamente da obtenção de vantagens individuais.

> "O consumo solidário ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver

> pessoal, mas igualmente o bem-viver coletivo. Esse tipo de conduta somente se torna possível quando as pessoas compreendem que a produção encontra sua finalidade -ou o seu acabamento - no consumo e que ele tem impacto sobre todo o ecossistema e sobre a sociedade em geral. Em outras palavras, o consumo é a última etapa de um processo produtivo e as escolhas de consumo - feitas pelos indivíduos em particular, e pela sociedade como um todo - podem influenciar tanto na geração ou manutenção de postos produtivos em uma dada sociedade, na preservação de ecossistemas, na reciclagem de materiais, no combate a poluição, na promoção do bem-estar coletivo da população de sua comunidade, de seu país e do planeta, quanto podem também, gerar desemprego, colaborar na destruição de ecossistemas e na extinção de espécies vegetais e animais, na produção cada vez maior de lixo não biodegradável, no aumento da poluição e na piora da qualidade de vida da população de sua comunidade, de seu país e do planeta como um todo"(MANCE, 2001:29).

Com base neste ideal de promoção do bem viver coletivo, a primeira loja foi aberta na Holanda em 1969. Em 1973, importou-se pela primeira vez café no circuito do comércio justo, proveniente de cooperativas da Guatemala. Em meados dos anos 80, iniciou-se a venda de produtos justos nos circuitos comerciais convencionais. Atualmente esta proposta organiza-se em torno de três produtos principais, os produtos têxteis, os alimentares e o artesanato. No entanto, com a sua expansão geográfica, verifica-se, também, um aumento na variedade e no número de produtos postos à disposição dos consumidores, o que está em acordo com o objetivo de promoção do comércio justo de seguir "encorajando as pessoas a mudar os padrões de consumo, com vistas à promoção da justiça social e cuidados com o meio ambiente" (Faces do Brasil, 2004).

A organização FACES Brasil – Por um Comércio Ético e Solidário, chama a atenção para o fato de que a crise socioambiental de nosso tempo tem se tornado um assunto comum, pelo fato de todos saberem, de alguma forma, que algo não está bem, e que este algo envolve a maioria da população do planeta. Entretanto, a percepção desta crise em sua totalidade requer o conhecimento do processo histórico que nos trouxe até aqui, o que parece ser, ainda, um grande desafio para os homens e mulheres do planeta. Afinal, declaram os agentes desta organização, não é fácil explicar por que as 3 pessoas mais ricas do mundo detêm uma fortuna que é superior ao Produto Interno Bruto (PIB) dos 48 países mais pobres, ou que

mais de 1,4 bilhão de pessoas vivem com menos de R$5,00 ao dia, e ainda, a razão pela qual mais de 211 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos são obrigados a trabalhar todos os dias, abandonando, muitas vezes, os bancos da escola. A FACES ressalta que infelizmente esses dados representam os valores que permeiam e constroem a vida em sociedade, e portanto, as relações econômicas e comerciais. Desta forma, perceber esses (des) valores no sistema econômico e nas práticas comerciais atuais, bem como suas conseqüências, é o primeiro passo para entendermos o porquê da mobilização de organizações como esta por um Comércio Ético e Solidário.

> "(...) o segundo é exatamente começar a agir e assim participar da construção de um outro mundo, de uma outra economia e de um outro comércio possíveis. Essa construção deve ter como base os valores éticos e a afirmação de que podemos, sim, promover a justiça, a liberdade, o respeito e a cultura de solidariedade de forma a recolocar o ser humano no coração da economia" (Faces do Brasil, 2004)

Em 1988, seguindo esta proposta de enfrentamento pela inserção justa destes produtos no mercado, é criada a primeira certificadora, a Max Havelar da Holanda, que daria impulso ao aparecimento de várias outras em outros países. Em 1990 é criada a EFTA (European Fair Trade Association), uma associação de 12 grandes importadores de produtos de comércio justo na Europa, e em 1994, a rede de lojas de FT na Europa conhecida como NEWS. Em 1994 é também formada nos EUA a North American Alternative Trade Organization que no ano seguinte mudaria seu nome para Fair Trade Federation (FTF), organização que reúne mais de 90 comerciantes dos Estados Unidos e Canadá, que anunciam seus produtos como produzidos inteiramente sob critérios de Fair Trade. Alguns destes comerciantes são também membros da IFAT. Finalmente, em 1997 é criada a FLO (Fairtrade Labelling Organizations International), uma organização guarda-chuva das 17 certificadoras nacionais na Europa, EUA, Canadá e Japão. Hoje FLO, IFAT, NEWS (uma associação de mais de 2700 lojas de FT na Europa) e EFTA formam um grupo de trabalho conhecido por FINE. Este grupo busca harmonizar conceitos, princípios e práticas, assim como, fomentar a colaboração entre as quatro organizações. A definição de comércio justo com a qual o grupo

FINE tem trabalhado tem origem na conferência da IFAT em Arusha, Tanzânia, em junho de 2001 (Owfam, disponível em: www.intermonoxfam.org).

> "O comércio justo consiste em uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior eqüidade no comércio internacional. Ele contribui para o desenvolvimento sustentável através do oferecimento a produtores marginalizados de melhores condições de troca e maiores garantias de seus direitos." (disponível em: <www.bds-net.com)

Desta forma, segundo MANCE (2001), o comércio justo internacional é praticado principalmente por organizações do Hemisfério Norte que importam produtos de países do Sul pagando aos produtores um preço justo por seu trabalho. Estas organizações atuam, na maior parte das vezes, com vistas à substituição das regras atuais de mercado, excludentes e utilitaristas, pelas da solidariedade, eqüidade e justiça social. Existem, de acordo com o autor, mais de três mil lojas de comércio justo, divididas entre 18 países europeus. Mance (2003) apresenta uma sistematização dos principais critérios através dos quais as iniciativas se organizam e divulgam suas práticas dentro do universo em questão.

- Ajudar os produtores dos países do Sul, comprando produtos locais que serão depois vendidos nos países do Norte a preços justos.
- Dar autonomia aos produtores, evitando intermediários desnecessários nas trocas comerciais.
- Estabelecer relações comerciais de longo prazo, buscando reduzir a exposição de pequenos produtores a flutuações do mercado, com pré-financiamento da produção em até 60% e definição do preço em conjunto, fornecendo informação e acesso ao mercado, como oportunidade de gerar oportunidades de negócios para os pequenos produtores.
- Promover a gestão participativa, ao nível da tomada de decisões e do funcionamento democrático.

- Existência de projetos comunitários, já que é obrigatório que parte dos lucros obtidos sejam utilizados na satisfação das necessidades básicas das comunidades locais.
- Consumo responsável, com a obrigatoriedade de existir informações sobre o produto e sua origem.
- Todas as atividades empreendidas no processo de produção devem respeitar o meio ambiente e não utilizar trabalho infantil ou prisional.
- Ênfase na questão de Gênero, com igualdade salarial, de expressão e de decisão entre homens e mulheres; e ainda, o respeito pelos direitos sindicais dos trabalhadores. (Mance, 2001)

A forma de funcionamento desta proposta, na maioria das vezes, dá-se através de uma rede de contatos que é estabelecida, promovendo a relação entre os produtores e as Lojas de Comércio Justo. Esse contato freqüentemente vem sendo feito por intermédio de empresas importadoras que compram os produtos oferecidos pelos produtores nos países do Sul, colocando-os à venda nas lojas do Comércio Justo, principalmente no continente europeu, o que, segundo o movimento, justifica-se pela maior proximidade que se supõe entre estes agentes e os produtores, viabilizando à estas empresas, fiscalizar a efetiva aplicação por parte dos produtores, dos critérios pelos quais organiza-se esta proposta.

A gestão e a propriedade destas lojas, chamadas “Lojas do Mundo” (Word Shops) é diversificada, podendo pertencer a ONG’s, a particulares ou às próprias empresas importadoras, o que dá margem para algumas das criticas que são associadas a proposta, como a que refere-se ao amplo papel que é exercido pelas empresas importadoras. Segundo alguns críticos do modelo do comércio justo, não há garantias de que futuramente estas empresas não se apropriem de alguma forma dessa possibilidade de comércio. O que, dito em outras palavras, relaciona-se à possibilidade do comércio justo acabar por funcionar mais como um atrativo nicho de mercado do que como um movimento de transformação das relações comerciais.

Outras criticas que também se apresentam de modo recorrente merecem destaque. Entre elas, a que diz respeito à difusão das práticas de comércio justo

em outras cadeias produtivas, como as lojas convencionais, que se disponham a vender estes produtos através de linhas especiais. O que acontece, no exemplo de supermercados, e do acordo selado entre a Transfair USA (membro da FLO) com a Starbucks, uma grande rede de cafeterias. A Starbucks vende café certificado do comércio justo em suas lojas, o que, segundo dados da organização Oxfam, representa para esta rede apenas uma pequena porcentagem de suas vendas, mas para o comércio justo a porcentagem quase total da comercialização deste produto nos Estados Unidos e Canadá. (Owfam, disponível em: www.intermonoxfam.org).

O relato ora exposto sobre a estruturação do universo do comércio justo justifica-se pelo fato desta pesquisa ser desenvolvida com a Associação Mãos Mineiras, que participa desta proposta, comercializando parte de seus produtos para a Cooperativa Chico Mendes na Itália. Ademais, os questionamentos que esta forma de transformação do espaço econômico suscita, mostram-se relevantes para a discussão que pretendemos apresentar neste trabalho sobre as possibilidades encontradas pela economia solidária para se inscrever no espaço público como um dos caminhos possíveis para uma reação organizada, de indivíduos e grupos, frente aos efeitos das ressignificações empreendidas pelo capital.

A forma de funcionamento da proposta do comércio justo organiza-se com o propósito de perenização da iniciativa, baseada nos seguintes caminhos: aumento da adesão dos consumidores, que caso ampliem suas demandas, pressionará por uma oferta cada vez mais diversificada desses produtos, o que implicaria na participação de um número maior de produtores. Simples? Nem tanto. O tipo de consumo a ser praticado, como já nos referimos é o solidário, o que no estágio atual de estruturação do comércio justo implica que estes consumidores tenham plena consciência de seu papel enquanto promotores de mudança, o que os levariam a assumir o ônus da sua opção, pagando um pouco mais caro para “promover o bem viver da coletividade, manter empregos, reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não estatais, etc.” (Mance, 2001). O que acreditamos, se apresenta como um desvio dos ideais defendidos para uma economia de solidariedade, que entre as

bandeiras de luta preconiza não apenas a inclusão dos indivíduos enquanto produtores, mas a inclusão de todos os cidadãos a um mercado mais solidário, perspectiva que não é facilmente alcançada com a hierarquização da esfera do consumo.

Da forma como vem sendo desenvolvida a comercialização destes produtos em “Word Shops,” ou, ainda, através de linhas específicas em outras cadeias produtivas, paira a dúvida sobre a promoção, mesmo que involuntária, de uma possível seletividade dos consumidores envolvidos, e, até mesmo, sobre a possibilidade de se iniciar um processo aberto de cooptação desta perspectiva pelo capital. Segundo Boltanki e Chiapello (apud Orfeuil, 2002) o capitalismo encontra em sua habilidade de endogenização de criticas, sua fonte maior de vitalidade e capacidade de renovação. Em tempos em que tudo vira moda, é preciso estar atento para que a economia solidária, o comércio justo, a moeda social, a economia sem dinheiro, apenas para citar alguns universos, não sejam cooptados “pelos interesses daqueles que sempre surfam nas lutas e nas bandeiras populares fazendo [destes] mais um nicho de mercado para o fortalecimento dos seus processos de acumulação de riquezas” (Arroyo e Schuch, 2006).

Um outro fator importante refere-se à natureza dos produtos comercializados, como já citado. Estes concentram-se em torno de três segmentos principais, os produtos têxteis, alimentares e o artesanato. Produtos que, se por um lado têm a produção mais facilmente viabilizada nos diferentes contextos devido ao baixo aporte tecnológico e de recursos requeridos, por outro remete a uma antiga dicotomia, exaustivamente tratada sob enunciados diversos: Países pobres e Ricos; Norte e Sul; Países Desenvolvidos e Subdesenvolvidos (soma-se a estes os em desenvolvimento); Centro e Periferia. Denominações que se estruturam em torno de uma questão central, a forma como é estabelecida entre os países, a divisão das atividades produtivas, e, em decorrência desta, do produto social.

> “Umas das classificações mais correntes das atividades produtivas foi originalmente proposta por Colin Clark. Nessa formulação existem três setores básicos na economia de um país. O setor

> primário reúne as atividades agropecuárias e extrativistas (vegetais e minerais). O setor secundário engloba a produção de bens físicos por meio da transformação de matérias-primas, realizada pelo trabalho humano com o auxílio das maquinas e ferramentas: inclui toda a produção fabril, a construção civil e a geração de energia. O setor terciário abrange os serviços em geral: comércio, armazenagem, transportes, sistema bancário, saúde, escolaridade, telecomunicações, fornecimento de energia elétrica, serviços de água e esgoto e administração pública. A importância relativa de cada um destes setores no produto total da economia de um país é bastante variável. O grau de desenvolvimento econômico de uma nação determina a importância relativa de cada setor na composição do produto total da economia. Nas economias subdesenvolvidas, predominam as atividades primárias e é precário o desenvolvimento dos setores secundário e de serviços, mais presentes no países desenvolvidos" (Silva, 1997:6).

Neste sentido, coloca-se a questão da eqüidade a ser estabelecida pelo movimento do comércio justo que, ao menos inicialmente, não apresenta ações mais incisivas no que se refere à reversão de desigualdades historicamente estabelecidas, como as de sustentação da predominância da produção do setor primário nos países do Sul, e as de restrição de determinados produtos a um número limitado de consumidores, o que coloca por si só muitas dúvidas sobre o potencial de uma transformação substantiva a partir deste universo.

Sobre este segundo ponto, o do acesso restrito ao consumo, o aprofundamento acerca de algumas questões é fundamental. Para isto, retomaremos a discussão sobre o consumo solidário, através da problematização feita por Mance (2001) entre consumismo alienante, consumir para bem viver e o consumo compulsório:

> "Se de fato os consumidores induzidos pelo consumismo alienante não têm compreensão do que seja consumir para bem viver, por outra parte, os que estão submetidos a um consumo compulsório pouca ou nenhuma margem de manobra têm para praticá-lo, mesmo se tivessem a compreensão mais ampla do processo de consumo. Sendo assim, (...) os que praticam um consumo compulsório [tendem] a consumir produtos mais baratos, uma vez que buscam maximizar a quantidade de produtos que possam comprar com os poucos recursos que têm, ao passo que os que praticam um consumo alienante (...) [tendem] a seguir as publicidades e consumir os produtos importados ou produzidos de

> maneira ecologicamente inadequada. Em ambos os caso – no consumo compulsório ou alienante – as opções de consumo promoveriam o desemprego e a degradação ambiental" (Mance, 2001:30).

A partir desta problematização, o autor apresenta a definição citada de consumo solidário e oferece exemplos sobre as formas atuais de manifestação deste "outro" tipo de consumo,

> "O consumo solidário, em níveis variados, é praticado atualmente em milhares de localidades no Brasil e no mundo. São inúmeros os grupos de trabalhadores desempregados que organizaram pequenas atividades produtivas em que se fabricam pães, massas, produtos de limpeza, roupas, móveis, esquadrias, vassouras, escovas, brinquedos e uma infinidade de outros produtos; milhares são os "clubes de mães" que produzem roupas, peças de tricô e crochê, rendas, bordados, tapeçarias, doces, salgados, geléias, compotas, entre outros artigos; em muitos lugares encontram-se artesanatos indígenas, aneis de tucum ou frutos colhidos das florestas – de modo ecologicamente sustentável – sendo comercializados. Grande parte dessa produção, salientemos, é consumida por pessoas que têm consciência de que, embora esses produtos possam não ser os melhores à disposição no mercado ou não sejam os mais baratos em comparação aos similares ou, ate mesmo, não atendam alguma demanda imediata, consumi-los é garantir às pessoas que os produzem a condição de continuar vivendo de seu próprio trabalho, com a dignidade que todo ser humano merece. Do mesmo modo, inúmeros são os assentamentos de agricultores no Brasil que conquistaram recentemente áreas para plantio e que produzem milho, feijão, soja, batata, mandioca, entre outros produtos em regimes cooperativos e que vêm construindo redes de comercialização alternativa em um movimento amplo de solidariedade." (Mance, 2001:30-31).

Esta abordagem de Mance traça um panorama geral sobre como é percebido o processo de tomada de consciência que se gesta em torno do consumo, um processo real, mas de lenta construção. Mesmo o autor em sua visão otimista, e acrescentaríamos um tanto quanto limitada, sobre a estruturação deste universo, reconhece que esta tomada de consciência ainda se caracteriza por um vir a ser, que precisa ser promovido e propagado, para que através do ato de consumo se formem um número cada vez maior de "consumidores cidadãos", conforme a definição de Orfeuil (2002).

Isto posto, retornaremos ao ponto de onde partimos, do acesso ainda restrito ao consumo na perspectiva do comércio justo, para que este seja analisado a partir da constatação apresentada de que o consumo solidário ainda está em construção, o que portanto nos leva à inferência de que a manutenção da proposta nos países do Norte não ocorra exclusivamente através de "consumidores cidadãos", mas talvez a partir de um híbrido que envolva indivíduos com motivações diversas, que podem ir desde o interesse exclusivo na aquisição do produto até o desejo de obter através deste o seu valor simbólico, como se o ato de comprar determinado objeto implicasse na propriedade de parte de sua história.

Esta reflexão deriva da própria forma como se processa a comercialização dentro deste universo, independente de ser em redes varejistas do mercado capitalista ou nos Word Shops, mas principalmente nestes, a exposição e seleção dos produtos é carregada por um forte apelo simbólico sobre sua origem. É requisitado aos grupos, através das organizações do movimento do comércio justo, a valorização de seu contexto social, seja através das cores utilizadas no produto ou em sua embalagem, nas estampas, ilustrações de rótulos e camisetas, nos ingredientes utilizados nas preparações culinárias, nos materiais para confecção do artesanato. Enfim, é explicita a valorização por parte dos agentes que organizam a comercialização nesta proposta, assim como, de parte de seus consumidores, de elementos que invistam estes produtos de um caráter genuinamente nacional e autêntico.

Esta perspectiva pode ser associada à abordagem de Mauss (2003) sobre as relações estabelecidas entre os indivíduos e grupos nas sociedades tribais. Para o autor, os objetos não seriam vazios, teriam a capacidade de entesouramento dos contextos aos quais estiveram ligados, como se fossem eles mesmos os portadores do espírito "hau" de seus antigos proprietários, que acredita–se, estava ligado à noção de obrigar o atual detentor quanto a retribuição da dádiva recebida. No caso do comércio justo, a inferência que apresentamos neste trabalho é de que as pessoas, muitas vezes, adquirem os produtos pelo significado "simbólico" que carregam, uma forma de adquirir o status de simpático à determinada causa, como a das mulheres produtoras de café na Tanzânia, ou

de sensibilizado com a realidade das famílias na África, por exemplo, o que, através da aquisição de um produto ligado estes contextos geográficos, políticos e culturais, representaria, mesmo que indiretamente, uma forma de contribuir para reverter o quadro de exclusão vivenciado por estes indivíduos e grupos. Mauss apresenta a discussão da capacidade de "entesouramento" dos objetos a partir do potlach, "prestações sociais totais" estabelecidas pela circulação alternada entre tribos de bens, ritos, cerimônias, homens, mulheres, crianças, etc.

> "No fundo, quando se consideram simultaneamente os cobres, e as outras formas permanentes de riquezas que são objeto de entesouramento e de potlach alternados, máscaras, talismãs etc., todos se confundem com seu uso e seu efeito. Por meio deles se obtêm o espírito; este, por sua vez, possui o herói, então, faz com que lhe paguem seus transes xamanísticos, suas danças rituais e os serviços de governo. Tudo se conserva, se confunde; as coisas têm uma personalidade e as personalidades são, de certo modo, coisas permanentes do clã. (...)" (Mauss, 2003:163).

> "Se o presente recebido, trocado, obriga, é que a coisa recebida não é inerte. Mesmo abandonada pelo doador, ela ainda conserva algo dele. Por ela, ele tem poder sobre o beneficiário, assim como por ela, sendo proprietário, ele tem poder sobre o ladrão. Pois o taonga ["artigo determinado"] é animado pelo hau da floresta, de seu território, de seu chão, ele é realmente "nativo": o hau acompanha todo detentor" (Mauss, 2003:199).

A discussão tecida por Mauss sobre os registros das relações nas sociedades tribais desenvolve-se em torno da noção da dádiva, que para França Filho e Dzimira (1999), apresenta-se contrariamente à simples troca mercantil, pois a dádiva da forma como é concebida por Mauss é portadora de uma dimensão simbólica, que não se anula na equivalência monetária, "simboliza uma aliança que perdura [através da] antiequivalência anti-utilitária" (França Filho e Dzimira, 1999). Nas palavras de Mauss (2003), a dádiva, enquanto uma dimensão da vida humana, não se encontra circunscrita a contextos específicos, ela se realiza a partir e em virtude das relações estabelecidas por homens e grupos nos diferentes tecidos sociais, o que contribui para justificar a perspectiva apresentada neste trabalho.

> “O número, a extensão e a importância desses fatos nos autorizam plenamente a conceber um regime que deve ter sido o de uma grande parte da humanidade durante uma longa fase de transição, e que ainda subsiste noutros povos além dos que acabamos de descrever. Eles nos permitem conceber que esse princípio de troca – dádiva deve ter sido o das sociedades que ultrapassam a fase da “prestação total” (de clã a clã e de família a família), mas que ainda não chegaram ao contrato individual puro, ao mercado onde circula o dinheiro, à venda propriamente dita e, sobretudo, à noção de preço calculado em moeda pesada e reconhecida”(Mauss, 2003:264).

A dádiva realiza-se em favor dos vínculos e, neste sentido, os “objetos doados, aceitos e devolvidos não se “trocam” nem por serem úteis, nem em razão da sua equivalência monetária, mas porque eles significam simbolicamente a vontade de construir uma relação” (França Filho e Dzimira, 1999). Desta forma, o ponto central da discussão de Mauss sobre a dádiva fundamenta-se neste valor simbólico que tem espaço nos constantes atos de troca que caracterizam as alianças, onde os “bens” têm seu valor expresso prioritariamente pela qualidade dos vínculos que estabelecem, ultrapassando, portanto, possíveis convenções entre os parceiros sobre seu mero valor de uso ou de troca:

> “Tudo faz parte da etiqueta, não é como no mercado onde, objetivamente, por um preço, adquiri-se uma coisa. Nada é indiferente. Contratos, alianças, transmissão de bens, vínculos criados pelos bens transmitidos entre quem dá e quem recebe, essa moralidade econômica leva tudo em conta. A natureza e a intenção dos contratantes (...) são indivisíveis” (Mauss, 2003:286-287).

Para Godbout (1999), é na percepção da existência social enquanto uma totalidade que reside a força do conceito de Marcel Mauss, para quem as relações, mesmo no espaço do mercado, vão além de uma lógica utilitária e de equivalência pura atuando, também, em favor dos vínculos, o que garante à dádiva uma dimensão tão moderna e contemporânea quanto tribal. Godbout apresenta esta discussão a partir das análises empreendidas por Mauss,

detalhando através de exemplos cotidianos, e talvez por isto mesmo inusitados14, as possíveis formas de manifestação e de sociabilidade, engendrada pela dádiva na sociedade moderna.

> "Adotando a distinção corrente aceita entre as esferas do mercado, do Estado e doméstica, Godbout associa as duas primeiras ao registro a sociabilidade secundária e esta última à sociabilidade primária. Ele observa, entretanto, que dádiva nas sociedades modernas não se resume a uma relação entre próximos, ou conhecidos, ou seja, à sociabilidade primária do inter-conhecimento. Ele propõe a noção de "dádiva moderna", associada à uma quarta esfera, aquela da dádiva entre desconhecidos, ou ainda, aquela da sociabilidade primária aberta sobre a alteridade. Para este autor, a noção da dádiva moderna vem significar que "todas as relações entre estrangeiros (no sentido de desconhecidos) não tomam a forma de mercado (...) Como é o caso da dádiva de sangue (...), mas também das trocas regidas pela chamada lei da hospitalidade, as dádivas que fazem o público em geral no momento de catástrofes naturais (...) de certos eventos políticos (...), as dádivas de caridade, certas formas de benevolato, etc. " (França Filho e Dzimira, 1999:20)

Prossigamos um pouco mais na análise de Godbout sobre esta quarta dimensão da dádiva, aquela estabelecida entre "estrangeiros" ou estranhos.

> "Abordaremos agora diretamente a esfera própria à dádiva moderna. Seus limites não são claros. Num extremo, ela cai no estado. (...) No outro extremo, essa esfera da dádiva moderna alcança as relações pessoais e a esfera doméstica. Aliás nem sempre ela é completamente autônoma e independente do mercado ou do Estado. Os organismos que lhe dão substância são frequentemente, mas nem sempre, financiados parcial ou totalmente pelo Estado ou pelo setor mercantil. Distinguem-se destes, porém, pelo fato de que neles a dádiva encontra-se no centro do sistema de circulação das coisas e dos serviços. Liberados de uma parte de suas obrigações pelo mercado e pelo Estado, (...) aproveitando-se deste "tempo livre", instituições assim como as igrejas modificaram suas práticas (Turcot, 1990). Outras associações, como os sindicatos, foram criadas para combater as conseqüências negativas do mercado ou do Estado. A chamada "vida associativa"constitui um campo extremamente rico e variado. É um mundo colorido, em movimento, frequentemente discreto, conquanto venha se tornando cada vez mais visível nos últimos anos. É um mundo de mulheres embora haja nele cada vez mais

14 Godbout (1999) apresenta como forma de relações empreendidas dentro do sentido da dádiva moderna, as trocas de presente entre as pessoas, a doação de órgãos e de sangue, brindes feitos em virtude de alguma data comemorativa, a troca de presentes no natal. Em todos estes atos, escreve o autor, está em jogo o desejo, ou não, de adquirir uma relação, aceitar um presente implica necessariamente em um sentimento de obrigação, de divida, quanto ao dever de retribuí-lo.

> homens. (...) Esse universo costuma estar próximo do espírito da dádiva, visto que o surgimento das associações é um ato livre e que seus membros não objetivam lucros" (Godbout, 1999: 81-82).

O que esta forma de inscrição da dádiva apresentada por Godbout inaugura é a possibilidade de instauração de relações recíprocas generalizáveis, que atuem na difusão de vínculos que não necessariamente imprescindam do face a face. O inter-reconhecimento dá-se em torno de propostas, de bandeiras de luta, de trajetórias de vida, e, para este processo, o papel de grupos e instituições organizadoras é fundamental, pois estas atuam na projeção no espaço público dos problemas que animam estas iniciativas, e o sucesso destas propostas passam muitas vezes pela capacidade que apresentam esses agentes de politizar essas questões.

Desta forma, a economia solidária ao expor os desafios que ainda devem ser enfrentados para tornar válido o objetivo anunciado pelo comércio justo, de estabelecimento de outro tipo de relações comerciais no mercado, não o faz no sentido da desmobilização, mesmo porque ao expor as arestas deste universo, traz à tona muitas de suas próprias fragilidades, entre elas, a questão das perspectivas atuais do consumo solidário. Para a economia solidária, o risco maior parece ser a possibilidade de que o comércio justo represente apenas uma nova forma de comercialização mais "limpa" e responsável, uma "guerra de confetes", sem nenhum efeito de transformação. O que dificultaria amplamente a reimbricação do social e político ao espaço da economia, assim como, a inscrição do homem no centro das relações comerciais. Isto posto, apresentaremos outras formas de inscrição da economia solidária no vasto universo de possibilidades que tem caracterizado a sua atuação, para que seja possível uma percepção mais ampla deste fenômeno.

4.2. A projeção e os efeitos de iniciativas de economia solidária sobre o tecido social

As iniciativas que compõem o universo de manifestação da economia solidária, como já afirmamos, não se limitam a esfera da “reprodução simples”, se orientam para a “reprodução ampliada” das condições de vida da sociedade. Segundo França Filho e Laville (2004), sua ação abrange tanto o plano da geração de renda quanto aquele das condições de vida mais gerais, o que significa a inscrição destas iniciativas no âmbito de uma reivindicação por direitos políticos, econômicos e sociais. O que demonstra a valorização neste movimento da projeção de suas ações por sobre o espaço público, característica que os autores ilustram através da movimentação em torno da Associação Steve Biko em Salvador, um cursinho pré-vestibular para estudantes carentes negros, onde a ação beneficia não apenas os membros ”que conseguem auferir renda da sua atividade (...) de ensino ou outra, mas, sobretudo, um público maior que se encontra na própria sociedade (...) em termos do acesso à educação de nível superior para certas populações“, o que historicamente não teria ocorrido (França Filho e Laville, 2004).

Um outro exemplo significativo neste sentido, e que por sua beleza e reconhecimento vale a menção, é o do Grameen Bank, o banco dos pobres, iniciativa que resultou a seu fundador Muhammad Yunus o Prêmio Nobel da Paz no ano de 2006, e que nas palavras de Paul Singer, representa uma verdadeira revolução cultural e social através do oferecimento de crédito:

> “Muhammad Yunus, de Bangladesh, fez uma revolução social e cultural sem tomar o poder, pela linha da economia solidária. (...) Yunus tomou uma decisão revolucionária ao dar crédito exclusivamente a mulheres. Na cultura do país, profundamente muçulmano, elas são particularmente submissas e subordinadas. Como a maior parte do crédito oferecido era destinado a comprar ou construir casas em aldeias – o banco está presente em dezenas de milhares delas, com 2,8 milhões de sócios – ele instituiu que a propriedade precisava ser da mulher para ser favorecida pelo crédito. O dono era sempre o marido. Por querer o crédito, os homens começaram a passar o terreno para o nome das esposas. Como o divórcio entre muçulmanos é algo muito simples, basta ao homem dizer por três vezes “eu te divorcio” para que a mulher tenha de

> pegar as crianças e ir para a casa dos pais; hoje isso ficou mais complicado. Hoje, quem tem de sair é o homem, porque a casa está no nome dela. Yunus e as mulheres também tomaram a decisão no Grameem Bank de que os associados não devem dar nem receber o dote. O dote é uma tradição mulçumana. É uma propriedade que se transfere da família da noiva para a do noivo e era uma das razões porque as famílias odiavam quando nascia uma mulher. Era um ônus. E adoravam quando nascia um homem, porque ele trazia um bem. Entre gente muito pobre, o dote é uma vaca, o que leva vários anos de trabalho para economizar. Essa prática também está desaparecendo em Bangladesh, o que [também] é uma tremenda revolução social e cultural, um movimento por novas normas e arranjos internacionais poderia vir a criar um ambiente adequado para a redução destas desigualdades" (Singer, 2004. Disponível em: www.brazil-brasil.com)

Orfeuil (2002), também ressalta a importância desta experiência dentro do universo da "economia cidadã". O relato apresentado pelo autor é feito a partir do enorme potencial de mobilização que esta iniciativa tem alcançado nos últimos anos. Para Orfeuil o sucesso do Gramem Bank tem incentivado a criação de organizações semelhantes em outras partes do mundo, um exemplo é o da Association pour le Droit á l'Iniciativa Économique (ADIE). A fundadora desta associação, Maria Nowak, inicia esta experiência na França após ir a Bangladesh estudar a iniciativa de Muhammad Yunus com o Gramem Bank. Segundo Orfeuil, a ADIE foi criada para dar crédito aos excluídos, a partir da percepção de Maria Nowak de que "a exclusão é uma pobreza insidiosa, pois priva os homens dos meios de ação. Depois de te-los reduzido à impotência, ela os torna totalmente dependentes da sociedade através de mecanismos de ajuda" (Nowak, apud Orfeuil, 2002).

O que traz a tona um dos preços pagos em virtude do processo de ressignificações impresso pela trajetória capitalista na organização social, o da perda de acesso ao direito da iniciativa econômica, direito essencial para a manutenção da liberdade humana (Nowak apud Orfeuil, 2002). Tornando fundamentais iniciativas com a do Grameen Bank, que atuam com o objetivo de reversão deste processo de imobilidade imposto à parte da população:

> "Os progressos realizados pelos membros do Grameen Bank mediam-se em termos simples: passagem de uma a duas refeições por dia, compra de um segundo sari, possibilitando lavar

> o primeiro sem ter que se esconder no casebre até que ele seque. Em uma segunda fase, os projetos tornam-se mais ambiciosos: compra de alguns metros quadrados para plantar legumes em outro lugar que não sobre o teto de casa". Criado em 1983, após uma experiência de pesquisa-ação, o banco já tem 200.000 membros em 1987 e 1,5 milhão em 1994. Embasando a iniciativa de Muhammad Yunus, duas idéias principais: "as pessoas pobres frequentemente tratadas como incapazes, não sobreviveriam se não fossem muito astuciosas e muito espertas "; "um empréstimo é um assunto sério, deve ser pago". Como a única força dos pobres é a solidariedade, a garantia será dada por um grupo de solidariedade de cinco pessoas. Resultado: os índices de restituição são da ordem de 97%" (Orfeuil, 2002:60).

Assim, o que aproxima estas iniciativas da economia solidária, como já chamou atenção Singer, é a própria noção de solidariedade que esta "empresta à economia". Na economia solidária, a noção de solidariedade fundamenta-se a partir de outra noção, a de reciprocidade, dando origem à solidariedade recíproca. Esta forma de se interpretar o sentido da solidariedade segue a acepção de Leroux (1851 apud França Filho e Laville, 2004) onde ela, a solidariedade, não pode ser concebida a partir do indivíduo, é indissociável de uma relação. Os indivíduos necessariamente precisam obrigar-se mutuamente para o êxito destas iniciativas, estabelecerem relações de compromisso, um jogo que só se realiza na base do ganha-ganha, uma vez que a base material de existência de uma economia solidária não é o homem no singular, mas o seu coletivo, organizado a partir dos ideais da cooperação, autogestão, atividade econômica, justiça, honra e solidariedade.

> "Considerando-se as características acima, os Empreendimento Econômicos Solidários compreendem organizações: a)coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como:associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção,clubes de troca, redes e centrais etc., b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbanos e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c)permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implementação, com o grupo de participantes constituídos e as atividades econômicas definidas; d)com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;e)que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de

> crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização, (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário" (Atlas Economia Solidária , 2006:13).

A abrangência da delimitação utilizada para definir o que são os Empreendimentos Econômicos Solidários pela Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), a qual apresentaremos o processo de criação adiante, pode ser percebida na inclusão de organizações de fato ao invés de considerar apenas as de direito15, encontrando a justificativa dessa amplitude na insipiência de um modelo de economia solidária nacional. A economia solidária no Brasil, ao contrário do que acontece em países como a França, ao qual já fizemos menção através dos universos de manifestação, não possui as fronteiras de ocorrência do fenômeno delimitadas, sendo necessário à sua compreensão estar atento para indícios da inscrição de seus princípios nas mais variadas formas organizativas possíveis.

No caso brasileiro como parte integrante e de relevância inquestionável neste universo, além das esperadas formas, associação e cooperativa, encontram-se também outras organizações e iniciativas que se inter-reconhecem para além da economia, a partir de seus ideais coletivos. Assim, sob o amplo "guarda-chuva" da economia solidária tem espaço algumas Ong's, fundações e políticas públicas. São segundo Motta (2004), parte deste mundo além daqueles que trabalham e tiram o sustento destes empreendimentos e associações, "os que através do gerenciamento de projetos, da intermediação de verbas, da organização e participação em eventos e da colaboração de textos, defendem, propagam e produzem a economia solidária."

Vejamos a partir da sistematização de Cruz (2005) alguns exemplos de políticas públicas e iniciativas em torno deste projeto:

> "1) O Programa Oportunidade Solidária, da recentemente criada Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade do Município de São Paulo, dirigida pelo economista e professor Márcio Pochmann, muito parecido com o já existente

15 A distinção feita entre organizações de fato e de direito refere-se à formalização ou não dos empreendimentos, o movimento da economia solidária tem se voltado mais à afinidades de princípios e práticas do que para processos de legalização das organizações.

> em Santo André, no grande ABC. 2) No Rio Grande do Sul, a Secretaria Estadual do Desenvolvimento possui uma "Coordenação de Economia Popular e Solidária" (Governo do Rio Grande do Sul: 1999), que tem um convênio amplo de parceria com a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG). Como já indicado, em setembro de 2000 foi fundada a Central das Cooperativas Populares do Rio Grande do Sul, desvinculada da tradicional Organização das Cooperativas do Estado do RS (OCERGS), reunindo 134 diferentes iniciativas, dos mais variados ramos de produção, serviços e consumo. O Orçamento Participativo de 2001 votou a economia solidária como a 2ª prioridade orçamentária para o ano de 2002, atrás apenas da educação. 3) Há três anos, a FINEP financiou um projeto inédito de extensão universitária, que culminou com a criação da Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares, que por sua vez está ligada ao Grupo de Trabalho sobre Economia Solidária da Rede Unitrabalho, que articula pesquisadores de dezenas de universidades brasileiras (Guimarães: 2000). 4) Em 1999, a principal central sindical brasileira, a CUT, criou junto com o DIEESE e a Fundação Unitrabalho a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS–CUT), uma ONG coordenada por uma equipe em que figuram alguns dos principais dirigentes da CUT e que pretende fomentar e articular iniciativas de economia solidária através de programas integrados de formação profissional, incubação, crédito, redes de negócios e ações institucionais. 5) Além disso, a Cáritas do Brasil, vinculada à CNBB, tem desenvolvido projetos na área da economia solidária. 6) Há pouco, o Projeto Brasil-Empreendedor, articulado entre o Governo Federal e o SEBRAE definiu que sua Etapa III (2002) será destinada a dar suporte às cooperativas populares" (Cruz, 2005).

Para além desses exemplos apresentados pelo autor existem ainda outros vários, que têm sido acompanhados ou diretamente desenvolvidos pelos agentes mobilizadores deste universo. É fértil o campo de debate e de trocas de experiências, mas ainda tem sido uma tarefa árdua precisar o tamanho e o peso de uma economia solidária. As razões para a dificuldade de mensuração são inúmeras, e algumas delas são inerentes a própria forma de organização deste movimento. Seus atores apostam mais na politização dos fatores que levam à gênese da proposta e na difusão de seus princípios do que na definição de um modelo institucional próprio de economia solidária. A exceção, é interessante citar, está em autores como Mance, que se concentra de modo quase específico na construção e divulgação de um modelo de redes de colaboração solidária.

Mance na maior parte de suas publicações discorre sobre os elementos necessários à organização de redes para a viabilizar a efetividade do movimento de economia solidária. Estas, de acordo com o autor, devem articular atividades de produção, mobilização, educação, comercialização e consumo, organizadas a partir de um sistema aberto que se auto-reproduz, e que se paute nos princípios de intensividade e extensividade das propostas. O objetivo apresentado por Mance (2001), também volta-se ao propósito de restituir aos indivíduos o direito à iniciativa econômica, que segundo o autor, é “o único modo dos excluídos poderem gerar e usufruir riquezas com vistas a assegurar o bem viver pessoal e coletivo” .

A opção por fronteiras fluidas explícita na fala dos demais agentes, por sua vez, apresenta benefícios e inconvenientes. No que se refere às benesses, está o que a abrangência viabiliza, que a economia solidária se apresente da forma como ela atualmente é, um movimento que, como mencionamos, mais politiza e abrange do que necessariamente delimita. Mas, por outro lado, no campo dos infortúnios também encontram-se problemas fundamentais à sua viabilidade futura, como por exemplo, os decorrentes do desencontro de opiniões sobre a sua face atual, um fato que dada as implicações que engendra não passa despercebido aos seus agentes.

Cruz (2006), por exemplo, cita este desencontro como uma das dificuldades encontradas no desenvolvimento de sua pesquisa sobre iniciativas solidárias na metade sul do Rio Grande do Sul. Segundo este autor, em apenas seis municípios desse estado foram identificadas 139 possíveis iniciativas de economia solidária, enquanto pesquisa semelhante na cidade de São Paulo com população doze vezes maior e mobilização social e política muito mais intensa, identificou-se apenas 41 iniciativas. Para o autor é indiscutível a discrepância entre os dados apresentados, fato que tem sido comum nas pesquisas do tipo censitário, que provavelmente tem sua causa em desajustes conceitual e/ou metodológicos muito fortes, que se não forem corrigidos podem dificultar o reconhecimento desta perspectiva por parte do Estado, notadamente no oferecimento de crédito, mas também em termos de participação em políticas públicas. Este reconhecimento é de vital importância na difusão da economia solidária no caso brasileiro, onde

devido o alto grau de instabilidade das iniciativas há uma real necessidade de que o Estado também se torne, de certa forma, solidário, em termos de identidade de princípios e propósitos para que seja viável a inscrição desta proposta.

Este quadro apresenta-se como um desafio, mas não há em torno dele imobilidade. A palavra de ordem neste universo parece ter sido, nos últimos anos, mobilização, tanto no que se refere a organização coletiva de trabalhadores em torno da geração solidária de renda, quanto das instituições ou organizações de representação para fazerem parte da construção desta perspectiva, atuando de diversas formas para sua implementação. É exemplo disto as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Itcp's) que tiveram as primeiras experiências nas Universidades Federais do Rio de Janeiro e Ceará, e que foram criadas sob a perspectiva de oferecer alternativas à exclusão social partir da aproximação do universo acadêmico com o mundo do trabalho. Sendo relevante também, a história de criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (Anteag), iniciativa cujo exemplo representa uma forma de resistência à instabilidade que se processa no mundo do trabalho.

A trajetória das empresas autogestionárias é representativa no processo de mobilização frente à instabilidade a que se vê submetida a classe que vive-do-trabalho. O surgimento da experiência pioneira, a Makerli, em 1992, representou o impulso necessário para pensar as reivindicações dos trabalhadores em outro patamar que não o do pagamento integral das dividas trabalhistas. A Anteag como instituição representativa no universo autogestionário assume o papel de interlocutora das empresas e trabalhadores que atuam nesta perspectiva, deparando-se neste percurso com uma série de dificuldades, que vai desde a obsolência do capital fixo "herdado" do sistema capitalista, até a falta de preparo dos trabalhadores, da sociedade e do mercado para apostar nesta proposta de organização. As empresas que são representadas pela anteag chegam ao processo de autogestão com graus variados precariedade, mas, apresentam em todos os casos, a dificuldade como regra.

> "Sem dispor de patrimônio pessoal que permita a integralização de capital social significativo, o patrimônio líquido da empresa inicia com valores praticamente simbólicos. O negócio começa, portanto,

> com fortes dificuldades de financiamento de suas atividades, com limitações para investir, defasado tecnologicamente, sem capital de giro próprio, restrições no acesso ao sistema financeiro e muitas outras dificuldades decorrentes desta situação. Assim, no que diz respeito aos meios de produção, a situação que normalmente ocorre é a disponibilidade farta de mão-de-obra mas sem acesso ao capital para tocar o negócio adiante. “(Tauile e Debaco,2002).

Mesmo diante das inegáveis dificuldades, o que se percebe é que no espaço das “novas faces do trabalho”, a Anteag e o movimento autogestionário persistem e ganham visibilidade aliando-se à perspectiva da economia solidária. Iniciando sua história no ano de 1994, a partir da experiência pioneira, mas “fracassada”, da Makerly, a Anteag cresce e passa a ser um ponto de referência para diversos trabalhadores, que vêem na sua mobilização a esperança de fugirem do destino do desemprego em um contexto de enxugamento cada vez mais acelerado dos postos de trabalho. Em seu discurso, a Anteag se apresenta como um movimento que tem como missão,

> “(...) promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários de produção industrial, que contribuam para criar e recriar trabalho e renda, desenvolvendo a autonomia e a formação do trabalhador, estimulando ações solidárias e fraternas, e representando empresas autogestionárias.”(Anteag, 2000)

A Anteag apresenta sua experiência neste universo, principalmente a partir de duas linhas de ação especificas, que atuam de forma complementar na busca pelo sucesso destas empresas geridas pelos trabalhadores, a de formação e educação dentro das empresas, e de interlocução desta “realidade social’ com o espaço externo, composto pelo mercado, as diversas instituições de financiamento e fornecimento de crédito, e o Estado. O êxito destes trabalhadores que assumiram coletivamente o risco de empreender o processo de construção desta “nova” possibilidade de inserção no mundo trabalho, inferimos, só será possível com a inscrição desta perspectiva na agenda política dos diversos países que a vivenciam, e é neste sentido que o papel da Anteag no Brasil, dentro do movimento de economia solidária, enquanto organizadora, interlocutora e

negociadora da viabilização desta proposta, torna-se mais importante e, em grande medida, mais desafiador, não apenas para o êxito destes empreendimentos industriais, mas para o fortalecimento do movimento solidário como um todo.

Envolvidos com este desafio existe hoje uma “miríade” de investigadores que atuam em prol da inscrição de uma sociedade solidária, a partir da organização coletiva do trabalho, podemos citar além das Itcp’s e da Associação Nacional de Empresas Autogestionárias - Anteag, a Rede Unitrabalho, a Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABES), e diferentes fóruns que se organizam nas esferas nacional, estadual e municipal, apenas para citar alguns, entre tantos exemplos existentes. Iniciativas que em sua articulação com os diversos movimentos sociais já recolhem alguns frutos, entre eles a criação no governo Lula no ano de 2003 da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada estrategicamente (ou melhor acertadamente) ao Ministério do Trabalho e Emprego e que garante à economia solidária a conquista de um espaço importante, mesmo que ainda insuficiente, na esfera estatal. A movimentação em torno da institucionalização da economia solidária pode ser percebida no organograma exposto na figura 1, que apresenta as entidades de Apoio, Acessória e Fomento dos empreendimentos econômicos solidários já mapeadas pelo Ministério do Trabalho e Secretária Nacional.

Figura 01 – Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento
Fonte: Atlas Nacional de Economia Solidária , 2006.

Um dos principais passos dados nesta construção tem origem no fato da secretaria derivar de uma reivindicação do próprio movimento, que inicialmente solicitava um ministério, mas que encontrou na criação da secretaria um primeiro retorno às suas reivindicações. O movimento foi o responsável, através de processos de negociação, pela indicação do Prof. Paul Singer como titular da SENAES, figura importante no fomento desta discussão no país, pesquisador com história de militância e que tem apresentado, como prerrogativa para a condução da secretaria, a sensibilidade à construção coletiva das frentes de luta junto aos demais ministérios. Fato que pode ser comprovado pela dinâmica apresentada para o funcionamento das SENAES que assume o compromisso de pautar suas ações, a partir de consensos e proposições de agentes do próprio movimento. Propõe-se a fazer política em *lócus,* o que ocorre através da participação de seus agentes em diversos eventos de economia solidária, onde assumem

compromissos públicos a partir do debate sobre as demandas dos grupos e instituições. Entre estas reivindicações estão as apresentadas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária em virtude do Terceiro Encontro Nacional:

> "1. A Secretaria deverá cuidar fundamentalmente da elaboração e da articulação de políticas públicas para a Economia Solidária. 2. Tanto para o movimento como para Secretaria é importante proceder à avaliação de políticas públicas em curso nos municípios e estados para que as suas lições, seu aprendizado, sejam mais bem acumulados e socializados. 3. Há necessidade de reunir, sistematizar, e criar ou fortalecer mecanismos de informação e comunicação que dêem visibilidade à economia solidária, permitam a socialização e trocas e subsidiem as políticas. 4. O apoio às organizações de fomento, ocorrendo, deverá obedecer à lógica de programas de apoio às redes e/ou cadeias produtivas, a serem definidas em espaços de transparência e em parcerias em que diversas organizações, subsidiariamente e solidariamente, possam contribuir e/ou se beneficiar. 5. É prioritário abrir espaço para a participação e contribuição da economia solidária ao Programa Fome Zero, junto ao Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), com grupo específico em que a Secretaria e o movimento possam fazer preposições. 6. É imprescindível que a Secretaria inicie a organização de Grupos de Trabalho específicos interministeriais, e com a participação do Movimento, em especial os temas levantados na I Plenária de São Paulo (marco legal, financiamento, cadeia produtiva, conhecimento, relações Estado e sociedade); tais grupos permitiriam iniciar processos de preposições de política, experimentar o exercício de espaços de articulações, e negociações e oferecer elementos para, no futuro, ser constituído o Conselho Nacional de Economia Solidária, previsto institucionalmente pelo governo Lula. 7 As áreas de interlocução interministeriais mais propicias (e prioritárias) são o conjunto das secretarias no próprio Ministério do Trabalho, a Secretaria de Políticas de Emprego; no Ministério de Combate à Fome, o Consea; o Ministério do Desenvolvimento Agrário; o Ministério das Cidades e o Ministério da Educação; o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social." (Arroyo e Schuch, 2006:87-88).

O conjunto de ações requisitadas pelo movimento de economia solidária é amplo e se concentra prioritariamente no desenvolvimento de canais que permitam a inscrição da economia solidária no espaço público e, portanto, não são de solução imediata. Pois, não podem, na maioria dos casos, ser resolvidas pela

assinatura de decretos, porque passam pela instituição de um Estado identificado com os ideais solidários que movem este movimento, no sentido que dissemos anteriormente de inter-reconhecimento de objetivos. À efetivação, estas ações necessitam de um amplo volume de iniciativas, acordos, projetos, espaços de debate e articulação, que atuem de forma conjunta, o que imprescinde, portanto, de um período de diálogo e maturação das propostas. Entretanto, é possível mapear os primeiros passos dados, principalmente com relação à necessidade de ajustamento no debate conceitual e metodológico, ao qual nos referimos neste trabalho.

O encaminhamento desta questão vem sendo feito através do mapeamento da economia solidária iniciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego por meio da SENAES. Segundo Luiz Marinho, ministro do trabalho, neste processo foram envolvidas cerca de 200 entidades, 700 entrevistadores e mapeados aproximadamente 15.000 empreendimentos em 2.247 municípios dos diversos estados nacionais. O critério de delimitação dos empreendimentos que constam no mapeamento foi elaborado a partir do consenso estabelecido pelo conjunto de entidades colaboradoras do movimento de economia solidária, através da eleição de concepções orientadoras básicas que constituiriam esta perspectiva. E é desta noção coletiva que foram elaborados os indicadores a serem utilizados no mapeamento junto aos grupos solidários referentes à identificação, abrangência, atividade produtiva, acesso a crédito, gestão do empreendimento, entre outros elementos que deram origem a uma primeira aproximação sobre quais são os contornos da economia solidária no Brasil, dos quais elegeremos alguns traços para nos aprofundarmos mais no caso nacional (Atlas Economia Solidária, 2006). Começaremos pelos motivos de Criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil, o perfil da Economia Solidária no país, e a faixa de remuneração dos empreendimentos por região, dados expostos respectivamente através das figuras 2, 3 e 4:

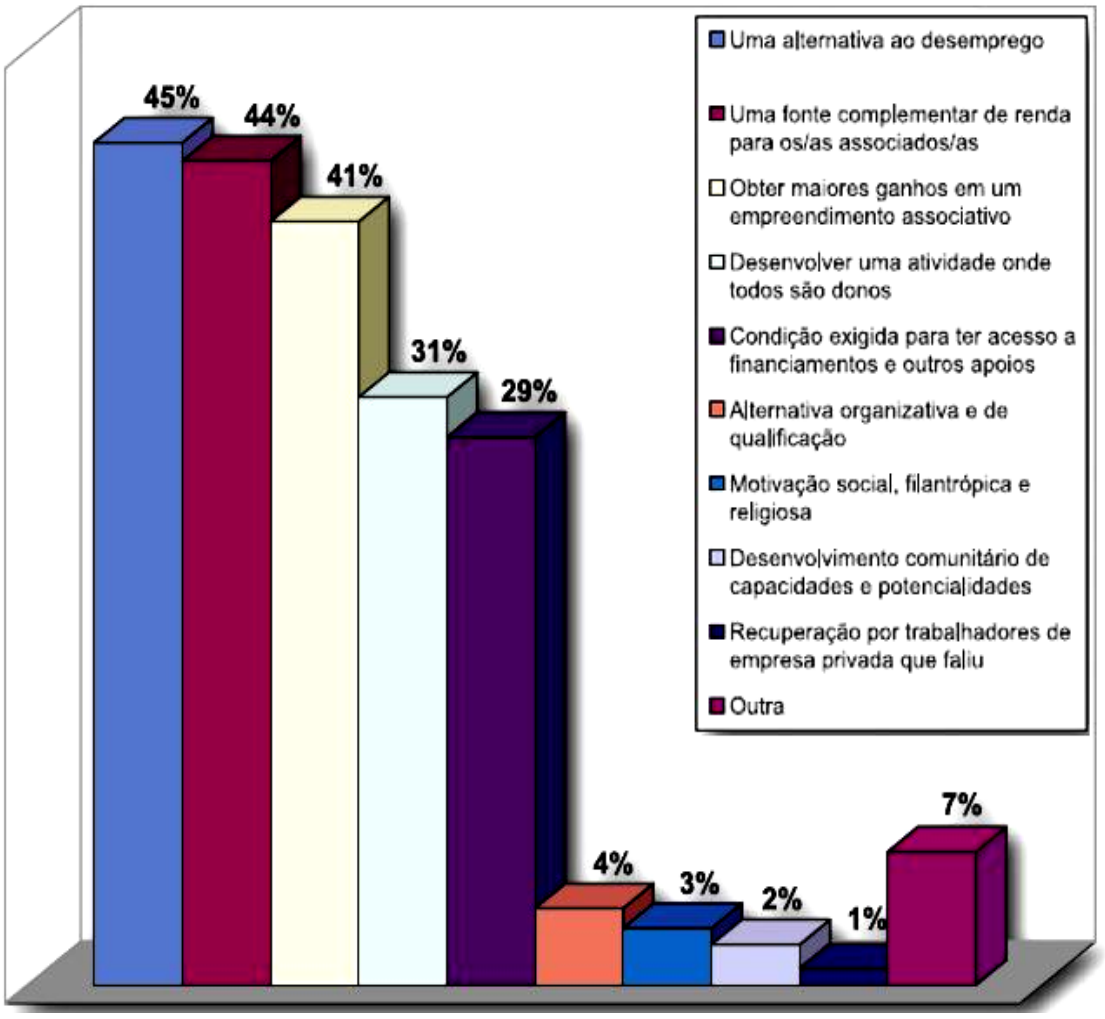

Figura 02 – Motivos para a criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil

Fonte: Atlas de Economia Solidária, 2006.

Perfil da Economia Solidária no Brasil				
UF	Nº de EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios/ Total de municípios
RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2,0%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	361	2,4%	51	35%
AP	103	0,7%	13	76%
TO	400	2,7%	84	60%
NORTE	**1.884**	**13%**	**254**	**56%**
MA	567	3,8%	73	33%
PI	1.066	7,1%	83	37%
CE	1.249	8,4%	134	72%
RN	549	3,7%	77	46%
PB	446	3,0%	101	45%
PE	1.004	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	48	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1.096	7,3%	153	37%
NORDESTE	**6.549**	**44%**	**861**	**48%**
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%
SP	641	4,3%	147	23%
SUDESTE	**2.144**	**14%**	**389**	**23%**
PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1.634	10,9%	270	54%
SUL	**2.592**	**17%**	**512**	**43%**
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
CENTRO-OESTE	**1.785**	**12%**	**258**	**53%**
TOTAL	**14.954**	**100,0%**	**2274**	**41%**

Figura 03 – Perfil da Economia Solidária no Brasil
Fonte: Atlas de Economia Solidária, 2006.

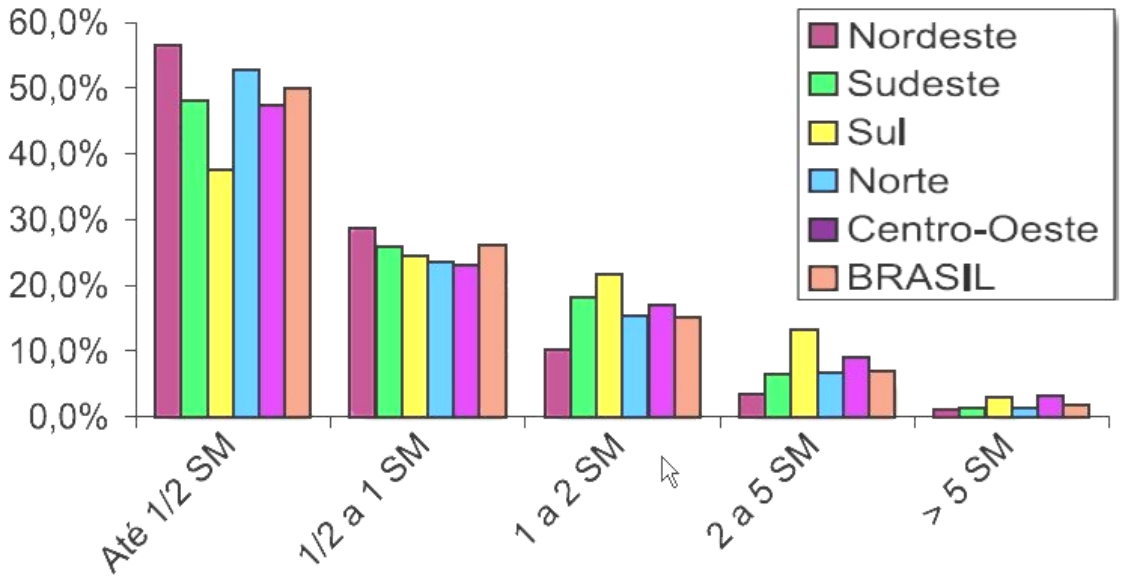

Figura 04 – Distribuição % dos Empreendimentos Econômicos Solidários por Faixas de Remuneração – Brasil e Regiões
Fonte: Atlas Nacional de Economia Solidária, 2006.

Por hora estes itens, principalmente os referentes à motivação para a criação dos empreendimentos e a renda auferida por estes, já bastam para ilustrar de forma bem nítida a especificidade do caso nacional, que se manifesta prioritariamente na tentativa de reversão do cenário de precariedade e exclusão que circunda estes sujeitos. No Brasil a economia solidária é marcada pelo alto grau de instabilidade das iniciativas que muitas vezes se desenvolvem sob condições muito precárias principalmente no que se refere à ausência de equipamentos e capital, contando em algumas situações somente com o trabalho de seus associados. Experiências que para muitos autores tornam-se mais próximas à realidade vivenciada no cotidiano dos grupos, se analisadas dentro do universo da Economia Popular Solidária.

> "A Economia Popular, portanto na sua composição e tomando mais estritamente a sua função, é aquela que de forma mais ou mesmo direta atende às necessidades e desejos da população. A que está fundada sobre a produção concreta, de maneira mais próxima ao consumo direto, ou seja, a economia que está mais próxima (ou não) da qualidade de vida da população: é o pão comprado na esquina, a fruta na quitanda do bairro, a roupa que se compra no alfaiate ou costureira,o bom professor da escola do filho, o acesso a bens imediatos. Essa economia, de capital popular, vincula-se diretamente com a qualidade de vida da

> população e se distingue da outra, associada à acumulação do grande capital" (Arroyo e Schuch, 2006:62).

Trata-se ainda, segundo estes mesmos autores, de matéria econômica de grande expressão, porém de poucos números, o que pode ser interpretado a partir dos próprios dados do mapeamento, onde 50% dos empreendimentos que informaram a renda a tem na faixa de até meio salário mínimo. Apresentaremos porém, mais um grupo de dados do mapeamento para a análise conjunta com esta questão. A figura 5 refere-se ao grau de colaboração entre os empreendimentos solidários nas diferentes regiões do país, a figura 6, por sua vez, remete-se à participação dos empreendimentos e dos indivíduos envolvidos nesta perspectiva, no espaço público.

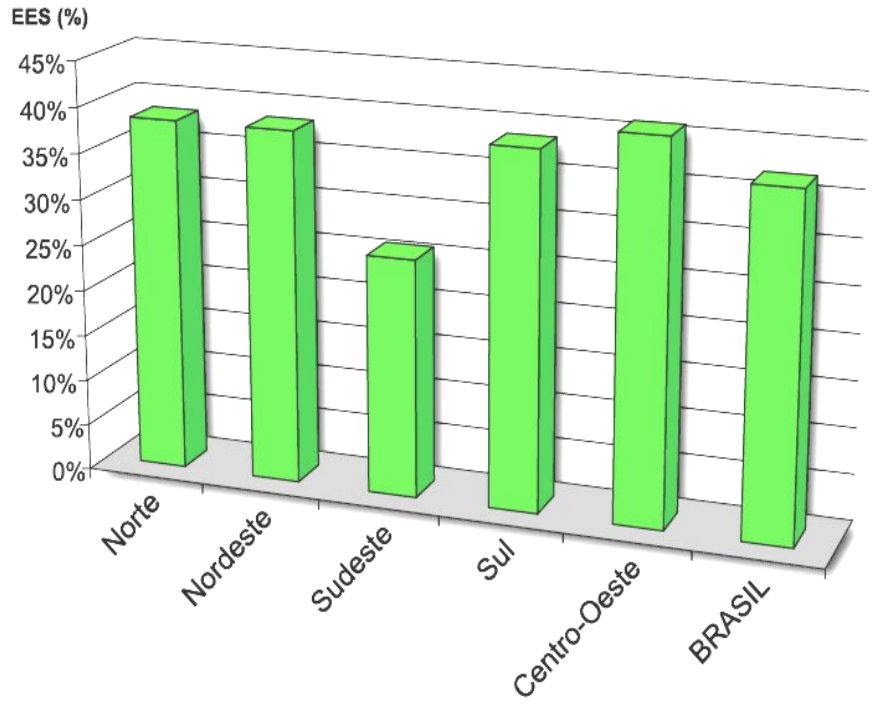

Figura 05 – Indicador de Colaboração entre os empreendimentos Solidários
Fonte: Atlas Nacional de Economia Solidária, 2006.

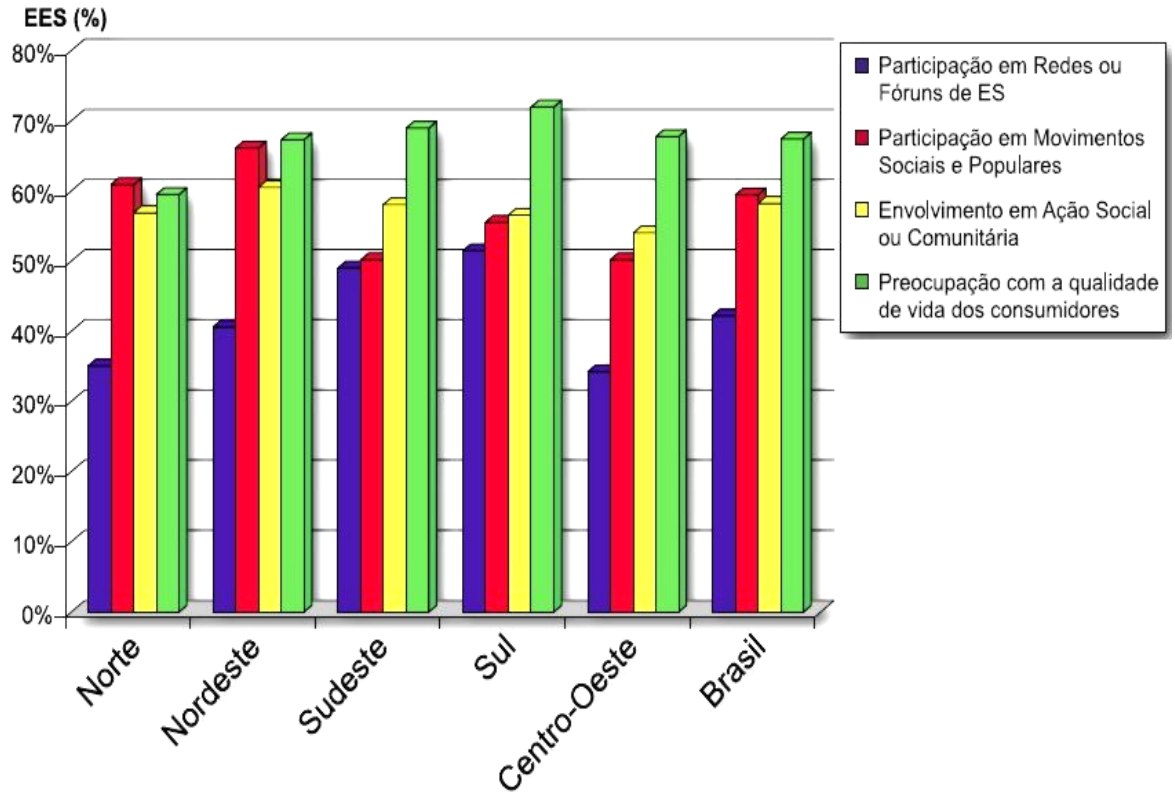

Figura 06 – Compromisso e participação social dos Empreendimentos Econômicos Solidários
Fonte: Atlas Nacional de Economia Solidária, 2006.

O cruzamento destes dados, renda e participação, com os referentes aos motivos para a criação de empreendimentos econômicos solidários, torna ainda mais nítidos os contornos deste fenômeno no país. A economia solidária nacional se constrói para além da renda, como espaço de politização dos problemas cotidianos de indivíduos e grupos, estes se organizam a partir e em virtude da precariedade, mas sobrepõe, muitas vezes, a percepção que detinham sobre a sua condição, compreendendo que a situação de exclusão não se reverte através da simples obtenção de papel moeda.

A renda na economia solidária é obtida a partir e através do vínculo, não existem indivíduos isolados, trabalha-se com coletivos, que até aqui, a experiência vivida e relatada mostra, se projetam no espaço público para serem também interlocutores de sua própria transformação, o que passa mais por um processo de empoderamento gradual de sua condição enquanto cidadão, do que por

adesão militante neste movimento. A experiência da Associação Mãos Mineiras é ilustrativa neste sentido, lá a dimensão reciprocitária também tem sido mais forte que o fator renda, e a projeção no espaço público das mulheres que participam desta história, têm mostrado que para além da renda a perspectiva da economia solidária apresenta-se apta a organizar os indivíduos a partir de dimensões contrárias as valorizadas pelo capital.

5. MÃOS MINEIRAS: A HISTÓRIA DE MULHERES E DE UMA ASSOCIAÇÃO

A história aqui relatada é uma história de mulheres, mas nela também há espaço para alguns homens. É um relato de trajetórias que se encontram, uma narrativa de ideais, de conflitos, de alternativas de geração de renda para viabilizar a fixação de homens e mulheres no campo. É também, e com muita intensidade, uma história de reciprocidades, de ressignificações de saberes e de relações tradicionais. O relato da trajetória de uma, entre tantas, organizações solidárias que se constroem sob um espaço econômico que, para além de capitalista, é plural. O cenário é "*Manejo, uma bucólica aldeia situada junto a uma extensa várzea de grande beleza, onde se descortina uma paisagem agradável à vista e ao coração. Perto passa o rio do Peixe*" (Delgado, 1962 apud Pinto, 2005). Um dos povoados da Zona da Mata Mineira, localizada entre os municípios de Juiz de Fora e Lima Duarte, com algumas casas que se estendem ao longo da estrada, e de onde se avista "do lado esquerdo de quem vem"[16] um entreposto, ao lado de uma mangueira, com uma placa de madeira onde se lê: Associação Mãos Mineiras.

A origem da comunidade, segundo Delgado (apud Filippo, 2002) está relacionada à passagem de Duque de Caxias pela região, este teria sido o lugar onde houve o acampamento e "manejo" das tropas do Império, comandadas pelo duque, contra a Revolução Liberal de 1842. A comunidade também foi sede de

16 Essa é uma expressão freqüentemente utilizada pelas associadas para indicar a localização do entreposto da associação, a referência, neste caso, é a cidade de Juiz de Fora.

uma estação ferroviária, inaugurada em 1926, e que teria favorecido a radicação de novas famílias, assim como o processo de imigração para o local. Tinha–se a pretensão de que esta ferrovia ligasse Lima Duarte à cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente Manejo à Central do Brasil, projeto que não se concretizou, mas que faz parte da história e da memória das pessoas da região.

A vila de Manejo, conforme indicado por Pinto (2003), tem uma população de aproximadamente 800 pessoas, distribuídas entre 130 famílias, que apresentam alta correlação de parentesco entre si. Historicamente, as atividades rurais foram a principal forma de trabalho e geração de renda, lógica que tem sido alterada principalmente pela saída dos jovens para trabalhar nos municípios próximos, de Juiz de Fora e Lima Duarte. Nesta história consta ainda o relato da implantação de uma indústria cerâmica, que chegou a empregar 50 pessoas, e que desativada dá lugar a um pequeno laticínio que faz parte das limitadas possibilidades de emprego para quem permanece na região, juntamente com a extração artesanal de areia do Rio do Peixe, o restrito comércio local e a ocupação nos trabalhos rurais (Filippo, 2002).

À primeira vista, a comunidade de Manejo passa a impressão de lugar de passagem, pois como dissemos, as casas estendem-se ao longo da rodovia que liga Juiz de Fora a Lima Duarte, mas ao começarmos a explorar sua história, a comunidade é mais bem definida em termos de partida e de chegada. Pois, apesar de pequena, tornou-se um ponto de apoio para outras, ainda menores. É comum o relato de pessoas que se deslocaram para a comunidade em busca de trabalho e de “recursos” como saúde e educação. Existe em Manejo um posto de saúde onde é possível agendar consultas para dois dias da semana, dias em que os profissionais atendem as pessoas do lugar e localidades próximas, e, ainda, duas escolas, uma municipal, existente há três anos, que funciona no centro comunitário, e uma estadual, Tiago Delgado, existente há mais de cinqüenta e que, como veremos, fará parte da história de vida das mulheres da Associação. Estas escolas atendem não só os alunos de Manejo como de outras comunidades vizinhas, entre elas Orvalho, Batatal, Pirapetinga, Vila Vitoriana, Ribeirão São Pedro, entre outras.

5.1. Vidas bordadas sobre o mesmo tecido social: o trabalho e o contexto que une as mulheres da Associação Mãos Mineiras

Segundo Douglas (1998) “não é qualquer ônibus lotado ou um ajuntamento aleatório de pessoas que merece o nome de sociedade. É preciso que entre seus limites exista algum pensamento e algum sentimento que se assemelhem”, no caso de um espaço restrito como de uma comunidade, os laços que unem as histórias de vida são ainda mais apertados. As pessoas compartilham os momentos vividos que se inscrevem a partir de um contexto cultural, geográfico e social comum. Onde simultaneamente manifesta-se o singular e o plural, a interação entre o “eu”, os “outros” e “nós”. Trajetórias individuais que são bordadas sobre o mesmo tecido social.

> “eu mudei para aqui porque meu marido era mais velho e meio doente, achou que era melhor ficar mais perto de um recurso. Porque na época que eu morava lá [em Pirapetinga] ainda não tinha luz, não tinha estrada para ir carro nem nada, sabe? Agora já tem luz, já vai carro até na porta da cozinha e tudo, mas na época que eu morava lá não ia, então nóis resolvemos mudar para cá. Toda vida eu vim muito aqui no Manejo, para fazer uma compra vinha aqui, se tinha que levar uma criança no médico, toda vida a gente veio muito aqui (...) depois que eu vim para aqui já aumentou bem os morador. Uns monta uns comerciozinho, aqui tem um monte de comerciozinho. Uns vem para colocar menino na escola, porque aqui tem um grupo muito bom e que tá bom para ensinar as pessoas, da primeira até a oitava série e depois mais dois anos para frente, quer dizer que é muito bom né? Ai vem muitas pessoas para estudar, porque é uma facilidade” (Dª Francisca Izidora[17]).

> *“desde criança eu trabalhava, serviço de casa, serviço de roça, mas cresceu um pouquinho tinha que sair para estudar, então era assim: primeiro era minha irmã mais velha que estudava e quando eu vim ela me trazia aqui para Manejo [vinha de Pirapetinga], era duas horas para vir duas para voltar, depois, eu tinha já que parar porque não tinha grau mais adiantado para mim, mas era a vez da minha irmã mais nova então eu tinha que ir com ela. É assim: as*

17 Com o objetivo de preservar a identidade das associadas citadas, os nomes utilizados neste capítulo, homenageiam mulheres que no século XIX, foram “donas-de-casa, esposas amantíssimas, mães exemplares, mas também jornalistas, poetas, dramaturgas, mulheres de letras” que não foram reconhecidas em seu tempo histórico, é que recebem no século XXI o merecido reconhecimento com a reedição de suas obras. (Costa, Jornal do Brasil, 26/06/99)

> *criança da roça às veiz tem que ficar vindo na escola então fica junto ali na sala que já estudou (...)" (Adélia Josefina).*

Apesar de significativo o número de pessoas que vivem em Manejo e que saem para trabalhar em Juiz de Fora e Lima Duarte, a história de trabalho das associadas volta-se principalmente para as atividades na zona rural da própria comunidade, ou em outros povoados próximos, o que está diretamente relacionado às maiores barreiras que as mulheres encontram para a migração. Lógica que, aparentemente, será modificada a partir de seus filhos e netos. A movimentação das associadas reduz-se, portanto, ao redor de Manejo, que para muitas representou ponto de chegada em algum momento de sua trajetória de vida. O que pode ser explicado, também, pelo fato do acesso à terra não ser uma realidade para a maior parte das pessoas que fazem parte da comunidade, tornando, principalmente os jovens, sem um ponto fixo de ligação com este local. Uma condição que perdura por gerações. Quem não tem terra, é filho de quem não teve, e neto de quem também não chegou a ter.

> "eu vim para estudar fazer a quarta série, meu marido também veio assim, estudava e trabalhava na roça (...) meu pai também trabalhava assim, em terra dos outros, você vai lá é fazer tarefa se é capina, capina, se é para panhá, panha, eles pagam e você volta (...) serviço assim até que tem, mas tudo pesado só o sol na cabeça você já acha que não aguenta. Morava de colono, fazia plantação (...) na terra dos outros (...) as vezes você trabalha para um, dá pouco valor, paga pouco (...) você trabalhar num sol desse o dia inteiro não é fácil não" (Serafina Rosa).

O caso de *Dª Delfina Benigna* está entre as exceções*, o seu* marido*, já* falecido, Seu João Mau-Tempo[18], assim como ela também herdou terras, e a família organizou-se em torno da produção em pequena escala de leite e de "*um movimento[19] que ele tinha na roça*". A família apresenta, talvez por isto, um aspecto distintivo em relação às demais, *Dª Delfina Benigna* detém ainda hoje a pequena propriedade de onde tira o seu sustento e seus filhos apresentam, até o

18 Os nomes escolhidos para os homens que fazem parte desta narrativa assumem o mesmo critério que o adotado para as mulheres, com o objetivo de preservar a identidade homenagearemos os *Mau-Tempo*, família de trabalhadores cuja a saga é relatada por Saramago em "Levantado do Chão", o relato da vivência desta família nos ajudou a compreender melhor o que também pode ser, o universo do trabalho.

19 A palavra movimento faz referência a algum tipo de comércio, provavelmente a uma pequena mercearia.

momento, um grau de escolaridade mais elevado que os filhos das demais associadas. O que talvez represente uma das facetas da dificuldade de ascensão dentro do sistema capitalista, fato que é problematizado, entre outros autores, por Singer (1999) e Braudel (1996).

O acesso à terra está entre os limites de ascensão dentro do sistema capitalista, a história de trabalho da maioria das associadas configurou-se à partir da venda da força de trabalho a outrem, condição dificilmente revertida uma vez que não houve relatos de transformação da situação. As pessoas associadas excetuando Dona Delfina Benigna, detêm a moradia, mas não a terra para trabalho e produção.

> *"Maria Josefa se formou para professora, eu também estudei, eu e minhas irmãs lá em Juiz de fora, no Stella Matutina, não me formei faltou um ano. Voltei para casar com o João Mau-Tempo. Então, a Maria Josefa dava aula numa outra vila, longe, de primeiro ia e voltava todo dia, depois ficou lá na casa de uma parenta, ia no domingo a tarde e só voltava no sábado. Aí meu outro filho que trabalha no Rio chamou ela para ir para lá, falou assim: Não posso ficar por conta dela mamãe, mas ela se vira, vem para aqui estudar. Ela foi e se formou nutricionista. Depois foi a Anisia Netto para estudar agronomia...fiquei triste, mas foi bom né?" (Dª Delfina Benigna).*

> *"eu ajudava o meu marido lá no movimento que ele tinha, acho que foi ali que eu tomei amor por essa comunidade, todo mundo ia lá... e na roça eu aprendi tudo, mesmo que não queira tem que fazer alguma coisa, só tirar leite de vaca que não[20]. Hoje faço bem pouco, tem muita coisa que não agüento mais, meus filhos trabalham e eu faço a comida deles, todo dia na hora certa tá prontinha é só buscar[21]" (Dª Delfina Benigna).*

Por sua vez, há mais um elemento importante neste relato, o de que a "ajuda" ao marido no comércio não eximia *Dª Delfina Benigna* do trabalho na roça, provando que existe neste, assim como em outros espaços, uma divisão de trabalho específica entre homens e mulheres. Várias atividades são deixadas ao cuidado das mulheres.

Segundo Guerín (2005) não são estranhos os casos em que a liberdade

20 Outras mulheres fizeram a mesma menção a tarefa de tirar leite como uma atividade essencialmente masculina, entre elas, *Adélia Josefina.*

21 *Dª Delfina* tem mais dois filhos que moram em Manejo e se ocupam do trabalho da propriedade.

individual é sacrificada em nome da eficiência coletiva do núcleo familiar. No caso de Dona Delfina mesmo mediante o auxílio ao marido em seu comércio foram mantidas todas as demais obrigações familiares, desde o cuidado com as pessoas dependentes, neste caso os filhos quanto os trabalhos domésticos e boa parte das atividades relacionadas ao cuidado com a horta e pequenos animais da propriedade.

Fato que, veremos, irá se repetir em outras situações, como, por exemplo, no inicio da Associação, onde a quantidade de tempo disponível para se dedicar à produção dos produtos, além de dependente da faixa etária dos filhos, e da ocupação do marido, por exemplo, se caseiro ou retirante, o que demanda das mulheres o desenvolvimento de tarefas específicas, está inteiramente relacionada à importância da ajuda-mútua entre estas mulheres, principalmente no que se refere ao cuidado das crianças.

Assim, sendo a vivencia do trabalho intrinsecamente relacionada à vida destas mulheres, não é estranho que o relato de suas história gire em torno desta dimensão. Ao trabalho doméstico soma-se o remunerado e o que é qualificado enquanto ajuda nas atividades desenvolvidas pelos maridos ou suas famílias, o que torna amplamente compreensível o fato de que as limitações em decorrência da velhice sejam associadas por elas mais em termos da redução da força para o trabalho do que aos problemas de saúde decorrentes da idade.

> *"(...) meu pai trabalhava, depois meu marido trabalhava, todo mundo na roça. (...) Quando eu era pequena ia com um pai para a lida, para plantar feijão, plantava milho, quando era época de capinar a gente capinava, quando era época de colher a gente colhia, ia com ele, com os meus irmãos. Depois eu casei e era mais ou menos a mesma coisa porque também casei com um homem de roça (...) criei um monte de filho, então ia menos, mas de vez em quando eu ia, até gostava. Eu aprendi a capinar, eu era bem boa, tirava um quadro cedo do dia, eu sempre trabalhei. Mas aí depois eu mudei para cá, eu nunca mais trabalhei na roça, a gente até capina umas plantinhas assim, uma horta, a gente que é velho, não tem muita destreza, nem muita força para trabalhar, mas servicinho leve a gente faz. Faz uma pózinho da mandioca, da casca do ovo, faz do urucum..." (Dª Francisca Izidora).*

> *"Tem uns três anos que eu não trabalho na roça, porque eu tô velha aí já não agüento mais o serviço, só a mandioca que eu ainda planto, antes davam para gente, mas agora acabou, aí eu vou junto com a Serafina Rosa para ter a folha para fazer o pó"*

(Amália dos Passos).

Existem no grupo relatos distintos a estes, além, é claro, do que será apresentado sobre as pessoas de fora, os *outsiders,* que chegam por vias diversas até a comunidade. Um exemplo é o de *Vitalina Pompeu* que trabalhava como doméstica em Lima Duarte e *Ignez Sabino* que trabalhava no comércio de Juiz de Fora. Porém, estes mesmo em sua singularidade preservam forte identidade com as trajetórias das outras mulheres da Associação que no entorno de Manejo se dedicam às atividades rurais, uma vez que, para além do pertencimento à comunidade, é perceptível que não é característica nessa região a migração para os grandes centros em busca de trabalho. Esse processo concentra-se, como mencionamos, entre as cidades de Juiz de Fora e Lima Duarte, assim como, por migrações de curta distância, entre as comunidades próximas, como foi o caso citado de *Dª Francisca Izidora* e *Serafina Rosa.*

Relatos que deixam claro que o ato de deslocar-se não faz parte apenas da busca por trabalho e renda, mas relaciona-se a outras dimensões da vida, como em virtude da constituição de um novo núcleo familiar, por exemplo, mediante ao casamento, em que a mulher muitas vezes acompanha o marido ao lugar onde este encontra trabalho, a migração "*para ir a escola*" e a migração "*para ficar perto dos filhos e de um recurso na velhice*". O que está relacionado também ao fato dessas pessoas não serem proprietárias de terras, o que facilita e até mesmo impulsiona esse deslocamento.

No entanto, o que percebemos é que este deslocamento, mesmo ao redor da comunidade, representa para as mulheres uma possibilidade até determinado momento da vida, depois elas acabam adquirindo encargos que dificultam essa movimentação. Está relacionado ao que Guerìn irá afirmar como "desigual divisão das obrigações familiares" onde o cuidado das pessoas dependentes, por exemplo crianças, mesmo quando em virtude de ruptura do núcleo conjugal, fica quase na totalidade das vezes a cargo das mulheres.

Quadro que, por sua vez, pode reverte-se no caso das mulheres com filhos maiores que não demandam tanta assistência e que chefiam seus núcleos familiares. Para estas, a "inflexibilidade" do não-trabalho que podem encontrar em

Manejo representou em alguns momentos, o impulso para retornar ao *vai-e-vem* característico do tipo empreendido de deslocamento, Por exemplo, os citados casos de Vitalina Pompeo e Ignez Sabino. Mas, por sua vez, vai ser, para as jovens ainda solteiras que fazem parte desta história, que os projetos de vida estarão orientados para a saída da comunidade. *Anna Alexandrina, Clarinda Siqueira, Maria Josefa e Anisia Netto,* representam parte deste grupo, onde as projeções que fazem em relação ao futuro sobrepõem a identidade com o local de suas origens, assim como suas fronteiras geográficas. Algumas ainda desejam migrar, outras já migraram, mas o significativo nesta questão é que este representa um comportamento que permanece e aparentemente torna-se mais difuso entre este grupo na comunidade[22].

Comportamento que não estando presente nos relatos das mães, tias e avós dessas jovens pode ser considerado como uma forma de conquista dessas mulheres dentro de seus núcleos familiares. Segundo Singer (2002) um dos principais objetivos alcançados pela "Revolução Feminina" foi iniciar o percurso para a abolição da opressão do pai sobre a mulher e os filhos, o que acaba convertendo em combate à repressão sexual sobre adolescentes, principalmente no caso de mulheres. Este comportamento perceptível no núcleo jovem da Associação reproduz-se entre outros adolescentes da comunidade, mas nos casos específicos analisados há indícios que uma maior independência dessas mulheres tenha representado a viabilidade e concretização do desejo pela migração dos jovens no sentido em que essa se torna possível depois de transpostos alguns limites.

Entre as que já "efetivaram" a travessia para além das fronteiras da comunidade, está *Ana Eurídice* que "formou e tá trabalhando de secretária na escola lá de Ibitipoca[23]" (*Ana Alexandrina*), "*Maria Firmina* Casou e mudou para Juiz de Fora, ela tá procurando emprego para poder estudar" (*Dª Delfina Benigna*),

22 Em experiência anterior neste universo, durante o ano de 2004, desenvolvendo atividades junto à estas mulheres através da Incubadora Tecnológica de cooperativas Populares (ITCP/UFJF), este desejo dos jovens de sair da comunidade já estava delineado, mas a cada novo reencontro com estas trajetórias o impulso de deixar Manejo, para ir à cidade, torna-se mais difundido dentro desta faixa etária na comunidade.

23 Vilarejo onde fica o Parque Estadual de Ibitipoca, também pertencente ao município de Lima Duarte.

e as filhas de Dª *Delfina Benigna, Maria Josefa e Anisia Netto, "*uma trabalha e outra estuda lá no Rio de Janeiro". Outras, no entanto, ainda alimentam expectativas de realizar este deslocamento, o que se justifica, segundo elas, pelo fato de que "*em Manejo não tem nada para jovem fazer, só a Mãos Mineiras mesmo" (Clarinda Siqueira).*

> *"todo mundo [refere-se as jovens que fazem parte do grupo] tá estudando em Juiz de Fora ou Lima Duarte e trabalhando com outra coisa. Eu queria fazer veterinária, tô no 3º ano, final do ano eu formo. Então eu queria assim: ir para Juiz de Fora fazer algum curso e trabalhar...é difícil, mas vamos ver como é que fica daqui para lá". (Anna Alexandrina)*

Outro aspecto importante na história dessas mulheres é que, na maioria das vezes, para elas, assim como para suas famílias, a relação com o trabalho realiza-se destituída de relação formal. Por tarefa, empreitada, função, dia, relações informais que se generalizam entre as possibilidades de obtenção de renda na região. Realidade que se aproxima da tratada por Silva (2004), da trajetória dos cortadores de cana, trabalhadores que mesmo quando tem trabalho, não tem acesso a direitos, "pertencem ao campo dos excluídos da cidadania, mesmo quando estão empregados".

> *"lá [em Pirapitinga] tinha muito serviço, mais serviço assim: de roçar pasto, de capinar, serviço mais pesado e ganha pouco sabe? Ainda tem outra coisa, a gente trabalha assim pros outros lá, mas não é serviço de carteira assinada não, é trabalhar voluntário o dia e pronto, só ganha o dia. Não tem direito em nada, não tem carteira assinada, se por acaso a gente fica doente fica por conta da gente mesmo, porque não tem direito em nada"(Dª Francisca Izidora).*
>
> *"Teve a cerâmica que dava trabalho para os outros, agora o pessoal fica por aí, trabalha na roça é contrato sabe? Contrata para aqueles dias e tem também o trabalho no banco de areia, mas é isso trabalhar na terra dos outros, você ganha só aquele dia" (Dª Amália dos Passos)*

A condição de não acesso aos direitos trabalhistas e a instabilidade advinda das formas de trabalho disponíveis na região não passam despercebidas para estes atores. Torna-se claro em suas falas que o acesso ao trabalho formal constitui-se como um valor, como se a "carteira assinada" fosse a tradução de um

ambiente protegido, uma forma de *status* pessoal. Em seus relatos os trabalhadores do setor formal são apresentados como os que detêm posições de boa qualidade, enquanto que os da "periferia", sem direitos trabalhistas, ocupam posições precárias. A idéia de que "trabalho bom é aquele com carteira assinada" faz parte do imaginário das mulheres desta Associação.

> *"eu acho que se eu fosse nova eu só trabalhava de carteira, não trabalhava sem carteira não, porque a gente não tem direito. A gente não quer adoecer, que ninguém quer, mas se acontecer, a pessoa não ter direito de nada é muito difícil né? A gente que já trabalha na roça, que não é de carteira assinada nem nada, a gente já ganha muito pouco, e se a gente adoecer? E não tem nem direito nem nada. De carteira assinada a gente tem um direito, se a gente machucar a gente encosta se a gente adoecer ai a gente encosta, também quando a gente fica cansado, que a gente fica velho aí já tem também o direito de aposentadoria. Que nada é nada é uma grande coisa para a gente que nunca tem nada na vida né? A vida é difícil, e o serviço na roça é puxado." (Dª Francisca Izidora)*

Ainda no caso de *Dª Francisca Izidora* a relação entre carteira assinada e *status* social fica clara ao relatar a trajetória dos filhos:

> *"A minha menina veio porque casou, o marido dela era daqui, casou e veio para cá. E o meu filho veio porque eles colocaram uma vendinha assim ali e ele veio ajudar na venda, ai depois acabou a venda e ele continuou aqui com meu genro e minha filha, ai eu vim para cá ele continuou, aí casou e trabalha naquele mercado, aquele que tem ali o primeiro depois do asfalto, mas ele não é dono do mercado não, é entregador, mas é serviço bom de carteira assinada" (Dª Francisca Izidora)*

A partir desses relatos é possível perceber parte do tecido social sobre o qual se estrutura a Associação Mãos Mineiras, que surge como uma alternativa para (re) inserção destas mulheres no mercado, um mercado que se pretende que seja construído passo a passo, fundamentado em outros valores que viabilize que a economia solidária se apresente como uma alternativa superior ao capitalismo (Singer, 2002).

5.2. A mobilização das mulheres e da comunidade de Manejo: trajetórias que se encontram e mudam os rumos desta história.

O trabalho não representando apenas a possibilidade de gerar renda, se apresenta como promotor de identidade social, acompanhando a transformação de seu sentido, este se realiza, muitas vezes, através da desqualificação do indivíduo, mas, em um espaço econômico e social que, como vimos, para além de singular é plural, caracterizando-se também como forma de valorização de práticas e conhecimentos individuais e coletivos. Um híbrido, que envolve a noção de pertencimento a uma coletividade, estratégias de obtenção de meios de subsistência, relações afetivas e recíprocas. Indo, portanto, muito além do aspecto monetário.

A Associação Mãos Mineiras surge como uma possibilidade de geração de renda no contexto de alternativas limitadas que se delineia na comunidade de Manejo. A história de sua criação é uma história de encontro de trajetórias, de resposta e resistência ao que se observa, também, fora deste espaço, onde os personagens são outros, mas a trajetória de insustentabilidade no emprego lhes garante alguma semelhança. Tem como elemento impulsionador inicial uma história de vida específica, a de Cora Coralina, que chega até a comunidade através de um projeto de trabalho e de vida, fruto da mobilização presente na sociedade na década de 1980, onde atores se organizam com o objetivo de empreender ações reacionárias à insustentabilidade do processo em curso, através de bandeiras diversas, entre elas a de um futuro mais sustentável. Para ilustrar esse contexto, que contribui para a criação da Associação, utilizaremos a síntese apresentada por Rudá Rice sobre este processo de mobilização social:

> "O processo de redemocratização do país, iniciado no final dos anos 70, possibilitará que um país urbanizado, fragmentado socialmente, possa traduzir seus anseios publicamente. A agenda estatal é inflacionada, num momento em que o país ingressa numa profunda crise fiscal. Em virtude dessa explosão de demandas, alguns autores brasileiros denominaram este período como a *Era da Participação***.** A sociedade civil brasileira ganhou contornos mais nítidos, distanciando-se da situação de extrema subordinação aos aparelhos estatais e à lógica patrimonialista, marca da cultura política nacional. Em outras palavras, no bojo do processo de

> redemocratização do país, surgiram novos movimentos sociais, baseados e fundamentados, em sua maioria, na Teologia da Libertação**.** Ilse Sherer-Warren, ao estudar a emergência dos novos movimentos sociais no final dos anos 70, apreende alguns elementos básicos em seu discurso que constituem a base de sua identidade e sua organização: democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, identidade local e regional, liberdade individual associada à liberdade coletiva. A nova identidade social nutre-se do sentimento de exclusão e de injustiça, que está diretamente relacionado com a geração de novos direitos, de categorias sociais em processo de conformação" (Rudá Ricci, disponível em: www.ts.ucr.ac.cr).

Vejamos como esta movimentação acaba por ecoar na comunidade de Manejo:

> *"O pai e a mãe de Cora Coralina[24] contava muita história dela, tinha pulado muito de um lugar para o outro. Veio conheceu a terra que o pai comprou e disse que vinha para cá, que aqui é que é bom, meu marido ainda era vivo naquele tempo ele ria, vê uma moça assim estudada vai formar e vir para cá, ria, achava que ela era maluca, mas aí ela veio, começou a fazer visitas falava assim: Você, Dª Delfina, vai comigo que é mais conhecida e aí a gente ia nas casas, começou assim, fazendo visita" (Dª Delfina Benigna).*

> *"Bem a minha história foi a seguinte, eu fiz arquitetura na UFF em Niterói e trabalhei em favelas, principalmente em São Gonçalo na Bahia da Guanabara, favelas de pescadores na verdade, vilas, o que seria [ou era o nome mais correto] eles estavam sendo expulsos da terra para construção de uma estrada (...) Então eu fiquei nesse trabalho durante uns três anos de faculdade, e foi este trabalho na verdade a minha grande escola, Porque durante esse trabalho eu escutei de muitas famílias: [desabafos assim:] "porque se eu soubesse que na cidade era assim eu não teria saído do campo", ou, "se eu tivesse um pedacinho de terra lá no campo de onde eu vim, eu voltaria", a pessoa na cidade nunca consegue de novo juntar dinheiro para comprar uma propriedade sem profissão, ou melhor, sem nenhuma profissão, porque eles vem sem nenhuma profissão. Então [aquela experiência], numa colônia de pesca me deu toda a dimensão da sobrevivência diária. A partir daquele momento eu decidi que não ia ficar na cidade, eu ia trabalhar com populações rurais, (...) e decidi que ia fazer isso em Manejo e me mudei para o sitio do meu pai" (Cora Corolina, idealizadora e associada da Mãos Mineiras).*

24 Será associado à idealizadora desta história o nome da *Cora Coralina* pelo destaque, e reconhecimento, que ela recebeu entre as outras associadas.

A história dos pescadores da Bahia de Guanabara e das mulheres da comunidade de Manejo, representam, de certa forma, um entre os tantos encontros de trajetória que permeiam esta história. Estas famílias, relata *Cora Coralina*, chegaram até o Rio de Janeiro através de processos migratórios, quem sabe até mesmo em algum *pau-de-arara,* e a vivência da instabilidade é o que une a história de vida destes personagens, em localidades e situações distintas, uns encontrando-se à deriva porque optaram pela migração e os outros, talvez, porque não o fizeram. A situação a que estas famílias estiveram sujeitas foi o impulso inicial para que *Cora Coralina* se transferisse para Manejo e iniciasse a mobilização que originará a Associação Mãos Mineiras, o que, através de seus relatos, veremos, está relacionada diretamente à perspectiva de mobilização que se inscreve no tecido social, principalmente na década de 80, problematizada por Rudá Ricce, a partir de Ilse Sherer-Warren.

> *"Ia passar uma estrada que hoje tá lá, é a estrada Niterói - Manilha, que é a estrada que liga a ponte Rio – Niterói a Rio Bonito, para facilitar o acesso a região dos lagos, eles [então] se organizaram e foram pedir socorro na universidade porque o Ministério dos Transportes, que é responsável pela construção da estrada queria tira-los de lá, todos, eram duzentos e quarenta e sete família, eles não eram donos da terra, e não sabiam nem como provar ou exigir o uso capião (...) eles tinham conhecimento sobre como preservar os animais do mangue (...) então todo o ciclo de vida ali da bahia eles conheciam, conheciam e defendiam, porque eles dependiam daquilo ali para sobreviver (...) isso eu aprendi ali com eles, e por isso que depois mais tarde eu me interessei pelo meio ambiente além do que eu aprendi na arquitetura, porque ficou muito claro que não adiantava ter uma moradia habitável, saudável, com conforto ambiental, com uma janela que possibilitasse a entrada do sol [de modo] correto para uma pessoa que não tinha trabalho, e não tinha nem ambiente que possibilitasse o trabalho dela, que era o que ela sabia fazer, o que ela aprendeu com o pai com o avô, com o tio" (Cora Corolina).*

A partir daí esta será também uma história de mobilização das relações na comunidade, de reencontro com as origens tanto no que se refere ao espaço físico como a cultura local, uma proposta de organização coletiva que se estrutura a partir dos ideais de "democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, identidade local e regional, liberdade

individual associada à liberdade coletiva" (Sherer-Warren, apud Ricce). A proposta de criação da Associação foi feita através de todo um processo de aproximação sucessiva, de reconhecimento do outro, e principalmente pelo estabelecimento de elos afetivos que tornariam fortes os alicerces, que apesar dos diversos conflitos, mantém ainda hoje viva a Associação Mãos Mineiras.

> *"o início foi muito especial, muito bacana, porque as pessoas acreditaram, primeiro, porque eu morava lá com elas, segundo, porque ninguém me pagava para eu fazer aquilo, eu estava fazendo com o discurso e a realidade de que eu também era uma produtora que precisava sobreviver de lá, do lugar da gente e terceiro porque elas devem ter pensado ou essa mulher é doida, porque formada, sai do Rio, já tinha morado na Europa e todo mundo lá sabia dessa história porque meu pai é produtor lá então todo mundo sabia, ou é doida ou isso é muito sério, [e deviam pensar] vou me juntar com ela que isso vai dar certo e como elas não tinham outra opção coitadas, elas tiveram [o impulso de] tipo assim, agarrar a corda e vamos ver, porque a gente nunca teve outra proposta dessas aqui, vamos ver no que dá, e foi muito legal porque a gente era super unida, produzíamos juntas o que era possível" (Cora Coralina)*

Dona *Delfina Benigna*, por sua vez, relata outras experiências anteriores a esta na comunidade, como a de uma senhora de Belo Horizonte que dava aulas de tricô como uma possibilidade de geração de renda para as mulheres. No entanto, estas iniciativas não tiveram a mesma repercussão da mobilização encampada por *Cora Coralina*, que para *Dª Delfina* aconteceu porque não se pensava na venda, *"era fazer em casa e pronto, fazia o quê com o trabalho depois? O pessoal aqui não compra, tem que sair para vender fora e para isso não tinha jeito".* Relata que quando começaram a produzir "direitinho" *Cora Coralina* "*enchia o carro e ia para o Rio de Janeiro vender os produtos; ela conhecia muita gente lá, então todo mundo ficava satisfeito porque via que tinha gente que queria comprar".*

A aceitação sobre a legitimação da figura de Cora enquanto mediadora e associada naquele espaço que está implícita em sua fala quando se refere ao fato de as pessoas "agarrarem a corda para irem juntas", relaciona-se á habilidade que esta teve tanto em sua inserção inicial naquele espaço, quanto no decorrer do processo de construção e consolidação dessa experiência associativa. Cora foi

hábil em conseguir instituir vínculos em um espaço que se por um lado não lhe era estranho, por outro não lhe era de todo familiar. A efetividade na mobilização proposta por Cora, que viria a viabilizar o seu ideal de trabalho em comunidades rurais, teve como alicerce principal a constituição de laços afetivos e sociais naquele espaço.

É importante desde agora deixar clara a principal inferência que apresentamos para este trabalho: O fato das pessoas “agarrarem a corda” para irem juntas parece remeter-se muito mais à construção de vínculos afetivos do que propriamente a criação de canais para a venda desses produtos. Fato que no decorrer da história da Associação vai se traduzir através da dificuldade de inserção de outros atores dentro do espaço da Associação, o que reforça o posicionamento de Polanyi (2000) de que “a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais”, o que é corroborado por Gorz (2003) ao problematizar sobre a dimensão afetiva das relações. Para este autor, existem atividades que são “refratárias à economização” e estender a racionalidade econômica à elas só seria possível violando o seu sentido original.

> “É no nível da relação afetiva, que implica sempre em uma compreensão vivida em meu corpo da vida do corpo do outro (de seu modo de se fazer presente ao mundo: de tê-lo; do timbre da sua voz e não somente do que diz etc.) que se tecem os laços entre as pessoas e é por meio desses laços, mais profundos que o acordo e o entendimento sobre as tarefas práticas ou os valores que devem regular suas ações, que cada um acede originalmente a si, e, acendendo ao outro, acede ao mundo. Assim, a aprendizagem da palavra depende do elo afetivo que estabelece a criança com sua mãe ou com a pessoa que ocupa o seu lugar; a aquisição de saberes depende (se for algo a mais que memorização e adestramento) do elo com a pessoa do professor; o sucesso terapêutico depende, em alguma medida, do encanto pessoal do terapeuta”(Gorz, 2003:171)

Assim, a legitimidade da ação empreendida por *Cora Coralina* inscreve-se a partir de um sistema de inter-reconhecimento, que não passa a existir facilmente, constrói-se através da existência de conhecimentos e crenças compartilhadas. A confiança apresenta-se como um pré-requisito essencial para o estabelecimento desta relação, o que fará com que após a saída de Cora de Manejo, a sua presença seja sentida mesmo em face da ausência. O estabelecimento de laços

afetivos, de ajuda-mútua, de reciprocidade, de valorização dos saberes e cultura local são elementos marcantes na história da Associação e associados diretamente ao papel de *Cora Coralina* neste espaço. Independente de quem faça o relato da trajetória, o que se percebe é que estes princípios fundantes figuram como memória coletiva do momento inicial de mobilização para a Associação.

> *"A Mãos Mineiras nasceu no dia de Nossa Senhora aparecida, aliás eu até coloquei intenção na missa. Começou na minha casa, João Mau-Tempo falou assim: eu dou o terreno e o material aí vocês arrumam jeito de construir, faz mutirão, aí começou tudo aqui. Ele gostava porque eu trabalhava em casa com as minhas filhas, já é uma distração, eu quase não saia, só para trabalhar na igreja, e em casa sempre sobra um tempinho você vai e faz... era muito bom a Cora saia chamando todo mundo, flava para trazer as crianças, a gente fazia lanche, roda, brincadeira, mas era coisa séria era coisa de mulher e de uma comunidade (...)No começo eram umas três ou quatro famílias depois foi crescendo (...) eu acho que é de muito valor esse grupo , uma benção para a comunidade (...) foi um grupo fundado para ajudar as mulheres rurais, para desenvolver, porque aqui não tinha emprego não tinha nada"(Dª Delfina Benigna).*

> "*Sobre o grupo do início? Bem aí envolve a Dª Delfina Benigna e a família dela, aí eu englobo também a Adelaide de Castro, que é uma irmã da Delfina solteira, a gente pode incorporar também a Maria Benedita, a Anisia Netto [filha de Dª Delfina Benigna] que na época tinha nove anos. A outra que também foi bem do início foi a Ana Teófila o marido dela era retireiro (...). Então no caso da Ana Teófila ela não ajudava o marido porque ele era retireiro, uma coisa específica, não era caseiro, então a Ana Teófila, por exemplo, não plantava uma horta na casa do patrão do marido, que é uma atividade que toda mulher de caseiro faz (..) tinha muito tempo livre, já tinha os filhos maiores, a filha mais nova já era da idade da Anisia Netto, já tinha nove anos (...) adorou a idéia do grupo e começou com geléia. Já a Nísia Floresta que era caseira do sítio do meu tio, que era o sitio que eu morava, ela gostava mais de artesanato, de agulha, coisa de mão. A Nísia Floresta tinha menos tempo porque as filhas eram pequenas, a menorzinha tinha dois anos ainda, e ela cuidava do sitio como mulher do caseiro, então ela dava comida para os porcos, cuidava da horta. Cuidar da horta era mais uma atividade dela, ela até ajudava a capinar a roça de vez em quando, então [por isso] ela era muito mais ocupada do que a filha Ana Teófila, mas a Ana Teófila ajudava muito a olhar as meninas dela até mesmo para ela poder trabalhar um pouco mais no grupo e a gente dar conta das encomendas... tudo bem que era um trabalho que ela fazia em casa, nas horas de folga, mas essas horas de folga só aconteciam*

> *quando a filha da Ana Teófila tava lá brincando com as meninas ... aí aconteciam essas trocas, depois a Nísia ajudava a Ana colher frutas , descascar e tal, íamos assim ajeitando as coisas" (Cora Coralina).*

Desta forma, o caminho que garante a legitimidade deste começo é o da confiança, do inter-reconhecimento de crenças e valores compartilhados, perpassa pelo que Guerín (2005) irá chamar de "respeito ao enraizamento social e religioso" presente nos diferentes tecidos sociais. A fala de Dª Delfina Benigna é ilustrativa neste sentido, a religiosidade, por exemplo, se não é um elemento muito importante na vida de todas as mulheres que participam desta iniciativa, é extremante respeitado por todas elas, o que é expresso desde as primeiras reuniões onde a oração no momento de encerramento é um ritual que persiste.

A mobilização e valorização das dimensões pré-existentes, é, portanto, uma marca do processo de inscrição desta história. A organização deste grupo, da forma como foi conduzida por *Cora,* aconteceu respeitando a delicada conciliação que existe entre vida familiar e vida profissional (Guerín, 2005), através do envolvimento, não apenas dessas mulheres, mas de suas famílias, o que se dá, por exemplo, através da produção nos quintais da casa e da participação de filhos e maridos nas reuniões do grupo, fatos que atuaram no sentido de minimizar ao máximo os conflitos. O que perpassa, também, pela valorização das práticas daquele contexto social.

> *"A Adélia Josefina sempre fez plantas medicinais porque ela já gostava, então eu quando fui morar lá e percebi que tinha fui muito incentivadora dessa questão das ervas, levei muita muda, plantei muitos remédios que elas não conheciam ainda. Levava livrinhos bem fáceis como o do pessoal lá de Viçosa, do grupo entrefolhas, e de muitos outros, então eu sempre levei, dava para elas ou emprestava, fazia xerox, elas estudavam e usavam mesmo" (Cora Coralina)*
>
> *"a minha mãe sempre usou fazer plantas medicinais e eu detesto remédio, tudo o que eu tenho raiva na vida é remédio, vou ficar tomando remédio para ficar me envenenando?(...) Lá em casa desde criança é só chazinho, nem tinha esse negocio de ferver leite não, hoje em dia arruma essa burocracia toda e tem muito mais morte (...) eu sempre tomei chá, as coisas que a gente tira da*

> *natureza, então quando a Cora Coralina veio para cá, o meu marido era tomador de conta no sitio do pai dela, me via fazendo, então quando começou o que eu sabia eu ensinava, já ensinava antes, mas aí a gente se juntava ara aprender"(Adélia Josefina)*

Um outro elemento importante foi o envolvimento da comunidade. Na história da organização produtiva destas mulheres as opções sobre o que iam produzir foram direcionadas para o que já existia na região, o que demandou o envolvimento da comunidade. As frutas utilizadas para a confecção de licores, geléias e doces, muitas vezes, eram colhidas em quintais que não os das pessoas que participavam do grupo, vizinhos, amigos ou parentes que disponibilizavam os excedentes. O mesmo acontecendo com as embalagens dos produtos, onde vidros e potes inicialmente eram doados pelas pessoas da comunidade, depois com o aumento da produção, *Cora* passa a trabalhar com as associadas as possibilidades e importância da separação do lixo. O que se percebe é que uma das características mais marcantes neste tipo de iniciativa é a comunhão de ideais de atuação e bandeiras de luta. No caso da Mãos Mineiras ao combate à exclusão social, soma-se a discussão de gênero, mesmo que velada à partir da continuidade e resultados obtidos através da Associação, ainda a questão da sustentabilidade e o cuidado com o meio ambiente:

> *"comecei a separar o lixo com elas, expliquei a história do lixo, a importância da gente não colocar plástico, vidro, alumínio na natureza, e falei com elas: "esse lixo que a gente via separar eu vou levar para Juiz de fora e trocar por vidros para as nossas geléias, porque os depósitos de lixo em Juiz de Fora tem vidro de geléia e licor" (Cora Coralina).*

Esta ação de separar o lixo para trocar pelas embalagens também envolveu outras famílias, o que se repetirá em outras situações, como no caso da coleta da folha de mandioca, da casca do ovo e do arroz, para a produção dos complementos alimentares. Ao que parece, este envolvimento se remete tanto ao fato do contexto de inscrição desta iniciativa ser rico em termos de relações interpessoais e recíprocas, quanto pelo reconhecimento dos outros indivíduos sobre a forma como estas mulheres conduziram o processo de sua organização. O que se percebe é que uma das características mais marcantes neste tipo de

iniciativa é a comunhão de ideais de atuação e bandeiras de luta. No caso da Mãos Mineiras ao combate á exclusão social, soma-se a discussão de gênero, mesmo que velada à partir da continuidade e dos resultados obtidos através da Associação.

Reconhecimento que ecoa fora de Manejo. A Associação Mãos Mineiras e suas estratégias de produção e mobilização da comunidade foram retratadas de várias maneiras. *Cora* coleciona alguns desses elementos que ilustram a importância desta experiência, não só dentro, mas fora daquele contexto. A organização a partir de uma perspectiva sustentável, participativa e de auto-gestão, apresenta-se no final da década de 80 e início da de 90, como algo que desperta a atenção de diversos grupos, o que viabiliza a publicização da história da Associação Mãos Mineiras, em jornais e revistas interessados nesta perspectiva. Expressam também em seu conteúdo o fato de que muitas vezes a figura do mediador passa a representar a experiência. É recorrente nessas reportagens a menção a Cora como responsável principal pela criação e manutenção do trabalho da Mãos Mineiras, fato que consideramos relevante apresentar neste trabalho, mas que em momento algum foi sequer mencionado pelas associadas.

"**Cora Coralina: lutando para combater o êxodo rural**: Cora vive a três anos e meio em Manejo (...) ali desenvolve um trabalho que intitula "arquitetura social homeopática" "essa tarefa consiste em combater a causa da problemática habitacional urbana. Ou seja, o êxodo rural" (Tribuna da tarde, setembro de 1990).

"**Um '*Kibutz*' de mulheres, esposas de lavradores, em minas Gerais, formam cooperativa onde até o lixo é fonte de lucro**: Da estrada que liga Juiz de fora a Caxambu, avistam-se um milharal, algumas casinhas e fumaça de fogões a lenha, que não chega a ofuscar os marrotes ao fundo. De perto, no entanto, é tudo diferente. Por trás da fachada rural esconde-se uma espécie de Kibutz de mulheres (...), Mãos Mineiras, espécie de planeta fêmea da zona rural de minas" (Revista Domingo, sem ano)

"**As Mãos Mineiras da solidariedade**" (Tribuna de Lima Duarte, 15/08/1998)

“**Plantio e arte para a vida ficar melhor**” (Jornal do Brasil, 21/10/1991).

“**Uma experiência comunitária feminina**: Mãos Mineiras constroem cooperativa de produtos naturais e ajudam a melhorar a vida no interior” (Revista Mensal Brasileira de Ecologia e Meio Ambiente, ano 2° nº 22).

“**Mãos Mineiras tecem arte que vem das raízes**” (Tribuna de minas, 9/09/95)

“**Mulheres de Verdade**” (Tribuna Lima Duarte, 05/98)

“**Arte utilitária:** Um jeito de reaproveitar coisas do lixo” (JF Hoje, 17/06/1991)

A possibilidade desta história projetar-se no espaço público e deixar de ser restrita somente as relações estabelecidas na comunidade, segundo Cora, aproveita-se deste dinamismo que estava presente na sociedade. Nas reportagens, por exemplo, além de divulgar a Associação também havia umas preocupações educativas, que se voltava para o reconhecimento da importância da divulgação dos princípios sobre os quais ela se organizava. Elemento que está na base da proposta de uma economia solidária. O passo a passo rumo a uma alternativa superior ao capitalismo e relatado por Singer perpassa diretamente pelo viés educativo:

> *”toda vez que saia uma matéria a gente aproveitava e colocava dicas de ecologia para que essa matéria pudesse fazer alguma coisa, tipo assim xerox frente e verso, reutilizar papeis em bloquinhos de anotação, reutilizar embalagens, tipo assim coisa mínimas que até hoje muita gente não faz” (Cora Coralina).*

Desta forma, partir da identidade de estratégias e princípios com outros grupos sociais que também atuavam a partir da perspectiva de um desenvolvimento alternativo sustentável, a Mãos Mineiras vai ganhando espaço fora da comunidade, ampliando as possibilidades de inserir sua história e seus produtos no mercado:

> *“o artesanato teve uma época fantástica, a partir de 90 abriu uma loja no Rio que chamava Ecomercado que é de um pessoal que trabalha até hoje só com couro vegetal. Em 90 esse pessoal ligado ao movimento ecológico no Rio criou esse Ecomercado e esse Ecomercado, que foi antes da eco 92, estava procurando produtos orgânicos, essa idéia da reciclagem começou muito forte aí (...)*

> *Então eles descobriram a Mãos Mineiras, ou a gente descobriu eles, agora nem me lembro, mas naquela época era muito pouca gente que trabalhava com essa questão educativa, do lixo, dos produtos orgânicos e eu era afiliada da Coonatura, cooperativa de produtos naturais no Rio que foi fundada em 80 e que portanto em 90 fazia dez anos e tinha assim mais de 3000 associados e sempre tinha gente querendo entrar, porque era assim o foco desses movimentos, então eu imagino que foi até a Coonatura que me apresentou esse pessoal e que falou sobre o trabalho da Mãos Mineiras para esse pessoal, aí eu encontrei com eles e era fantástico, porque tudo que eu levava para o Ecomercado eles compravam e eles vendiam, tudo de artesanato e de geléia, inclusive acho que na época eles não vendiam licor, eles tinham esse princípio de não vender bebida alcoólica eu acho, mas todo o resto eles compravam, inclusive na época eles estavam comercializando castanha do pará da cooperativa Chico Mendes, o Chico tinha acabado de ser assassinado, e então era uma movimento enorme, ecológico e por esses trabalhos comunitários de sustentabilidade, e logo depois veio a Eco 92, então nessa época tudo o que a gente fazia vendia, porque tinha esse apelo, as pessoas queriam dar apoio a este tipo de trabalho e usavam, as pessoas usavam roupas recicladas, enfim , hoje em dia tá na moda, mas antes de estar na moda a gente caiu no filão do mercado" (Cora Coralina).*

A movimentação de atores organizados em movimentos de reação à organização econômica e social em curso, como já nos referimos, estava em ascensão naquele período. Segundo Singer organizações que tem raízes na década de 70, se apresentando como produto do movimento de contracultura "que empolgava amplos segmentos da juventude que preserva a natureza, elimina a discriminação racial e sexual e de modo geral se opõem ao capitalismo". As pessoas se reuniam como forma de reação à lógica dominante em curso, movimentos de consumidores, como a Coonatura, ligam-se a diferentes movimentos sociais, assim como a mobilizações no universo dos trabalhadores, onde a Anteag e a Economia Solidária são representantes da efervescência deste momento histórico. Um outro ponto de discussão importante que podemos retirar dessa fala de *Cora Coralina* é a questão que fundamentará posteriormente a interlocução dessa Associação com o universo do comércio justo que, como já problematizamos no capítulo anterior, este encontro de trajetórias se dará para além da questão utilitária. O ato de compra, neste contexto, é carregado também de elementos simbólicos.

As pessoas compram como forma de valorização do processo produtivo que origina aquele produto, uma maneira de adquirir o *"hau"* de seu antigo detentor (Mauss, 2003), e que, em certa medida, estará na base do consumo solidário que foi apresentado através de Mance (ano). Esta perspectiva permeará toda a história do grupo. Neste, há uma espécie e resistência à mudança que, de certa forma, é fomentada pelo tipo de valorização do processo produtivo que se gesta nestes espaços de comercialização de produtos solidários. Onde muitas vezes os indivíduos são induzidos a permanecer enquanto bricoleur,

> "o artesão amador que transforma um relógio de parede quebrado em uma prateleira para cachimbos, a mesa quebrada em uma chapeleira, a chapeleira em uma lâmpada e tudo em outra coisa. O bricoleur usa tudo o que existe para realizar transformações, recorrendo a um repertório de suprimentos. A bricolage, de acordo com a tecnologia e a divisão do trabalho foram fixadas em certo nível durante gerações, as pessoas podem deixar seu pensamento especulativo correr solto, mas elas não podem ir além dos limites impostos pela tecnologia estável e pelo padrão de trabalho" (Douglas, 1998)

Encaminhada desta forma, se a comercialização resguarda uma espécie de valorização do contexto destes indivíduos, de outro atuará de forma a mantê-los em posições relativamente rígidas no que se refere ao processo produtivo. Esta é mais uma dimensão entre as que deverão ser problematizadas, tanto pela perspectiva do consumo solidário como a do comércio justo, para que sejam efetivas quanto ao objetivo de transformação das relações sociais. A discussão da inscrição da Associação Mãos Mineiras no universo do comércio justo através da comercialização com a cooperativa Chico Mendes será apresentada adiante, mas a reflexão aqui iniciada já apresenta indícios sobre como se dá a inserção deste grupo no espaço em questão, nos "interstícios" do sistema capitalista, contando com baixo aporte de tecnologia, e apresentado, algumas vezes, qualidade relativamente inferior aos produtos do mercado convencional.

Em virtude dos novos espaços no mercado alcançados pelo grupo, a sua organização passa a atuar em duas frentes complementares. De um lado, as mulheres que já faziam parte ocupavam-se da mobilização de outras mulheres, e, de outro, *Cora Coralina* desempenhava um papel fundamental na busca por

parceiros externos, formando redes de apoio que estarão em maior ou menor intensidade, presentes durante toda a história da Associação.

O trecho abaixo da fala de *Dª Delfina Benigna* é interessante porque além de explicitar a prática do convite entre as mulheres, que faz parte da primeira frente de ação, introduz um outro elemento fundamental nesta história: os conflitos, ao relatar a resistência de algumas associadas com relações à participação de determinados indivíduos da comunidade. O interessante do exposto nesta fala é que os conflitos, caracterizando-se hoje como a principal referência para interpretação das mulheres sobre a Associação, não foram em momento algum associados ao período de inscrição inicial do grupo, o que pode relacionar-se à perspectiva apresentada por Douglas (1998), sobre a existência de processos de memória seletiva nas organizações e coletividades. Essas mulheres apresentam uma imagem do grupo constituído a partir de um passado virtuoso, abrindo espaço para a manifestação de conflitos apenas no período atual, não nos cabe aqui contestar a validade da forma escolhida por elas para a exposição da história, mesmo porque, ainda segundo Douglas (1988), o que faz as pessoas lembrarem é mais importante do que as faz esquecer.

> *"As vezes saia para convidar alguém aí falavam: ah fulano não, que não sabe fazer nada (...) Mas aí você vê, ninguém tá convidando fulano porque fulano é doutor nisso ou naquilo, tá convidando porque é mais um elemento que vai fazer crescer. Aí saía e chamava, aí falavam:ah, eu não vou não, porque eu não sei fazer nada (...)[ela falava] Mas lá você vai aprender, e alguma coisa você sabe fazer porque deus deu uma coisa que é de graça, que é o dom , você sabe fazer alguma coisa sim: Você cozinha muito bem, você conversa muito bem, sabe fazer amizade, já é muita coisa. Assim a gente ia" (Delfina Benigna)*

Essa prática do convite também vai estar presente em outros depoimentos ao relatar a trajetória que leva até a Associação:

> *"tava lá em Lima Duarte e encontrei a Ana Teófila falei com ela que a vida tava muito difícil, porque meu marido bebia , precisava arranjar serviço, ganhar um dinheiro , ela falou para mim ir na Mãos Mineiras aí eu comecei a vir na reunião" (Serafina Rosa).*

> *"um falava, vinha outro, e minha nora era de lá, aí de um e outro falar a gente foi, resolvi entrar e fazia só o que sabia" (Ama'lia dos*

Passos)

> *"foi assim: as veiz tava lá na panha de café e aparecia a Beatriz Brandão e a Amália dos Passos para catar folha de mandioca, elas falavam comigo, aí eu ajudava elas a panhá. A Amália veio depois aqui em casa me chamar aí eu fui também, hoje ela é minha companheira de plantá a mandioca para pegar as folhas" (Serafina Rosa)*

> *"O negócio é o seguinte, quando eu morava lá em Pirapetinga a minha nora já trabalhava na Mãos Mineiras, aí ela me falou, e meu filho também me falou, que as mulheres daqui aproveitavam folha de mandioca para fazer pozinho para vender, casca de ovo. [mas] meu pai usava falar que a folha da mandioca era veneno, porque dá um leitezinho, ele achava que aquilo era veneno. Quando a gente arrancava mandioca a gente não jogava (as folhas) para a criação comer não, mas depois a Cora Coralina falou que não era, falou que aquilo era vitamina, que era bom então a gente começou a usar, e estamos usando até hoje, nóis aprendemos que aquilo não era veneno nada, e não era mesmo." (Dª Francisca Izidora)*

A partir deste relato de *Dª Francisca Izidora* podemos ilustrar a outra frente de ação do grupo, a busca por parceiros externos. No caso das plantas medicinais, como citamos, *Cora Coralina* vai buscar apoio em grupos e instituições que trabalham, nesta perspectiva, como Entrefolhas no município de Viçosa, e com a alimentação também não foi diferente. O trabalho do grupo neste universo envolve uma busca coletiva de "saberes e sabores tradicionais", conhecidos dessas mulheres e de suas famílias, mas este é também, um espaço de aprendizagem, de descobertas e de reinterpretação do mundo. O que pode ser observado neste trecho da entrevista de *Cora* abaixo, onde se mistura a essa busca pela valorização de saberes locais, a dimensão afetiva com a história de formação do grupo, que é hoje o seu alicerce principal. O relato foi feito enquanto *Cora Coralina* mostrava um álbum contendo vários recortes de jornais, folhetos, fotos, entre outras lembranças que guarda da Associação.

> *"Por exemplo, essa foto aqui é na casa da Ana Aurora que ainda mora lá no Manejo e é cozinheira, tinha na casa da Ana Aurora um pé de caqui carregado, ainda deve estar lá, e na roça ninguém gosta de caqui, a não ser passarinho, então eu fui lá um dia chamar ela para participar do grupo, porque ela nessa época ainda não era, e eu vi o pé de caqui e falei com ela: Ana Aurora quando der caqui você chama a gente, porque a gente vai inventar de fazer doce de caqui, geléia de caqui e nesse dia eu estava na casa*

> *da Ana Aurora com a Maria Benedita experimentando fazer doce de caqui, geléia de caqui, a gente comprava açúcar mascavo a quilo de uma Associação de produtores de Goianá, isso aqui é ananás do mato, também na época da semana santa, é marcante porque era a época que a gente ia colher, e o ananás do mato fica bom para colher, ele é muito ácido, mas uma vez ele cozido e com uma caldinha de açúcar fica um doce de abacaxi maravilhoso, e isso aqui era maracujá do mato, então a gente foi para lá fazer essas coisas foi num feriado de 21 de abril eu acho, e essa foto foi feita nesse dia, a Ana Aurora tava lá em cima do pé, eu tenho essa foto original tenho que achar, todas essas fotos eram fotos que a gente fazia na época na verdade eram slides porque o primeiro áudio-visual que eu montei eu pegava esses slides e montei... Ah, olha isso, é a Nísia Floresta ela foi fazer um trabalho no Grambery*[25] *, de uma professora de religião que trabalhou o tema: "Cuidar o planeta através da religião então a Nísia Floresta veio fazer oficina de crochê de malha com as crianças na semana do ambiente, ela está na foto com a camiseta que ela ganhou nessa atividade e nesse dia que o fotografo foi lá ela própria foi lá e vestiu a camiseta para tirar o retrato, isso quer dizer que era uma coisa importante para ela. Então é isso essa história é muito legal" (Cora Coralina)*

Cora, a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável, apresentou para estas mulheres, assim como para a comunidade, a possibilidade de reaproveitamento de produtos que acreditavam descartáveis como a folha de mandioca, o pó da casca do ovo e o farelo de arroz. À medida que elas iam incorporando esses elementos *Cora* atuava no sentido de projeção desta proposta no espaço público, ampliando o espaço de inserção e interlocução da Associação. O que acontecerá, depois de algum tempo, sem a presença constante de *Cora Coralina* na comunidade, no ano de 1993. Após cinco anos em Manejo, Cora é convidada para desenvolver um trabalho junto à prefeitura de Juiz de Fora, pois nessa época municipalizaram a merenda e ela foi chamada para capacitar as merendeiras para fazer uma merenda mais saudável.

> *"Os complementos alimentares começaram a vender bem depois do trabalho da prefeitura porque aí eu dava palestras direto com as mães, fazia trabalho com as pediatras e as ginecologistas para trabalhar a questão da desnutrição desde a gravidez da mãe, então quando as médicas passaram a receitar, e eu digo médicas porque eram realmente mulheres, eram pediatras e ginecologistas, eram mulheres, tinha um ou outro homem, mas a maior parte eram mulheres, então quando elas começaram a receitar foi que a população começou a consumir mais e várias lojas de produtos*

25 Colégio de Juiz de Fora

> *naturais começaram a colocar nas prateleiras, e então esse trabalho da alimentação alternativa cresceu, e graças a deus porque é isso que mantém até hoje a Mãos Mineiras e foi ao mesmo tempo que o Ecomercado fechou em 95, aí elas estavam mais com os complementos alimentares porque aí o artesanato caiu em decadência, porque aí é o seguinte, vai vender aonde?; E nessa época eu já trabalhava na prefeitura e ia menos em encontros e conferências, porque antes de eu entrar na prefeitura, porque eu entrei na prefeitura em 93 a Associação começou em 88, são cinco anos. Então nesses cincos anos eu participei muito de conferências, encontros, seminários, tudo convidada tanto pelo próprio movimento de mulheres que eu sempre fiz parte a partir do trabalho da Mãos Mineiras, quanto pelo pessoal de educação ambiental. Então nessas duas frentes eu era sempre chamada para apresentar o trabalho e nessa de ir apresentar eu sempre levava as coisas para vender e vendia tudo, então quando eu vim para a prefeitura eu tive que parar de fazer isso porque eu tinha um outro trabalho, o meu compromisso era muito maior, além de um filho pequeno. Isso foi em final de 92, ele não podia viajar tanto, essa venda dos pós (?) segurava um pouco situação delas". (Cora Coralina).*

O afastamento de *Cora Coralina* nunca se deu por completo. Ela continuará presente, principalmente na articulação do grupo, o que faz ainda hoje a partir de estratégias diversas que envolve desde tentativa de ampliação da rede de contatos, até a participação em reuniões que demandam decisões mais importantes quanto ao destino do grupo, uma presença marcante mesmo em sua ausência, o que inferimos, relaciona-se ao fato dela ter sido a responsável pela dádiva inicial que deu origem a criação da Associação, que faz com que estas mulheres se sintam "obrigadas" mediante a relação estabelecida naquele momento, que não cessa por ser constantemente realimentada.

Sua presença marcante no "virtuosismo" que caracteriza o período inicial dessa iniciativa faz com que sua imagem seja extremamente valorizada pelo grupo, por outro lado talvez o que fortaleça esse tipo de comportamento seja o reconhecimento de Cora sobre uma dádiva iniciada pela comunidade, assim como aquelas mulheres se sentem obrigadas em relação a ela, o inverso também se processa, uma vez que foi este grupo que "agarrou a corda" e viabilizou o projeto de vida de Cora de lutar contra os efeitos do êxodo rural através do desenvolvimento de comunidades. Dessa forma a dádiva se realiza sendo

constantemente realimentada através de pequenos ou grandes feitos de ambas as partes da relação.

Após a saída de Cora, outros atores passam a fazer parte desta história, comecemos por *Rita Joana e Antônio Mau-Tempo*, que por algum tempo fizeram parte da Associação:

> *"depois que eu sai do Manejo, quando eu vim trabalhar na prefeitura, ao mesmo tempo a Rita Joana e Antonio Mau-Tempo, vão para o sitio do meu tio,e além de já conhecerem o trabalho da Mãos Mineiras desde 89, porque eles eram meus amigos, eles tinham a idéia de trabalhar com comunidade, então eles meio que assumiram aquele meu papel de liderança externa de continuar levando as coisas para frente. o Antonio Mau-Tempo era produtor de mel, então ele levava o mel dele para o Rio e continuou a levar as coisas da Mãos Mineiras para o Rio como eu fazia, e aí ele tinha muitos conhecimentos, abriu novas frentes inclusive além das lojas que eu já entregava ele passou a entregar em algumas outras, depois a irmã dele começou a vender no Rio, então a própria irmã pegava e depois conseguiu um representante comercial para as Mãos Mineiras (..) porque se não tivesse essa figura estava complicado, porque nenhuma delas se dispunha a ir, levar os produtos (...)Então é assim em Juiz de Fora elas entregam, no Rio sempre foi muito complicado para elas irem, até acompanhada de gente era difícil, ou o pai não deixava ou o marido não deixava, ou não tinha coragem de ir, então sempre foi muito complicado, e precisava mesmo dessa figura do representante comercial para garantir venda, o que é normal porque até empresas vivem com essa figura do representante comercial, porque tem essa coisas de produzir, essa coisa de vender e não dá tempo."(Cora Coralina).*

A chegada de *Rita Joana e Antônio Mau-Tempo* à Associação e o papel que eles desempenham a partir daí é de fundamental importância, até mesmo para explicar a instabilidade que caracteriza a situação atual destas mulheres. Eles, assim como Cora, assumiram o papel de projeção externa desta experiência, viabilizando a comercialização dos produtos. O que de certa forma deixa claro que estas iniciativas mesmo quando estruturadas a partir e em virtude da mobilização dos indivíduos, muitas vezes, se estabelecem com forte dependência de apoios externos. Fato que na história da Associação tem sido uma constante, mas que ainda assim, não tem impedido muitas de suas dificuldades, principalmente no que se refere à mudanças que se apresentam como necessárias em sua dinâmica de

produção e organização do trabalho. Voltaremos à este ponto quando nos referirmos a relação desta iniciativa junto a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP).

Rita Joana e Antônio Mau-Tempo, além de atuarem com vistas à garantia da comercialização mantém a prática desenvolvida por Cora de viabilizar a inscrição desta história em outros espaços, estratégia que possibilitou o "encontro" de *Maria Clemência* com a Associação*,* que têm em sua história relato de trajetória distinta das demais associadas que sempre viveram em Manejo ou se deslocando ao "redor" da comunidade.

> *"Cheguei à Mãos Mineiras digamos assim, através de um projeto de pós-aposentadoria, eu e meu marido resolvemos sair do Rio de Janeiro para explorar outra experiência de vida, um tipo de vida ligado à terra, uma coisa que sempre me satisfez...então, eu vim aposentada e meu marido saiu do trabalho, ele é bibliotecário (...) Aí as pessoas logo pensam que tu tá querendo fugir porque sair do serviço só pode ser doido ou tá fugindo, mas não a gente queria era gerar renda com outro tipo de experiência. Viemos e compramos um sitio em Bom Jardim, queríamos produzir doces orgânicos, ainda queremos mas como a gente não se enquadra no financiamento e meu marido não arrumou emprego tá indo, mas muito devagar... então, queríamos produzir esses doces e meu marido fez contato com uma Associação de produtores orgânicos Bioterra e desse grupo fazia parte a Rita Joana e o Antonio Mau-Tempo, a gente já conhecia a Mãos mineiras de ouvir falar, das pessoas comentarem. Eu fiz uma visita, levei o meu trabalho em papel marche, porque nessa época eu já estava fazendo, e comecei a participar do grupo. Quando eu cheguei eu achava que o grupo estava "embalado", pronto, mas não tava e ali há uma longa caminhada pela frente" (Maria Clemência).*

Maria Clemência tem uma história de trabalho urbano, assim como o seu marido. Formou-se em fisioterapia, mas já trabalhava anteriormente como professora primária, após a formatura trabalhou em "*clínicas de reabilitação geral e de portadores de necessidades especiais*", prestando, posteriormente, concurso para o INSS, onde se aposentou encerrando ali a sua atuação profissional. Para *Maria Clemência,* a Mãos Mineiras representou o reencontro com um projeto de vida que antecede à sua formação acadêmica.

> *"(...)a aposentadoria era a oportunidade para eu desenvolver um tipo de trabalho que eu sempre quis fazer, entes eu queria fazer Belas-Artes, então entrei com os papeis da aposentadoria e já fui preparando o terreno me inscrevi no curso de papel marche." (Maria Clemência).*

Sem seguir uma linha cronológica rígida, a partir de agora apresentaremos um outro "encontro" de trajetórias que ocorreu dentro do grupo, o de *Domingos Mau-Tempo*, que tem na singularidade de sua história alguns pontos de convergência com a história de *Maria Clemência*, a citar, o fato de ter chegado à Associação através de um convite, o que mostra a manutenção de um tipo de comportamento próprio do grupo. Convite que lhe foi feito após a aposentadoria, em um momento que buscava se dedicar a um tipo de trabalho que para além da renda, representasse um meio de satisfação pessoal. A sua história refere-se, em alguma medida, ao fenômeno apresentado por Pochmann (2001), sobre a carência de renda que incide sobre amplos segmentos da população, fazendo com que, por exemplo, os aposentados tenham que retornar ao mercado de trabalho.

> *"Minha profissão é pedreiro, pedreiro de acabamento (...) mas no que eu já trabalhei? Ih acho que comecei a trabalhar na barriga da minha mão, foi mesmo... carreguei muita trouxa na cabeça, passei muita roupa com ferro de brasa, carvão. Minha mãe foi uma doceira de mão cheia... eu chegava do colégio dava um descansinho pegava os tabuleiros, minha vida foi passando, passando e aí com treze anos...eu trabalhava, tirei meu diplominha legal de quarta serie, aí com treze anos e seis meses, não tinha quatorze ainda, meu pai arrumou um serviço para mim na fabrica, fiquei um ano, depois fui trabalhar como servente de pedreiro, não porque gostava, mas por necessidade mesmo, mas eu sabia, acho que era natureza, porque meu pai foi um grande pedreiro. O pedreiro que tava tomando conta de uma obra morreu e o seu Geraldo me chamou e eu assumi, aí ele falou vem cá que vou assinar a sua carteira de pedreiro, eu falei não, eu não sou pedreiro, porque era muita responsabilidade ser pedreiro naquela época, tinha que ser bom, mas bom mesmo... eu falei pelo amor de deus não assina a minha carteira e ele foi e assinou, hoje eu tenho que agradecer, e aí foi eu segurei as pontas e fui mesmo, trabalhei muito nessa Juiz de Fora, fui em São Paulo, no Paraná, tudo tem obra com uma assinatura minha. Me aposentei por invalidez, o serviço é muito puxado, continuei fazendo uns servicinhos aqui e ali mas não aguentava mais, e eu já tinha jeito para o artesanato, gostava, mas tinha que ganhar o meu real, não*

> *tinha jeito de fazer , aí aposentei e teve um concurso de trabalhos de artesanato, e aí eu levei um trabalhinho que eu fiz nas férias ganhou o primeiro lugar aí de uns dois anos para cá eu resolvi encarar isso, porque o pedreiro, o pedreiro de acabamento ele é um artista, ele é um artesão, é um artesão mesmo. Pedreiro profissional de acabamento é um artesão. A partir daí comecei a fazer umas coisinhas e ia para boca de feira, feira livre e não de artesanato porque a 50m da feira o fiscal não te pega (...) ai um dia choveu e eu pensei como é que eu vou conseguir um real hoje.. pensei tá chovendo aqui , mas não deve estar chovendo em outro lugar, fui para rodoviária, fui para Lima Duarte cheguei lá e fui carregando as minhas peças, fui andando e vendendo as coisas fui esvaziando a mochila...Conheci Dª Baldoina ela comprou umas peças, depois eu voltei lá e ela comprou mais, já na terceira vez eu estava sentado na sala com ela, isso para a gente é muito gratificante uma pessoa de outro mundo chama você para conversar, contar a sua história.... Domingos Mau-Tempo você já ouviu falar Mãos mineiras, vai lá e fala que foi eu que indiquei você... fui lá participei de uma reunião, levei um trabalho meu e entrei, pensei beleza esse grupo com esse grupo aqui que até manda coisas para fora eu vou para frente...que nada." (Domingos Mau-Tempo).*

A percepção de Maria Clemência e de Seu Domingos Mau-Tempo de que aquele era um grupo já "embalado", pronto, parece ser em decorrência da projeção alcançada por esta proposta. Desde seu início, o tipo de trabalho desenvolvido pelo grupo, de resgate da cultura local e manutenção de técnicas artesanais, teve forte apelo no mercado, entre consumidores e instituições, o que possibilitou, por exemplo, que o grupo adquirisse um espaço próprio onde funciona o entreposto da Associação; fosse beneficiado por linhas de financiamento públicas, como a do Banco do Brasil para a aquisição de equipamentos industriais para a cozinha, e do Projeto de Agricultura Familiar financiado pelo CNPq para análise do valor nutricional de seus produtos; recebesse apoio institucional e financeiro de organizações não governamentais e movimentos sociais, como a Rede Mulher de Educação e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

E ainda que despertasse a curiosidade de atores ligados ao meio acadêmico, uma vez que, além deste, existem ao menos outros cinco trabalhos sobre Associação com enfoques na discussão de gênero e em aspectos organizacionais e ambientais.

A Mãos Mineiras faz parte de um conjunto de empreendimentos que têm sido valorizados pelo caráter tradicional, popular, e porque não dizer, alternativo de suas propostas. Essa correlação que já aprofundamos um pouco mais neste capítulo, através da discussão do bricoleur, está diretamente relacionada à que fizemos sobre o universo do Comércio Justo. Desde 1999, em virtude de um contato pessoal de Cora, a Associação estabeleceu uma parceria com a Cooperativa Chico Mendes na Itália, com a exportação de seus produtos para venda nas Lojas Mundo (Word Shops), as quais já fizemos menção. Neste período, a Associação recebeu cinco encomendas da cooperativa, encomendas anuais, que se considerado o período em questão já deixa claro que esta comercialização dos produtos não foi contínua, sendo interrompida em alguns anos.

A emissão dos produtos dá-se sem nenhum acordo formalizado, o que é uma prática dentro deste universo, talvez até mesmo como estratégia para contestar a utilização dos contratos usuais no sistema capitalista. Assim, os contatos são feitos por e-mail entre as associadas e uma representante da cooperativa, quando então é enviado um catálogo, confeccionado com fotos recolhidas pelas associadas dos produtos que estão sendo confeccionados pelo grupo, as encomendas concentram-se, predominantemente, em torno de roupas e artesanato confeccionados com materiais reciclados. Depois da análise do catálogo e seleção dos produtos que vão ser comercializados através desta parceria, o pedido é feito, também através de email, e a encomenda enviada da comunidade para a cidade do Rio de Janeiro através de uma transportadora e de lá para a Itália, a encarregada do transporte é a Empresa Exportadora Asteca.

Segundo as associadas, a participação no Comércio justo, através da parceria com a Cooperativa Chico Mendes, acontece pelos vínculos comuns que ambas cultivam, como a preocupação de trabalhos voltados ao Eco-desenvolvimento, reaproveitamento de matéria prima reciclável, assim como a participação destas duas instituições no movimento de Economia Solidária. A importância desta parceria dá-se não apenas pela importância dos valores nas contas da Associação, a última compra, em 2003, foi de R$8,000,00 (oito mil reais), mas também pela possibilidade apresentada de valorização do trabalho

deste grupo fora do país:

> *“pessoal conhece porque essa Associação da Mãos Mineiras é muito espalhada no mundo afora, até na Itália tem os pedido para mandar as coisas para lá”(Dª Francisca Izidora*)

Mas, por outro lado, a intermitência da parceria comercial é fonte de instabilidade para a Associação. Depois de dois anos sem nenhuma encomenda, ano passado as mulheres de Manejo enviaram algumas peças para a Itália. Segunda Cora a remessa foi pequena e o custo de envio muito elevado, mas é perceptível o significado simbólico para estas mulheres, da Associação ser “*muito espalhada mundo a fora*”. O que apresenta uma responsabilidade a mais a ser problematizada dentro deste universo, talvez mais importante do que a que versa sobre o risco de cooptação da proposta pelo sistema capitalista: o sentimento de frustração, de descontinuidade, que pode acarretar em indivíduos que muitas vezes já se encontram em uma perspectiva fragilizada, ou então, que precisam de incentivos para fortalecer a sua organização. Sendo importante deixar claro que esta discussão necessita ser aprofundada, dando origem a estudos específicos que possam auxiliar na construção de estratégias coletivas mais eficazes para a transformação real a partir deste espaço.

O último ”encontro de trajetórias” no grupo que gostaríamos de enfocar é com o universo especifico da economia solidária. O que pode levantar alguns questionamentos relacionados à coerência de ter sido feita esta opção: Como, sendo este, um trabalho sobre este universo, a relação da Associação com o movimento vai ser a última relação analisada? A justificativa que apresentaremos aqui é a mesma que impulsiona a organização desta dissertação como um todo. A economia solidária não é uma perspectiva que se restringe a uma forma específica de manifestação, neste caso a relação com a ITCP, ela versa sobre o mundo do trabalho, sobre a representação neste espaço, sobre a movimentação dos indivíduos nos diferentes movimentos sociais. Ela versa sobre a trajetória de inscrição de uma economia, de um Estado e de um mercado estruturados a partir de outros significados. Está presente, desta forma, em cada linha deste trabalho, se manifestando, assim

como Cora, até mesmo em sua ausência, porque se manifesta através de qualquer passo para um mundo mais justo e solidário.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora, chegou até o grupo a partir de uma demanda deste. A forma como foi feita a interlocução envolve *Maria Clemência* que por conta do projeto do "*projeto pós-aposentadoria*" que pretende desenvolver junto com o marido, de produção de produtos orgânicos começa a participar da Rede de Empreendimentos Solidários de Juiz de Fora, que tem entre as entidades organizadoras a ITCP. Envolve também a articulação com atores relacionados ao grupo através de relação de amizade como Pinto, que citamos neste texto, professor de geografia da universidade que já desenvolveu projetos junto ao grupo, entre outros. Os contornos exatos de como foi feita essa aproximação, devido a rede de relações que se estabelece, foge a uma delimitação exata, mas o impulso da Associação volta-se ao desejo de superar dificuldades na organização do seu trabalho.

> *"a intecoop começou o trabalho lá no grupo em julho de 2004 se não me engano, eu ainda não trabalhava com elas essa época, como o grupo já era formalizado o trabalho organizou-se a partir do levantamento de demandas delas, tipo: a gente tem isso aqui para oferecer, vamos ver o que o grupo está precisando. Nessa época, vejo aqui pelos documento foram levantadas ações a partir de oito pontos específicos ...envolvia um monte de coisas , mas o principal lá era naquela época e ainda é a questão da mobilização"(Bernadete[26], Coordenadora do Processo ode incubagem)*

Entre as demandas citadas por *Bernadete*, são as seguintes:

1. Organizar documentos: Criação de banco de dados, atualizar as fichas de matricula e desligamento da Associação, etc.
2. Dinamizar órgãos sociais: Capacitação permanente da diretoria e Conselho Fiscal, Orientação junto à diretoria e conselho fiscal da importância de suas reuniões periódicas e realizações da mesma.
3. Motivar as Associadas à participações nos assuntos da Associação:

26 Os nomes das pessoas que desenvolveram algum trabalho junto ao empreendimento, assim como o das associadas também são fictícios.

Incentivar a participação e o diálogo.

4. Trabalhar a questão de gênero, jovens na agricultura familiar.
5. Orientar e acompanhar planejamento e gestão do empreendimento.

O importante para nos limites deste trabalho não explorar à forma de atuação junto aos grupos pela ITCP, como representante do universo especifico da economia solidária, mas ver o quão abrangente pode , e tem que ser esta ação. As áreas expressas no levantamento de demandas do grupo, além das que demandam assessoria de área específica, como a jurídica, envolve um leque muito mais amplo de ações do que as que se restringem à questões de gestão e produção do negócio, requerem envolvimento com o tempo de efetividade das ações naquele lugar.

O trabalho em grupos solidários estruturados a partir de laços afetivos, ou, algumas vezes a partir de precariedade acentuada, não segue a lógica de organização capitalista de uma empresa, do tipo identificação da demanda, elaboração de estratégias de ação, planejamento de etapas, e trabalho com ênfase na resolução do problema. Neste universo, onde as pessoas, muitas vezes, se organizam para além da renda a resolução das questões perpassa também pelo reconhecimento de seu tempo particular. Dito de outro modo, assim como a memória pode ser seletiva para direcionar a narrativa da história, a movimentação também o pode, porque senão "o que explica que um grupo que teve garra ali no início (meu Deus eu conheço essa história) hoje esteja ali naquela paradeira?"(*Bernadete*).

> *"No Manejo, ali naquela comunidade, a Mãos mineiras é vista ainda como um espaço para integração para o trabalho, e estou para te dizer que aquele grupo ali não acaba não... Vê a questão do trabalho da Intecoop, até conversei outro dia com a Fátima (coordenadora de gestão e planejamento estratégico da Intecoop) a gente fez um histórico de todo trabalho que já fizemos na Mãos Mineiras até hoje, porque o que acontece: a Fátima tinha uns problemas que era questão de planejamento de administração, da gestão, demanda delas, que elas levantaram, Vê só: a Fátima mostrou fez uma análise de custo para elas mostrou que se aumentasse a produção, por exemplo, o próprio artesanato ali não tá sendo forte, vende-se artesanato como hoje, através de encomendas, alguma feira que participa, e nem são todas que produzem o artesanato também, a maioria ali tá em função de pó de casca de ovo, pó de folha de mandioca (...) multimistura. A Fátima fez um cálculo e falou com elas: "se todas vocês*

> *trabalharem oito horas por dia tem mercado, complemento alimentar tá em voga, muita gente compra, tem o Mundo Verde (loja de produtos naturais) lá no Rio", que é um grande comprador delas, "vamos aumentar essa produção", pergunta se elas querem?; Elas não querem. E olham que foi elas que pediram o planejamento" (Bernadete)*

Outro relato, o de *Odete* que também desenvolveu um estudo sobre a associação, mantém relações pessoais e afetivas naquele espaço, além de ter trabalhado durante um período na ITCP, também é significativo da forma como são desenvolvidas as relações a partir de uma lógica que supera a renda naquele espaço.

> *"Então eu acho que tem um certo desgaste por conta delas, mas também tem um certo discurso que eles tem que problematizar, então assim acho que tem ai uma dificuldade de refletir sobre o próprio grupo e tentar mudar. Então um outro trabalho sobre a Associação, sobre qual o significado da Associação para elas, os pontos fracos e os pontos fortes, voltou a afirmar, igual o meu afirmou e tenho certeza que o seu também talvez vá afirmar isso: O objetivo principal de fazer parte da Mãos Mineiras não é a questão financeira, não é a questão de geração de renda, mas sim a questão da socialização da sociabilidade, era né? Até esse momento era, mas acho que agora até isto está em crise lá (...) A identidade de fazer parte da Mãos Mineiras, mesmo que a Mãos Mineiras enquanto grupo inicial não exista mais. E acho que por outro lado tem também a dificuldade das pessoas que apoiaram a Mãos Mineiras de visualizar que o trabalho cumpriu uma etapa (...)Mas lá é assim você acha que vai acabar e não acaba".*

O que se expõe nestes relatos é que entre as tarefas da economia solidária está de interpretar e de atuar junto a grupos assim, como o da Mãos Mineiras, onde a história de dinamização alcançou espaços inimagináveis para muitos empreendimentos, mas o ideal de mobilização hoje parece não envolver essas mulheres com a mesma "garra" de sua história inicial, o que por outro lado, reflete em um presente de conflitos, quanto à participação nas atividades do grupo, divisão do trabalho e encaminhamento de novas ações. Elas se dirigem acusações constantemente sobre as responsabilidades que deveriam ter sido assumidas pelas pessoas e foram deixadas de lado, mas fazem isso de uma maneira muito particular, sem tentarem resolver o ponto de desarmonia, o que parece lhes ser uma postura muito peculiar. A incubadora no final de 2006, depois

de 26 meses, “desincubou” o grupo por acreditar que o trabalho da equipe ali não surtia nenhum efeito de transformação.

> *“Eu sinto que é assim, se vier alguma coisa de legal beleza, não sentem que aquilo ali é um empreendimento, não entendem que aquilo ali é negocio, não entendem, tem outros laços que a gente identifica? Com certeza, mas de empreendimento, de venda não identifica. Nós fomos lá, e falamos: “seria muito fácil chegar aqui para vocês com um planejamento prontinho para vocês de atividades para a gente realizar até agosto, mas eu não vou fazer isso, não vou fazer, porque eu acho que isso não é o nosso papel, nós chegamos aqui em agosto de 2004, havia uma demanda, nós atuamos nessa demanda...”se não tiver demanda nós vamos desincubar”. Aí elas ficaram apavoradas porque entendiam, que desincubar a gente tava brigando com elas, ta cortando relações, aí eu falei: “gente desincubar não é que nós vamos morrer, ficar de mal pelo contrário é uma graduação do grupo se vocês não tem demanda vão continuar tendo acompanhamento lá da rede, esse contato com a rede, então a única coisa que vai acontecer é que nós não vamos continuar aqui atuando diretamente, incisivamente”. (Bernadete)*

A Associação se manifesta, portanto, a partir de uma lógica particular de organização que está prioritariamente fundamentada nas relações reciprocitárias que estabelece, e em virtude disto gera renda. Acho que poderíamos resumir desta forma esta história. Uma história em que os conflitos não estiveram presentes no passado, pelo menos foi esta impressão apresentada pelo grupo, onde os conflitos marcam o presente, mas que apesar de todas as dificuldades que enfrenta nos últimos anos não tem, até o momento, a menor possibilidade de acabar. O equilíbrio parece ser frágil devido aos conflitos exacerbados, mas é enorme a ligação dessas mulheres com a história de que fazem parte:

> *“eu mesmo participo já faz quase treze anos, mas quando eu morava lá eu já participava porque eu fazia e mandava o pó. Vim para cá e entrei para participar, dá para tirar um dinheirinho que ajuda no remédio, e a gente faz alguma coisa (...) eu aprendi o fuxico, faço bem rápido, faço o pó (...) vou certinho no meu dia lá de ficar na Associação. Mas o pessoal dessa Associação ta muito fracassado sabe?Até acho que essa Associação vai acabar...é triste né?, porque é uma história tão bonita que tanta gente conhece...O pessoal conhece né, porque essa Associação da Mãos Mineiras é muito espalhada no mundo afora, até na Itália tem os pedidos para mandar as coisas para lá...”(Francisca Izidora)*
>
> .

“a história é muito bonita, mas o momento atual é muito feio, feio mesmo (...) é muito conflito aí eu já entreguei para deus isso, porque é parte do fazerem porque você ta ali dizendo que é legal fazer aquilo, mas as coisas tem que surgir delas né? Porque já tem o que, tem dezoito anos, então é complicado,é um investimento, é claro né, porque é claro que eu queria estar lá e fazer mas eu também tenho que cuidar de outras coisas. Porque agora eu também já tô interessada no projeto com os índios, porque eu também descobri que os índios precisam mais do que elas (...) Mulheres rurais com a cultura que elas tem, de saber o que elas sabem tem muitas, mas igual a elas estão tendo oportunidade, graças a deus muitas outras estão tendo oportunidade, porque hoje as coisas tem nome na época que a gente começou não tinha, hoje tem projetos antes a gente tinha que sair aí procurando, mas parece que ta mais difícil...eu queria estar lá mas não posso, então eu ajudo aqui de fora mesmo” (Cora Coralina)

“ah não pode acabar não né?O povo fica brigando eu fico triste menina, mas ta aí as meninas novas participando, a gente em aquele lugar ali que é da gente, não pode acabar” (Amália dos Passos).

“acho que o pessoal aqui da Mãos Mineiras tinha que coloca a mão na consciência e ver o que acontece aqui, um lugar tão bom menina, a gente se distrai...dá trabalho mas a gente se distrai.Se eu pudesse eu enchia aqui a Associação de salgadinho para vender, colocava um placa ali na estrada, vendia almoço, ai pronto todo mundo trabalhava e parava com briguinha” (Vitalina Pompeu).

“hoje ninguém quer pensar, as vezes vou lá cheia de problema e volto outra, vou lá buscar meu remédio, esse encontro nosso, essa troca de aprender, você vai lá e volta outra. O mais importante no grupo é essa troca de ensinar e aprender (...) eu falo mesmo, não saio aqui da Mãos Mineiras, posso fazer pouca coisa, mas quero estar presente aqui” (Dª Delfina Benigna)

“eu achei que o grupo estava embalado pronto(...) logo comecei a perceber que tava em estágio de construção com muita coisa para ser percorrida. Já pensei em sair, viver da aposentadoria, do meu artesanato eu posso fazer a qualquer hora, e colocar em consignação nas lojas (...) mas quero desenvolver o projeto inicial do sitio (...) sei que a minha presença é importante para a exist6encia do grupo, ninguém pensa que eu quero ganhar dinheiro , vantagem, quero ter uma atividade depois da aposentadoria, quero usufruir do grupo e ver se vai crescer, fazer jus ao nome que tem” (Maria Clemência)

Segundo Douglas (1998) falar em confiança e solidariedade significa escrever ao mesmo tempo, sobre dimensões contrárias, como a rejeição e

desconfiança, a questão dos conflitos tão presentes no momento atual do grupo não representa um singular desta experiência. As mulheres expõem os seus problemas com o desejo de solucioná-los através do compartilhamento, expressar os conflitos por ser justamente a fonte de força desta proposta, que pelos indícios apresentados pelos próprios sujeitos desta história está longe de acabar, inferimos que muito do que mantém esta experiência traduz-se no não-dito, no que está implícito em suas atitudes coletivas e individuais.

Na última reunião da Associação, por exemplo, depois de atividades tumultuadas por causa da exposição dos problemas referentes à organização do entreposto, escala de trabalho, distribuição de rótulos e presença nas reuniões, quando parecia que o clima entre elas estava insustentável elas se levantaram, organizaram uma roda, rezaram agradecendo o momento e por todos estarem ali participando e começaram a cantar de mãos dadas:

> ***Vamos dar as mãos e cantar (Antônio Marcos)***
> *Antes do pano cair/ Antes que as luzes se apaguem/ Todas as portam se fechem/ Todas as vozes se calem/ Antes que o dia anoiteca/ E nunca mais amanheça/ Antes que a vida na terra Desapareça/ Vamos dar as mãos, vamos dar as mãos/Vamos lá, e vamos juntos cantar/ Antes do grande final/ Antes dos rios secarem/Todas as mães se perderem/ Todos os olhos chorarem/ Antes que o medo da vida/ Faça de mim um covarde/ Antes que tudo se perca/ E seja tarde/ Vamos cantar...*

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa junto à análise das temáticas que compõe cada capítulo, já empreendemos um processo de interpretação dos elementos teóricos e dos dados empíricos observados no decorrer desta história, no entanto, neste momento, existem algumas considerações finais que gostaríamos de apresentar, ou apenas reafirmar, sobre o estudo do universo em questão.

Analisar o mundo que se forma sob a denominação de uma economia solidária é uma maneira de se aproximar do homem em seu cotidiano de trabalho. O que se justifica na impossibilidade de interpretar estas iniciativas a partir de uma delimitação precisa que verse sobre sua ocorrência prática, pois, falar em trabalhadores organizados em empreendimentos coletivos é falar, também, de histórias de vida e de trabalho que confluem para as fronteiras ainda fluidas deste universo. Um movimento que em sua ”reinvenção” representa também a percepção de diversos atores sobre a necessidade concreta de ”buscarmos uma forma de organização social e econômica que ultrapasse as potencialidades oferecidas à humanidade pelo capitalismo”. (Lula, 2001).

Princípios que compõem para Singer o contexto para a reinvenção da economia solidária. Segundo o autor a indícios de que existe uma efervescência deste modo de organização do trabalho em diferentes segmentos e partes do mundo. A manifestação da economia solidária no caso nacional ocorre sob a denominação de economia popular e solidária, faceta determinada, em alguma

medida, pelas transformações que se gesta na categoria trabalho, em que as iniciativas de auto-gestão são compostas, muitas vezes, por um conjunto de homens e mulheres com uma história pregressa de deriva social, moral e econômica, ocasionada pela perda do trabalho e inflexibilidade no que se refere à possibilidades de retorno ao “ambiente protegido da carteira assinada”. Portanto, torna-se válida a afirmativa de que se vivencia em meio a um mundo em desconcerto, onde o resultado do processo histórico de ressignificações empreendido pelo sistema capitalista, leva à desordem do trabalho e a difusão em escala planetária do sentimento de desalojamento social.

Mas, por outro lado, verificamos também que o universo do trabalho não é composto exclusivamente de personagens que vivenciam um cotidiano de apatia e de resignação, falar em economia solidária enquanto alternativa de organização possível, é se remeter a trajetórias de resistência, de protesto, de organização, de mobilização em torno de sonhos que envolvem a busca por uma vivência mais digna da condição de ser humano e de viver do resultado de seu trabalho.

Na reflexão empreendida nesta pesquisa, observamos que o processo que se estrutura na prática dos indivíduos, ligados a formas alternativas de inserção no tecido social, se caracteriza por um “vir a ser”, e neste ponto não incluiríamos apenas os trabalhadores organizados em empreendimentos solidários, mas também os informais, os desalojados sociais, os que se encontram em situações precárias, enfim, os trabalhadores para os quais volta-se a atenção da academia, dos diversos movimentos sociais e esperamos que em um futuro bem próximo, envolva também os sindicatos em uma intensidade maior do que a que se realiza hoje, para que este segmento esteja unido pela luta não de ganhos para determinada categoria, mas pela dignidade para o conjunto dos trabalhadores.

Ao observarmos as experiências até agora mapeadas como parte do universo da economia solidária um dos elementos que vem à tona com mais força é a dimensão participativa desta proposta, para além das dificuldades de manutenção desse tipo de comportamento é elevada a ocorrência de interseção de suas iniciativas com movimentos comunitários e sociais, meio encontrado e valorizado pela economia solidária como forma de atuar para além da geração de

renda em prol também do aprofundamento e expansão de laços sociais entre trabalhadores e destes com sua realidade.

No caso da economia solidária onde aparentemente a geração de renda para indivíduos em situação de instabilidade deveria ser o impulso principal, observamos uma convivência complexa deste e outros elementos que se tornam cada vez mais significativos, entre eles, a confiança dentro e fora dos grupos, a participação na comunidade e no espaço público mais amplo, a solidariedade e a ajuda-mútua. Princípios, que conforme apresentamos, não são inéditos na história das relações no mercado e economia, e muito menos exclusivos destas iniciativas, fazem parte do repertório de ressignificações empreendido pelo capitalismo, que torna menos discerníveis os laços sociais, mas que, no entanto, não consegue eximi-los da ocorrência nas relações entre os indivíduos.

Uma vez que o que se projeta não é o indivíduo isolado, mas o seu coletivo. Neste sentido é a união que faz a força, que dá voz a esses homens e mulheres, que amplia as fronteiras de seu local de origem e os auxilia a transpor barreiras e limites através da interlocução com o poder público e mercado.

Na história especifica que narramos em virtude do trabalho de campo, das mulheres da comunidade de Manejo, a limitação do fator renda representou o aumento das relações, das dádivas circulantes naquele espaço, revolucionando em sentido inverso ao empreendido pelo capitalismo as “noções de espaço e tempo em que o indivíduo se formou” (IANNI, 1995). Sendo possível que apresentemos como parte fundamental dos resultados alcançados nesta pesquisa, a percepção de que na sociedade de mercado na qual vivemos a reciprocidade, para além do acesso à renda, também opera a inclusão social.

A história que origina a Mãos Mineiras antecede e sobrepõe a história da Associação, o que leva ao encontro de trajetórias que dão origem a este grupo são os processos de instabilidade que se vivencia no universo do trabalho, por isso, para contar o percurso destas mulheres foi preciso falar do cotidiano de crise e de deriva que assola os indivíduos na cidade. Se fez necessário narrar a trajetória dos migrantes, assim como de quem permanece no meio rural. Foi preciso ilustrar o sofrimento dentro das fábricas e a angustia por não fazer parte dela, assim como foi fundamental enfatizar a existência de trabalhadores que

recriam suas possibilidades de obtenção de renda, e que assumem o desafio de tomar as rédeas do processo em curso para direcioná-lo através das próprias mãos.

A história da Associação Mãos Mineiras não pôde ser fechada nesta dissertação, pois a cada dia ela se renova, se reelabora, se reconstrói. O virtuosismo dos momentos iniciais do processo de criação desta iniciativa, retratado com um tempo sem conflitos de união e solidariedade a serviço da geração de renda, concluímos estar relacionado ao envolvendo afetivo com esta história, assim como a legitimidade de ação encontrada por um agente externo que mais do que a organização do grupo alcançou o reconhecimento destas mulheres, uma dádiva circulante que ecoa no não-dito pela comunidade.

A importância desta Associação no que se refere à vida das associadas e de suas famílias deriva de vários fatores: Para além da geração de renda, gostaríamos de enfatizar a noção de pertencimento a um todo social, de reconhecimento e valorização de saberes e práticas tradicionais, do aprendizado como forma de interação coletiva, e do processo de projeção no espaço público desta iniciativa graças a sua legitimidade e importância para o processo que ainda se gesta de elaboração de uma nova ordem social. No caso do universo onde ela se inscreve, de uma economia solidária e de movimentos sociais que lutam pela valorização do indivíduo, a experiência desta Associação mostra que é possível fazer parte de um mercado que tenda a outros princípios que não o ganho utilitário e individual.

Uma experiência que como tantas outras traz a tona o papel ocupado pelos mediadores na organização e manutenção de grupos e que, assim como estas, não apresentam indícios sobre formas de reverter o foco deste tipo de relação, pautado muitas das vezes na condição de dependência. Até o momento o que nos é lícito afirmar é que a economia solidária em seus princípios se reelabora, mas mantém como principal bandeira a luta por estabelecer relações entre iguais, pautada na autogestão de suas organizações. Desta forma, para que possa realizar-se à partir de seus princípios, precisa atuar inicialmente em prol para o fortalecimento da sociedade e dignidade dos trabalhadores.

Uma vez que o material humano com que lida chega muitas vezes até essa perspectiva, aniquilado pela situação de deriva, e por isto tende a apostar todas as suas fichas em redentores capazes de transformar sua realidade. Talvez em virtude disto os próprios empreendimentos acabam por ser, diretamente, responsáveis pelo fato de que “o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios” em decidir os rumos do próprio negócio (Singer, 2002), e, como vimos, na Mãos Mineiras não foi diferente.

No entanto o processo de mudança está inteiramente relacionado ao aprendizado, para Singer se as pessoas não são naturalmente inclinadas para a autogestão, não o são para a heterogestão, e ainda, segundo o autor, a prática da autogestão tem como principal mérito “não a eficiência econômica (necessidade em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona a seus participantes” e neste sentido, a Mãos Mineiras, enquanto representante do universo da economia solidária, operou incríveis resultados.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar, é que os grupos que se organizam a partir da perspectiva da economia solidária têm desempenhado o papel de interlocutores de realidades diversas em ambientes institucionais como o poder público, o que pôde ser explicitado pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que dinamiza esta proposta principalmente a partir das demandas de indivíduos organizados em coletivos mais amplos, como os Fóruns regionais, estaduais e municipais de economia solidária. A história de trabalho das mulheres em Manejo não é a mesma dos trabalhadores em empresas recuperadas pela Anteag, mas o espaço de negociação e reação a insustentabilidade em curso é partilhado, porque estes dois universos participam do mesmo espaço de negociação.

O que implica que a tarefa da economia solidária em sua “reinvenção” não é a de criar sentidos diversos aos do capitalismo para o mercado, o trabalho e a economia, mas o de trazer a tona dimensões que foram “deformadas” em meio a farsa de uma sociedade em que impera o homoeconomicus.

Neste trabalho o que buscamos foi defender a existência da unidade em meio a contextos e vivências mais diversas. O fato de afirmarmos que o principal feito do modo de produção capitalista não foi o de criação, mas o de

ressignificação do sentido e forma de categorias como mercado, trabalho e economia, nos permitiram olhar para a história como um tempo contínuo, onde tudo é passível de mudança e transformação. O sentido do trabalho na experiência da Mãos Mineiras não é distinto do que pode ser em condições valorativas de trabalho no sistema capitalista, mesmo porque a economia solidária só será realmente uma alternativa superior a capitalista, nos termos apresentados por Singer "quando puder oferecer a parcelas crescentes da população oportunidades concretas de autosustento, usufruindo do mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona". (Singer, 2002), Por enquanto já representa a busca de homens e mulheres por autosustento com união e dignidade, e, especificamente no caso da Mãos Mineiras, com a ampliação dos laços reciprocitários.

Neste sentido é que se tornam cada vez mais significativas as experiências que têm se organizado sob a perspectiva da economia solidária que, em síntese, representa mais do que uma iniciativa de criar no mercado, espaço para a geração de renda sob bases mais éticas, o que de certa forma abordamos nas ressalvas sobre como tem se desenvolvido a perspectiva do comércio justo. A economia solidária apresenta-se também como um projeto para outra sociedade, onde haja espaço para uma "*economia territorializada, um discurso territorializado [para] uma política territorializada"* (Santos, 2004)*,* condições que viabilizem projetar-se em escala ampliada amanhã, a partir do que é construído hoje na práxis dos indivíduos.

Neste sentido, as trajetórias que se constroem neste universo são representativas de que existe, na forma como as pessoas vivenciam o contexto de crise, uma sensibilidade que é impossível captar através de análises quantitativas, e, ainda, de que é por meio das histórias de vida que se percebe que historicamente sempre houve muito de antiutilitário no "estar no mundo" das pessoas, o que traduz a inferência deste trabalho: de que o espaço econômico não se estrutura através da ruptura com seus princípios fundantes, mas a partir de ressignificações nas dimensões que compõe o tecido social.

Gostaríamos finalmente de reafirmar que para além da geração de renda um universo se constrói, através de espaços voltados às trocas em torno das

relações cotidianas. O que mantém a Associação Mãos Mineiras viva em decorrência das dificuldades? A dimensão afetiva com a história que está colocada na fala de suas mulheres, e que deve ser compreendida pelas organizações que dinamizam estas iniciativas. Desta forma, o desafio que envolve a economia solidária e as organizações que a viabilizam é enorme, pois não basta pensar estratégias para a inclusão de trabalhadores em posições diferenciadas no mercado de trabalho, é sua função compreender o tempo próprio que se manifesta nestas iniciativas para a mobilização e aprendizado, assim como, é de fundamental importância compreender o valor que tem para o indivíduo o simples ato de “tomar a palavra” e ter coragem de manifestar suas angustias e aspirações em público.

Mas ao mesmo tempo é preciso dinamicidade para se estruturar e fugir do amadorismo que lhes é associado, ficar atento para o risco de cooptação de suas histórias pelo mercado capitalista, e estar pronto para expressar em sua fluidez a riqueza de seu processo de construção. O movimento por uma economia solidária tem mostrado que não existe uma forma específica de se fazer economia e de se relacionar no mercado, e que “o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda a parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda a parte)” (Santos, 2004). Vivenciamos um tempo histórico em que as possibilidades se tornam reais, concretas, factíveis através da práxis de homens e mulheres que se articulam e compartilham espaços de negociação, como os que tem sido viabilizado por uma economia solidária, e é neste sentido que afirmamos que esta desempenha um papel de transformação fundamental na história contemporânea.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTEAG. **Autogestão** – Construindo uma Nova Cultura nas Relações de Trabalho. São Paulo: Anteag, 2000.

ANTUNES, R. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: _____. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 4. ed. Campinas : Cortez editora. 1997.

Aristóteles. **A Política***.* 3. ed. Brasília:Unb, 1997.

ARROYO, J.C.T.; SCHUCH. F. C. **Economia popular e solidária**: A alavanca para um desenvolvimento sustentável. 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BRASIL, Ministério do Trabalho e emprego. **Atlas Economia Solidária**. Brasília, 2006.

BELSHAW, C.**Troca tradicional e mercado moderno**: Modernização de sociedades tradicionais. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1968.

BRAUDEL, F. C**ivilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes. v. 1.As estruturas do cotidiano. 1995

_____. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes. v. 2. Os jogos das trocas 1996

_____. **A dinâmica do capitalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CASTELLS, M. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. (Coleção Pensamento Critico, v. 37).

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salariado. Petrópolis: Vozes, 2003.

CATTANI, A. D. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Editora Vozes,1996.

CATTANI, D. A: **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Vozes, 1997.

COSTA, S. M. da. **As redes de pesca**: estratégias econômicas e formas de solidariedade entre pescadores artesanais. 1999. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa,1999.

CRUZ, A. **Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária**. Campinas, 2002. Disponível em:<http//www.ecosol.org.br/politpub.doc> Acesso em: 8 set. 2006.

_____. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do mercosul. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DEJOURS, C. **A Loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 1997.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Trad. Carlos E. Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 1998.

DRAIBE, S. M. As Políticas sociais e o Neoliberalismo. **Revista USP:** Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo, São Paulo, n. 17, p. 86-101, mar./abr./mai. 1993.

ELIAS, N. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

Faces do Brasil: Por um comércio ético e solidário. **O Comércio Ético e Solidário no Brasil**. Dez/2004. (*Cartilha*).

BDS. **Fair Trade**: uma introdução e algumas reflexões. Disponível em: <http//www.bds-net.com>. Acesso em: 2 ago. 2006.

FILIPPO, M. M. S. Di. **Mulher, desenvolvimento e meio ambiente**: A experiência da Associação Mãos Mineiras. Dissertação (mestrado) – Departamento de Administração, Universidade federal de Lavras, Lavras, 2002.

FRANÇA FILHO, G.C. de; LAVILLÉ, J.L. **Economia Solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO; DIZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. **Organizações & Sociedade**, Salvador. v.6, n.14, p.141-183, jan/abr.1999.

GODBOUT, J.T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GORZ, A. **Metamorfoses do Trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

GUERÍN, I. **As mulheres e a Economia solidária.** Tradução Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GUIMARÃES, N. Por uma Socióloga do Desemprego: Contextos Societais, construções normativas e experiências Subjetivas. In: _____. **Além da Fábrica: Trabalhadores, Sindicatos e a Novas Questões Social**. São Paulo: Editora Editempo, 2003.

HIRSCHMAN, A. O. **As paixões e os interesses**: Argumentos Políticos para o capitalismo antes do seu triunfo.São Paulo: Paz e Terra, 2. ed.2000.

HOBSBAWM, E.J. **Era dos Extremos**: o breve século XX; 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____ **A Era das Revoluções** (1789-1848). 16. ed. São Paulo. Paz e Terra, 2002.

HUW, B. O sindicalismo tem futuro no século XXI?. In: _____. **Além da Fábrica: Trabalhadores, Sindicatos e a Novas Questões Social**. São Paulo: Editora Editempo, 2003.

IANNI, O. **A sociedade global**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. 2. ed. São Paul Unesp; Hucitec, 2000.

LECHAT, N.M.P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Campinas, 2002. Disponível em: <http://www.ecosol. org. br>. Acesso em: 5 abr. 2006.

LISBOA, A M. **A crítica de Karl Polany à utopia do mercado**. Florianópolis: UFSC, 2000. Disponível em: <. www.polis.org.br>. Acesso em: 3 mar. 2006.

MAGNANI, J. G. C. O. (velho e bom) Caderno de Campo, **Revista do Núcleo de Antropologia Urbana,** São Paulo: USP, 1997. Disponível em: <http://n-a-u.org/ Magnanicadernodecampo.html> . Acesso em: 20 jan. 2007.

MAIA, C. de J. **Lugar e Trecho:** migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Montes Claros: Unimontes, 2004.

MANCE, E. A. **A revolução das redes:** A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. **Redes de Colaboração Solidária:** aspectos econômicos-filosóficos, complexidade e libertação. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MATTOSO, J. E. L. **A Desordem do Trabalho**. Campinas: Página Aberta LTDA, 1996.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify. 2003

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo- Rio de Janeiro, HUCITEC- ABRASCO, 1993.

MOTTA, E. de S. G. **A 'Outra Economia'**: um olhar etnográfico sobre a economia solidária. Dissertação (Mestrado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

NAVARRO, V. L. A reestruturação produtiva na indústria de calçados de couro em Franca (SP). In: _____. **O Avesso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

NOVELLINO, M. S. F. Os Estudos Sobre Feminização Da Pobreza E Políticas Públicas Para Mulheres. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu: ABEP, 2004.

NUNES, C.G.F. Os elos horizontais da economia solidária: Desafios e perspectivas. In: _____. **A nova Ordem Social**: Perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004.

OCADA, F. K. Trabalho, sofrimento e migração internacional: O caso dos brasileiros no Japão. In: _____. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ORFEUIL, H. R. **Economia Cidadã**: Alternativas ao neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 2002.

OXFAM. **Comércio Justo**. Disponível em: <http//www.intermonoxfam.org>. Acesso em: 5 ago. 2006.

PINTO, V. **Diagnóstico da comunidade de Manejo**: Associação Mãos Mineiras, 2003 (*mimeo*).

POCHMANN, M. **O emprego na globalização** – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo. 2001.

POLANYI, K. A **grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus. 2000.

PRADO, E.F.S. Situação econômica no começo do milênio.In:_____. **Economia solidária e Autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

PREVIATI, A. R. "Tempos Pós-Modernos":o legado de Chalie Chaplin. Revista Acadêmica Multidiciplinar. Maringá, 2001. Disponível em: <http://www.urutagua. uem.br>. Acesso em: 22 dez. 2006.

RICCE, R. **Movimentos sociais rurais nos anos 90**. Disponível em: <http:// http://www.ts.ucr.ac.cr/~historia/articulos/movsosb>. Acesso em: 15 jan.2007.

SALGADO, S. Apresentação. In: _____. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SANTANA, M. A. RAMALHO, J. R. (orgs). **Além da Fábrica: Trabalhadores, Sindicatos e a Novas Questões Social**. Editora Editempo, 2003

SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, L. "Moro no mundo e passeio em casa": Entre a emancipação e a precarização. In: _____. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____b. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal.11ª ed. Rio de janeiro: Record, 2004.

SARAMAGO, J. **Levantado do Chão.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

SILVA, N. de D. V. **Mercados de trabalho formal e informal: uma análise da discriminação**. Dissertação (mestrado) – Departamento de Economia, Escola Superior de agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1997.

SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. São Paulo: Edunesp, 1999.

_____. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: _____. O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SINGER, P. **Economia Política do Trabalho**: Elementos para uma Análise Histórico-estrutural do Emprego e da Força de Trabalho no Desenvolvimento Capitalista. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária.Entrevista: Renato Rovai e Anselmo Massad. **Fala,Brasil!.**Dez/2004. Disponível em: <http//www.brazil-brasil.com> . Acesso em: 6 nov. 2006.

_____. Em defesa do direito dos trabalhadores. **Economia solidária e Autogestão: encontros internacionais**. Sylvia Leser de Melo (org). São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

SUNDFELD, C. A.; SUNDFELD, R. **O Direito na Arte de Chaplin e Kafka**: Ensaio de Comparação de 'Tempos Modernos' com na 'Colônia Penal' Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/revista>. Acesso em: 22 dez. 2006.

TAUILE, J.R., DEBACO, E. S. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. VII Encontro Nacional de Economia Política **e II Colóquio Latino americano de Economistas Políticos.** Curitiba, 2001.(*mimeo)*

TAUILE, J. R. FARIA, L. A. Mudança em Tempos de Globalização: o capitalismo não é mais progressista? **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 3, p. 233-253, jul-set. 2005

TRIVIÑOS, A.N.S., 1987. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

WALLERSTEIN, I. **O Capitalismo Histórico**. Brasiliense, Rio de Janeiro, 1995.

WEBER, M. **Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo. Ed.Vozes, 1992.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo